

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ALVARINA APARECIDA DA SILVA GOMES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS: Um estudo de caso no
Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte

SÃO PAULO

2019

ALVARINA APARECIDA DA SILVA GOMES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA
FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL EM ASSENTAMENTOS
RURAIIS: Um estudo de caso no Assentamento 17 de
Abril – Horto Boa Sorte

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ednalva Felix das Neves

São Paulo

2019

Ficha Catalográfica

GOMES, Alvarina Aparecida da Silva

Políticas Públicas para agricultura familiar e o desenvolvimento econômico e social em assentamentos rurais: um estudo de caso no assentamento 17 de abril – Horto Boa Sorte. Alvarina Aparecida da Silva Gomes.. São Paulo: FLACSO/FPA, 2019.

Quantidade de folhas 154 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2019.

Alvarina Aparecida Da Silva Gomes

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
AGRICULTURA FAMILIAR E O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
Um estudo de caso no Assentamento 17 de
Abril – Horto Boa Sorte

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 30/08/2019

Profa. Dra. Ednalva Felix das Neves
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Sibeles Vasconcelos de Oliveira.
Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSM.
Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da UFSM.

Profa. Dra. Márcia Maria Tait Lima.
Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP.
Programa de Pós-Graduação em Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da
UNICAMP.

Profa. Ms. Andréa Azevedo (Suplente)
Programa de Mestrado Profissional em “Estado, Governo e Políticas Públicas” da FLACSO.

DEDICATÓRIA

*Ao meu **companheiro Jean**, que sempre esteve do meu lado, torcendo a cada conquista e apoiando em cada dificuldade. Obrigada meu amor por você ser tão presente em minha vida.*

*Aos meus pais **Dona Francisca e Senhor João** (in memoriam) pela honra de ser a mulher que sou...Sem seus ensinamentos talvez não chegasse até aqui.*

*Aos meus irmãos **Antônio Josias, João Carlos e Fernando José**, por serem exemplos em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

*Agradeço a **Deus** pela dádiva da minha vida e por ter me permitido continuar minha trajetória sem maiores prejuízos, tendo o prazer de chegar até aqui e poder realizar mais este sonho. Por me permitir aprender com os erros e poder crescer. Obrigada Deus pela minha vida e pela minha amada família.*

*Professora Dr^a **Ednaldva Felix**, obrigada pela orientação, as ideias, a paciência, a competência, o profissionalismo e a dedicação. Principalmente pela seriedade com que conduziu todo o processo de construção deste trabalho. Sem tal apoio, este trabalho não se concretizaria e por todas as dicas valiosíssimas que vou carregar por toda a vida.*

*Professoras Prof^a Dr^a **Sibele Vasconcelos de Oliveira** e à prof^a Dr^a **Márcia Maria Taít Lima**, por aceitarem participar da minha banca de defesa do mestrado.*

*Professor **Agostinho Adami** e professora **Tania Mara** da Faculdade Claretiana de Batatais, meu muito obrigado pelo incentivo e por mostrarem para mim que aquele era o momento certo para um salto maior na minha vida.*

A todos os professores e colegas de sala da Fundação Perseu Abramo e da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, que tive a oportunidade de conhecer e compartilhar momentos lindos e inesquecíveis. Em especial a “panela” que fez toda a diferença em minha vida. Sem estes amigos não teria conseguido chegar ao final deste curso, pois, a cada momento em que alguém desanimava tinha sempre o outro para reabastecer as energias, sem contar as risadas, passeios enfim, valeu conhecer cada um e fazer parte desta panela maravilhosa. Marcilene, Vanessa, Alzira, Diego, Fred, Bernardo, Lizete e Rodrigo. Um grande e fraterno abraço

FAMILIA:

Pilar de sustentação de cada passo rumo a uma nova jornada, sem família não somos fortes, não vencemos nossas jornadas, não sabemos de onde viemos e nem para onde vamos, muito obrigada Jean, Mãe Francisca, Antônio, Elaine, Neto, Jady, João, Letícia, João Carlos, Tuca, Gabriel, Adriano, André, Isaac, Fernando, Ester, Wellington, Kaila, Keila, Wesley, Emanuely, Pacheco, Perpétua, Kauane, Josy, Edinho, Joice, Léo, Filipe, Janaina, Clodoaldo, Fernanda, Lucas, Raniélío, Elora, Eduarda e Yasmim, vocês são maravilhosos.

Em especial a uma mulher que lutou pela família, pelo seu pedaço de terra, enfim sempre foi uma batalhadora minha sogra Maria Gomes (in memoriam)

AMIGOS:

Amigos são poucos, mas são verdadeiros e únicos na vida. Não posso deixar de agradecer aos meus amigos de luta, de fé, e caminhada Alice e Eron, Tatiane e Julimar, Pedro Xapuri e Dona Alberina.

Meu agradecimento especial a todos os meus companheiros de luta e caminhada os assentados no Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, sem vocês este trabalho não teria acontecido. Em especial a todos que cederam um pouco do seu tempo para as entrevistas. De antemão já peço desculpas se não conseguir atender as expectativas.

A todos que participaram direta e indiretamente, mas que de alguma forma contribuíram para a construção deste trabalho.

*Queremos que abrace esta terra por ela quem sente
paixão, quem põe com carinho a semente para
alimentar a **nação**. A ordem é ninguém passar fome,
progresso é o povo feliz. A Reforma Agrária é a volta
do agricultor à raiz. E vamos entrar naquela terra e
não vamos sair. Nosso lema é **ocupar, produzir e
resistir**.*

Zé Pinto

*Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas,
mas jamais conseguirão deter a primavera inteira.*

Che Guevara

RESUMO

Políticas Públicas são ações e programas que o Estado busca desenvolver como forma de garantir e colocar em prática os direitos dos cidadãos previstos na Constituição Federal. Governos buscam formas para reduzir as desigualdades e a exclusão social, em especial a do campesinato brasileiro fomentando programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar que são programas implementados no sentido de combater a miséria extrema. Por isso, este trabalho busca, por meio de um resgate histórico, trazer a trajetória da luta pela terra, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, passando pelas capitânicas hereditárias, a lei das semanárias, a abolição da escravatura, a forma como se originou a concentração de terras pelo país sobre, égide da truculência e violência dos fazendeiros. Busca de forma singela resgatar um pouco do contexto que envolve a questão agrária no país, trazendo a pesquisa de campo com o relato da história do Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte e sua trajetória no desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas, através destas duas políticas públicas que foram implementadas para a agricultura familiar, com maior comprometimento por parte dos governos do PT (Lula e Dilma), resgatando um pouco da história das famílias assentadas e se vem trabalhando estas políticas na sua capacidade de geração de renda, bem como na forma de organização interna ao longo destes 21 anos de existência do Assentamento.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Programa Nacional de Alimentação Escolar; Reforma Agrária

ABSTRACT

Public Policies are actions and programs that the State seeks to develop as a way to guarantee and put into practice the rights of citizens provided for in the Federal Constitution. Governments are looking for ways to reduce inequalities and social exclusion, especially that of the Brazilian peasantry by promoting Family Agriculture Strengthening programs such as the Food Acquisition Program and the National School Feeding Program, which are programs implemented to combat extreme misery. That is why this work historically seeks to bring the trajectory of the struggle for land, since the arrival of the Portuguese in Brazil, passing through the hereditary captaincies, the weekly law, the abolition of slavery, the way in which the concentration of lands by the country under aegis originated. the truculence and violence of farmers. It seeks in a simple way to rescue a little of the context surrounding the agrarian issue in the country. Bringing field research with the account of the history of the 17 de Abril Settlement - Horto Boa Sorte and its trajectory in the social and economic development of settled families, through these two public policies that were implemented for family farming, with greater commitment on the part of governments of the PT (Lula and Dilma) rescuing a little of the history of the settled families and these policies have been working in their capacity to generate income, as well as in the form of internal organization throughout these 21 years of existence of the Settlement.

Keywords: Public Policies, National School Feeding Program; Land reform

LISTA DE MAPAS:

Mapa 1: Mapa da Localização do Município de Restinga.....	44
Mapa 2: Mapa do Assentamento Boa Sorte	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Evolução da Produção de Grãos.....	66
TABELA 2: As Modalidades do PAA.....	77
TABELA 3: Produtos oferecidos para o PAA no assentamento – 2010 a 2018 (kg).....	88
TABELA 4: Passos para acesso ao PNAE.....	104
TABELA 5:Gastos Gerais com Merenda Escolar pelo município.....	110

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Questionário – Entrevista com produtores do Assentamento 17 de Abril.....	119
ANEXO 2: Questionário – Entrevista com funcionário da Fundação ITESP.....	121
ANEXO 3: Questionário – Profissionais da Educação do Município de Restinga.....	123
ANEXO 4: Questionário – Profissionais da Saúde do Município de Restinga	124
ANEXO 5: Questionário – Situacional da Merenda Escolar.....	127
ANEXO 6: Modelo de chamada pública.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Repasses orçamentários da SEAD ao PAA – 2006 a 2018.....	81
GRÁFICO 2: Total de projetos contratados pelo PAA no assentamento 17 de Abril – 2010 a 2018.....	90
GRAFICO 3: Evolução orçamentária do MEC (em bilhões) – 2002 a 2015.....	94
GRAFICO 3: Número de estudantes atendidos pelo PNAE.....	96

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1: Reunião em Brasília entre MLST e o ex-presidente Lula.....	10
FOTO 2: Foto aérea do município de Restinga.....	42
FOTO 3: Estação de trem Fazenda Boa Sorte	47
FOTO 4: Primeiro plantio de milho do acampamento sem terra.....	56
FOTO 5: Foto aérea da Agrovila I – Assentamento 17 de Abril.....	59
FOTO 6: Prédio onde há o funcionamento do PSF.....	60
FOTO 7: Escola Leonor Mendes de Barros, antes da reforma.....	61
FOTO 8: Escola Leonor Mendes de Barros depois da reforma.....	62
FOTO 9: Primeira casa de madeira construída na agrovila II.....	63
FOTO 10: Iogurte fornecido para Merenda Escolar.....	66
FOTO 11: Plantio de fornecido para Merenda Escolar.....	67
FOTO 12: Polpas de Acerola e verduras para a merenda escolar.....	68
FOTO 13: Produtos para montagem dos Kits para o PAA.....	69
FOTO 14: Alho descascado para entrega Merenda Escolar.....	70
FOTO 15: Horta de produção de verduras para fornecimento do PNAE e PAA.....	72
FOTO 16: Produtos entregues no PAA para Associação de Pequenos Produtores Rurais Irmã Dorothy.....	89

Sumário

RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. PROBLEMAS E HIPÓTESES.....	3
1.2. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO	5
1.3. OBJETIVOS.....	11
1.4. METODOLOGIA.....	11
2.1. A ORIGEM DO LATIFÚNDIO.....	13
2.2. MÃO-DE-OBRA NEGRA.....	19
2.3. A EXPANSÃO DO CAFÉ, ALGODÃO E PECUÁRIA.....	22
2.4. A LUTA PELA TERRA.....	24
2.5. REFORMA AGRÁRIA E O PAPEL DO MST.....	32
3. O MUNICÍPIO DE RESTINGA E O ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL	40
3.1. O MUNICÍPIO DE RESTINGA	40
3.2. O ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL – HORTO BOA SORTE.....	44
O Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, tem reconhecimento na região de Franca e Ribeirão Preto, devido a qualidade dos produtos, bem como ao atendimento do PAA e PNAE em parte das prefeituras da região.....	70
4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	113
ANEXO I.....	117
ANEXO II.....	119
ANEXO III	121
ANEXO IV	123
ANEXO VI.....	125
ANEXOS VII	129

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um problema crônico em nossa sociedade e ao longo do tempo vem acarretando sérias dificuldades à vida na Terra, afetando assim o desenvolvimento dos países em especial os subdesenvolvidos. A falta de acesso ao ensino básico, a má gestão dos recursos públicos e a corrupção são os fatores que mais contribuem para esta desigualdade.

O Brasil tem registrado sérios problemas sociais, a desigualdade na distribuição da renda e da riqueza são fatores que segundo Campello et al. (2018), faz com que o país esteja estatisticamente no rol dos países que tem um grande percentual de pessoas que vivem na extrema problema. Embora o país tenha registrado redução das desigualdades durante o período de 2003 e 2015 – para além da perspectiva da renda – porém, a despeito de ter acontecido importantes transformações nas questões sociais, o país ainda persiste como um dos países mais desiguais do mundo.

Se levarmos esta comparação entre as áreas urbanas e rurais, a disparidade é ainda mais severa, pois as áreas rurais embora tenham avançado ao longo do tempo, ainda estão atrasados no acesso de algumas políticas, como saúde, educação, trabalho, dentre outras. Segundo o CENSO AGRO 2017¹, foi apresentada pesquisa pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em comparação ao ano de 2006, nos últimos onze anos a agricultura familiar perdeu 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho. (IBGE, 2019).

De acordo com a pesquisa, os fatores que mais influenciaram para esta redução, nestes onze anos, foi o envelhecimento da população rural, e em contrapartida, o fato dos filhos optarem por exercer atividades diferentes, fora do domicílio agrícola. Outro fator

¹ Desde outubro de 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai em loco para conhecer as características e a produção de todos os estabelecimentos agropecuários do território brasileiro. É a principal e mais completa investigação estatística e territorial sobre a produção agropecuária do país, o Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017 é quem mobilizar milhares de pessoas desde a fase do planejamento até a divulgação dos resultados (IBGE, 2019).

importantíssimo é a opção adotada pelo governo, de oferecer maior apoio ao agronegócio, que é responsável atualmente pelas *commodities* de exportação agrícola (IBGE, 2019).

Embora a agricultura familiar continue representando o maior contingente de estabelecimentos agrícolas no país (77%), por ser formado por pequenos empreendimentos, ocupam apenas 80,89 milhões de hectares, o que representa 23% de toda área agrícola nacional. Ainda que represente 77% dos estabelecimentos do país, as maiores liberações de recursos têm sido as atividades do agronegócio (IBGE, 2019).

A agricultura familiar é composta, além dos pequenos produtores, pelos assentados de reforma agrária, os ribeirinhos e os quilombolas, os quais perfazem uma parcela deste contingente e que busca nas mobilizações, influenciar as políticas públicas, para que possam fortalecer a agricultura familiar. E é neste sentido que esta pesquisa reconstrói a história do assentamento 17 de Abril – também chamado de Horto Boa Sorte – demonstrando como as famílias assentadas vêm se organizando para desenvolver as atividades que atendam às políticas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para ser considerado agricultor familiar, de acordo com a Lei 11.326², regulamentada pelo Decreto 9.04/2017, o agricultor tem que ter um pequeno estabelecimento (04 módulos fiscais³) e metade da sua força de trabalho e renda, deve ser proveniente da estrutura agrícola e seu estabelecimento deve ter gestão familiar.

Segundo o professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e membro da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA), José Juliano de Carvalho Filho, em entrevista à Página do MST, em outubro de 2012, “as principais características do campo brasileiro são a concentração de terras e a violência”. De acordo com o referido pesquisador “o Estado não cuida da questão da terra no sentido de beneficiar os pequenos

2 LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Regulamenta e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2019).

³ O módulo fiscal é uma área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. Sendo fixada pelo município, onde cada módulo fiscal pode variar de 5 a 110 hectares (IBGE, 2019).

produtores. Ao não regular o agronegócio, o estado destrói o pequeno produtor, que é muito vulnerável sem a sua assistência” (REDESAN, 2019)

Os assentamentos rurais de reforma agrária têm sido locais estratégicos para a (re)distribuição de terras no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico, redução do êxodo rural, para a geração de alimentos, geração de renda e inclusão socioproductiva e combate à miséria e pobreza da população rural. Para Bergamasco (1996) os assentamentos rurais representam a oportunidade de criação de novas unidades de produção agrícola que, com o aval das políticas públicas, promovem o reordenamento do uso da terra, o que beneficia os trabalhadores rurais que não possuem terras ou que possuem pouca terra.

A luta pela desconcentração fundiária e a efetivação da reforma agrária é antiga, a improdutividade e a concentração de terra possuem raízes históricas, que nos remetem ao século XVI, quando da ocupação portuguesa às terras brasileiras. A monocultura para exportação e a escravidão e a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceram as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.

1.1. PROBLEMAS E HIPÓTESES

Dentro os programas criados para fortalecer as políticas públicas para agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são os mais importantes. Por isso mesmo, eles têm sido foco das discussões e debates ao longo das últimas décadas, tanto no âmbito acadêmico, como na elaboração de políticas públicas.

Tendo como base a realidade do Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, especialmente com relação ao período de 2003 a 2008, este trabalho procura destacar, de forma singular, a experiência do assentamento com estas duas destas políticas (PNAE e

PAA) – as oportunidades e principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas e o efeito da implementação destas políticas.

O mercado institucional influenciou de forma direta a vida das famílias assentadas, isto porque a legislação federal legitima a venda dos produtos da agricultura familiar ao mercado institucional (município) visando atender a demanda da alimentação escolar e suprimindo a necessidade das famílias em vulnerabilidade alimentar dentro do município de Restinga, e isso impacta na vida das famílias assentadas, produtoras rurais.

Na eminência de combater a pobreza e a desigualdade social no meio rural, estimulando e fortalecendo a agricultura familiar, o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva regulamentou os programas da agricultura familiar, sendo seguido pelo governo da ex-presidente Dilma Rouseff.

A Lei nº 11.947/2009, no artigo 14 traz uma proposta de estímulo ao desenvolvimento local, cuja aquisição de alimentos para o PNAE deve ser feita através de “chamada pública” e 30% desta aquisição deve ser adquirido da agricultura familiar. Embora existam movimentações contrárias por parte de outros interesses alheios, a execução destas legislações deve ser garantidas e é papel do assentado (Campelo, Gentilli, Rodrigues, & Hewel) sempre lutar, unindo as forças e resistindo, buscando mostrar para a sociedade que a agricultura familiar é um dos maiores produtores de alimentos que vão para a mesa das famílias e que precisamos ter garantido este mercado (BRASIL, 2009).

O PNAE é uma das iniciativas mais bem-sucedidas na área educacional e a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil e ao longo dos anos obteve muitos avanços o que rendeu o título de referência para outros países, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2019).

O PAA é desenvolvido através da participação da Companhia Nacional de Abastecimento, é outro programa que também tem contribuído para o desenvolvimento rural dos assentamentos. Isso porque, tem o objetivo de atender às demandas de vulnerabilidade alimentar, levando um novo sentido para a preocupação da qualidade dos alimentos entregues, visando a conscientização do agricultor e do beneficiário receptor.

Após o golpe de 2016⁴, não houve de forma direta a suspensão dos direitos de venda para o mercado institucional, porém foram adotadas algumas medidas antipopulares, tanto no governo interino de Michel Temer, como atualmente, no governo de Jair Bolsonaro. Dentre elas, podemos destacar: a) Emenda Constitucional do (EC) 95, o chamado “teto de gastos” onde ocorre que os municípios passam a ter menos fonte de recursos⁵; b) o Projeto de Lei n° 5695⁶, de 2019 entre outras alterações este projeto visa a alteração do artigo 14 da lei 11.947/2009, deixando a cargo dos municípios a determinação para o percentual de aquisição para agricultura familiar, ou seja, se aprovado o projeto retira a obrigatoriedade dos 30% da agricultura familiar.

1.2. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

Este trabalho se destaca pela relevância de compreender as políticas públicas para agricultura familiar, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que desde 2003 vêm sendo adotadas nas áreas dos assentamentos.

Tendo como foco a analisar a experiência do Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, que está localizado no município de Restinga, interior do estado de São Paulo. Buscando analisar como estas políticas contribuíram (e vêm contribuindo) para o

⁴ Neste trabalho, entendemos como golpe de Estado o fato de se derrubar, ilegalmente, um governo constitucionalmente legítimo, sem motivações amparadas pela constituição federal. Os golpes de Estado podem ser violentos ou não, e podem corresponder aos interesses da maioria ou de uma minoria da população, embora este tipo de ação, geralmente, só triunfe quando tem apoio popular. No caso da afirmação acima, o golpe de Estado está diretamente ligado ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, apesar de não haver cometido nenhum crime (PT, 2019).

⁵ Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que congelaram os gastos públicos por 20 anos, que institui o regime de pagamento dos precatórios (SENADO, 2019).

⁶ Senado Federal - Projeto de Lei N° 5695, de 2019 - Altera as Leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 9.766, de 18 de dezembro de 1998, 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.880, de 9 de junho de 2004, para transferir a cota da União do Salário Educação para Estados e Municípios, de autoria do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) (SENADO, 2019). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8031546&ts=1574872488615&disposition=inlirie>. Acesso em 27/11/2019.

desenvolvimento do processo produtivo e geração de renda no assentamento, bem como quais os impactos observados após as mudanças dos governos após golpe de 2016 e com as eleições de 2018.

Outrossim, justifica-se de forma bem pessoal a relação da autora com as famílias assentadas, uma vez que a autora deste trabalho é, também, uma das assentadas deste assentamento. Assim, observa-se, enquanto motivação para a elaboração deste trabalho, poder realizar uma análise acadêmica que contemple, para além das políticas mencionadas, a própria origem do Assentamento e seu desenvolvimento, ao longo dos 21 anos de sua existência.

No que se refere a minha motivação pessoal, por se tratar de algo pessoal, relatarei (apenas este trecho) na primeira pessoa do singular e de forma bastante informal. Isso posto, pode-se dizer que o começo desta história remete ao ano de 1996, quando eu ainda trabalhava na cidade de Ribeirão Preto, no Sindicato dos Trabalhadores nos Correios. Nesta época, eu tinha pouco interesse com relação às questões sociais do país, não havia desenvolvido um posicionamento crítico e, portanto, achava tudo normal; isto é, não fazia questão em opinar sobre os assuntos de ordem política, pois achava que o governo fazia sempre o correto. Até que, ao começar a trabalhar no sindicato, comecei a participar de cursos, palestras, seminários, greves, etc. Na função de secretária tinha como responsabilidade digitar muitos textos que os diretores escreviam e com isso fui tendo um olhar mais amplo do mundo em que eu vivia.

No sindicato os diretores eram ligados à vários partidos políticos de esquerda e com isso passei a discutir e a entender melhor a palavra “desigualdade social”, a sensação era de que um mundo novo se abria diante dos meus olhos e muitas “verdades” foram se dissipando no meio de mundo de informações que chegavam até mim. Temas como: a exploração do trabalho, reforma agrária, gênero, educação, saúde, enfim, temas que antes passavam despercebidos, passaram a ter um peso maior na minha vida.

Este peso se acentuou quando em 06 de março de 1996, ocorreu a “Marcha nacional por emprego, justiça e reforma agrária” promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com cerca de 600 militantes. Marchando de São

Paulo à Brasília, a marcha passou pela cidade de Ribeirão Preto e teve o sindicato como local para hospedar os militantes que vieram na frente para construir o debate nas escolas, sindicatos, partidos, enfim nos locais onde havia o espaço para a discussão da reforma agrária.

Eram jovens com idade entre 17 a 25 anos e uma energia para debaterem o tema com muita propriedade. Eram filhos de assentados e acampados, das diversas partes do país, mas com um grande número de pessoas do Sul, em especial Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes jovens ficaram na cidade por dois dias onde foi construído um ato público realizado no dia 08/03/1996 na praça central da cidade, denominada Praça VX de Novembro, onde está o famoso teatro Dom Pedro, culminando as atividades do dia Internacional da mulher e as atividades da marcha.

Neste dia, por volta das 14h00 eu fui para o local da manifestação, onde havia poucas pessoas que se misturavam aos organizadores e às pessoas que passavam pela praça, sem entender muito bem o que ia acontecer. O tempo foi passando e as pessoas se achegando e quando, por volta das 16h00 um mar de gente chegou ao centro da praça, eu fiquei impressionada de ver tamanha grandeza da luta e quanto à injustiça social assola a humanidade. Quantas pessoas estavam ali por questões e interesses políticos, mas também, quantas estavam ali por causa de um sonho, o sonho da dignidade, de poder viver em um país mais justo, sem tantas desigualdades e opressão.

Ali eu me dei conta de que eu deveria fazer alguma coisa, pois eu também era parte daquela massa que sonhava com um futuro diferente. Queria poder viver parte da história do meu país fazendo algo que pudesse ser diferente e que um dia poderia servir para outras pessoas como referência para que eles continuem acreditando que o sonho que se sonha junto é um sonho realizável, mas o sonho que se sonha só é utopia, como dizia Raul Seixas.

Queria fazer parte de um mundo onde pessoas que pensassem como eu estivessem e assim abrir ainda mais o horizonte nesta discussão pela reforma agrária, então participei da marcha no dia 17 de abril em Brasília, o sentimento de certeza foi ficando cada vez mais forte.

Minha relação com o movimento foi se estreitando, passei a acompanhar os acampamentos na região, fazendo campanhas de arrecadação de alimentos e tudo o que fosse necessário, em 1998 vim para o acampamento da Fazenda Boa Sorte, fiquei acampada e fui assentada juntamente com as 159 famílias, e atualmente sou casada com um ex-dirigente do MST que conheci no período da Marcha Nacional.

O Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte é fato real de que o sonho sonhado junto é realidade, pois as famílias sonharam juntas, lutaram juntas, viveram momentos de alegrias e tristezas, momentos de incerteza, de desânimo, momentos em que a única esperança estava na fala dos dirigentes, quando chegavam de uma viagem a São Paulo e faziam assembleias para passar as informações das reuniões.

As políticas para fomento à produção nos assentamentos trouxeram para o assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte um grande avanço no sentido da implantação da comercialização da produção e falar sobre as dificuldades de implantação do assentamento e cada momento da história é um pouco difícil, pois cada assentado tem um ponto de vista que é baseado na sua realidade, passando pelo acampamento, pelo tempo de espera e pelos anseios para iniciar uma nova vida.

Mas, em se falando de assentamento 17 de abril – Horto Boa Sorte, o ponto de vista sobre a produção mudou, pois, o prazer em produzir alimentos saudáveis e fazer com que estes alimentos cheguem à mesa de pessoas simples e que precisam deste alimento não tem preço. A mudança de acampado para assentado não mudou somente por causa da aquisição de um móvel novo para casa, nem por causa de um veículo que passou a fazer parte da vida das famílias, ou até mesmo pelo fato da renda ter sido melhorada, passa por um processo muito mais íntimo, que é a consciência de saber o quando uma refeição faz a diferença na vida de uma criança que vai à escola talvez, somente em busca daquela refeição, ou um idoso acamado que estes alimentos levam a ele um pouco mais de nutrição e disposição de vida.

Por isso, escrever sobre as Políticas Públicas para Agricultura Familiar e o desenvolvimento Econômico e Social em Assentamentos Rurais, tendo a oportunidade de fazer um estudo de caso sobre o assentamento onde eu vivo com minha família por 21

anos, um lugar que só me trouxe crescimento pessoal e profissional, não poderia falar de outro tema a não ser a produção.

A produção é o fator principal de desenvolvimento socioeconômico do assentamento e do país e é através desta produção que o assentado desmistifica o estereótipo de “sem terra é vagabundo, não gosta de trabalhar”, ou de “favelas rurais”. É através da produção do pequeno agricultor é que o alimento chega à mesa da população com mais qualidade.

Me lembro com orgulho que no ano de 2005, eu era integrante do Movimento de Libertação dos Sem Terra e fomos a uma audiência no gabinete do então presidente na época o Sr. Luís Inácio Lula da Silva. Foi um momento histórico na vida do movimento, mas na minha vida foi mais que isso, estava ali sentada na frente do presidente da república e o assunto fluía tão tranquilamente que nem parecia uma reunião formal e foi nesta reunião que o então presidente enfatizou sua preocupação com os assentamentos e com o estereótipo de “favelas rurais”.

Para uma sociedade conservadora é muito difícil aceitar as ocupações de terras e a ideologia do movimento, pois, todos somos educados para aceitar situações das quais o trabalho digno é só aquele que há hierarquia e subordinação, enquanto se é sabido historicamente que o processo de ocupação é uma forma de lutar contra o processo de desapropriação do passado. Cabendo enfatizar que a morosidade do estado (federal/estadual) traz consequências severas ao processo de enriquecimento da produção, gerando desânimo e até mesmo desistência de permanecer na terra, por isso muitas vezes os lotes/glebas ficam à mercê pois o produtor acaba buscando sobrevivência fora do assentamento.

Figura 1 – Reunião do Movimento de Libertação dos Sem Terra, no ano 2005, com o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, entrega da bandeira do movimento ao presidente.



Fonte: arquivo pessoal

A reunião parecia mais uma roda de amigos, o movimento naquele momento apresentava um projeto para a construção de uma Agroindústria intitulada “Empresa Agrícola Comunitária” e ao ver o projeto o presidente Lula fez um movimento com a cabeça aprovando a ideia, foi aí que ele olhou para todos nós e disse:

Vocês representantes dos movimentos sociais, que estão intimamente ligados as famílias assentadas e vivem as dificuldades do dia a dia de se morar em uma área rural, onde famílias tem que conviver com os filhos saindo de casa para trabalharem por falta de incentivo para aos jovens, falta de infraestrutura, faz com que os assentamentos passassem a ser chamados de “favelas rurais” (Fala do ex-presidente Lula, em reunião com o MST).

Esta frase me marcou e com o passar do tempo, fui acompanhando o desenvolvimento do assentamento através da produção. Por isso o tema não poderia ser

diferente, relatar o quanto estas políticas contribuíram para o desenvolvimento do assentamento é um dos objetivos deste trabalho.

1.3. OBJETIVOS

Analisar a experiência do Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, no município de Restinga, no interior de São Paulo, relacionado à implementação das duas políticas públicas – o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De maneira específica, o trabalho busca:

1. Discutir o papel da luta pela terra no Brasil e construir a história do Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte.
2. Discutir os aspectos teóricos relacionados às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar – PAA e PNAE.
3. Analisar a influência do PAA e PNAE para o assentamento – especialmente, para a vida dos produtores rurais que nele atuam.

1.4. METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 83) “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências”. Concluindo assim que método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permite se alcançar os objetivos com maior segurança e economia, utilizando de conhecimentos válidos e verdadeiros, podendo assim traçar os caminhos a serem seguidos, identificando erros e auxiliando nas decisões. Para Vergara (2009, p. 2) “metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos a serem

utilizados na obtenção do conhecimento. É a aplicação do método, através de processos e técnicas, que garante a legitimidade do saber obtido”.

Neste trabalho, embora a autora tenha conhecimento empírico sobre o assunto abordado, também se fez necessário o processo de pesquisas bibliográficas e documentais para auxiliar na conceituação das temáticas aqui tratadas. Fe (MST, 2010)z parte desta construção, a elaboração de um questionário que foi utilizado para entrevistar os assentados (anexo I), bem como pessoas ligadas à prefeitura municipal – pessoas do Departamento de Saúde, Departamento de Educação, Departamento de Finanças, Departamento de Licitação e Compras, Departamento de Alimentação (anexos III IV e VI, VII) –, e também houve a participação através de questionário da participação da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo⁷ (anexo II).

O primeiro capítulo está estruturado com pesquisas bibliográficas, sobre acontecimentos históricos da formação do latifúndio no Brasil, compreendendo desde os processos de concentração de terras, a abolição da escravatura, as lutas camponesas pelo direito a terra, o papel da igreja e dos partidos políticos, na construção e consolidação da política agrária, os conflitos no campo, bem como a concepção histórica e ideológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O segundo capítulo é dedicado a contar a história do assentamento. Para tal, ele inicia contando a história do município de Restinga, para então, situar o surgimento do Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte. Foram utilizados questionários para pesquisa de campo junto aos assentados e os representantes de departamentos do município, bem

⁷ A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), está vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania, onde é responsável pelo planejamento estratégico e a execução das políticas agrária e fundiária para os assentamento do Estado de São Paulo, bem como pelo reconhecimento de Comunidades de Quilombos. Com o objetivo de promover a democratização do acesso a terra, a Fundação Itesp faz ação em todo o estado, buscando beneficiar os trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, quilombolas, posseiros, implementando também políticas de desenvolvimento sustentável para as comunidades com as quais atua. A Fundação atende 7.133 famílias sendo 140 assentamentos estaduais que estão presentes em 40 municípios. Prestando assistência técnica para 1.445 famílias quilombolas, em 14 municípios nas regiões do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e de Sorocaba. Após a implantação de Lei Fundiária de 2018 o Itesp já entregou mais de 40.000 títulos de propriedade dentro do programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural (SANTOS, 2019)

como pesquisas bibliográficas e documentais, com a contribuição de diversos autores que já escreverem sobre o tema e também o empirismo da autora.

O terceiro capítulo, é todo estruturado com pesquisas bibliográficas sobre o Programa de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, através dos sites governamentais, bem como de autores que abordaram o assunto, seguido de pesquisas de campo com os assentados e com a nutricionista do município na época. Além disso, são analisados dados do assentamento.

2.1. A ORIGEM DO LATIFÚNDIO

A palavra Latifúndio deriva do latim (língua muito usada pela Roma antiga) para caracterizar o domínio da propriedade por um único dono, ou seja, a expressão latifúndio representa acima de tudo uma grande extensão de propriedade de terras, uma **extensa propriedade agrícola privada** que, geralmente não exploradas economicamente, portanto improdutiva. E quando exploradas são destinadas ao cultivo de um único produto agrícola (monocultura), com finalidade de abastecer, comumente, o mercado externo, devido à produção em larga escala. Uma das principais características do latifúndio é a **concentração das propriedades** nas mãos de poucos proprietários rurais, famílias ou empresas. Essa concentração está associada a diversos conflitos e lutas por terra no Brasil (STÉDILE, 2000).

Buscando entender o latifúndio e suas questões no Brasil, este capítulo será todo estruturado através de pesquisas bibliográficas e documentais, onde os diversos autores trabalhados de certa forma já buscaram entender este fenômeno em nosso país. Ao abordarmos o fenômeno, estamos buscando uma explicação para o seu processo evolutivo, percebemos que tudo começa em momentos bem mais antigos, quase ancestrais se pensarmos no contexto de mundo, mas ao reportar este tema para o Brasil, a história se inicia com a chegada dos portugueses às terras brasileiras. Segundo Bandecchi (2017) a

chegada dos portugueses ao Brasil não foi um ato de descobrimento, como costuma ser ensinado nas escolas, e sim um “ato de posse não de descoberta”.

Buscando entender porque as questões fundiárias existem até os dias de hoje, o porquê dos explorados e dos exploradores, porque existe uma diferença econômica e social entre as pessoas, porque a desigualdade social em nosso país vive de maneira crescente, este capítulo procurará de forma histórica definir o latifúndio e sua origem, diante da realidade da luta pela terra, bem como o papel dos Movimento dos Sociais, as comunidades de base da igreja, os partidos políticos de esquerda em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que trabalham este pragmatismo e buscam romper os paradigmas trazendo uma nova visão da distribuição de terras pelo país.

Ao buscar entender estas questões nos deparamos com o resultado da construção das capitâneas hereditárias, das sesmarias como formato da construção para o sistema do latifúndio, como o MST (2010) destaca em sua página na Internet: “em outros países, observa-se um modelo diferente de estruturas sociais que, ainda que marcadas pela desigualdade, típica do sistema capitalista de produção, garantem uma menor distância entre os ricos e pobres e, assim, uma vida digna também, para aqueles que não são ricos”. Estes países, em geral, optam pela reforma agrária como forma de garantir a democratização do acesso a terra como um dos pilares para se promover o desenvolvimento econômico e social. Já no caso do Brasil, não houve (e parece não haver) o interesse das classes dominantes em promover condições para a construção de uma sociedade menos desigual.

Pilla, Andrade & Marques (2013), relatam que a questão agrária no Brasil começa juntamente com ocupação do território americano pelos europeus (portugueses e espanhóis) no século XV. Com a chegada de Cristóvão Colombo, em 1492 na América a coroa espanhola passa a ter a posse das novas terras, fato que foi contestado pela coroa portuguesa, dando início a uma série de negociações que, ao final de dois anos, (1494)

culminou com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, que viria dividir a América entre os dois países⁸.

Para Prado Junior (2001) “todo povo tem na sua evolução vista à distância, um certo sentido. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”. E o Brasil é um país de muitos Brasis, um país com uma diversidade cultural, social, econômica, rico por sua beleza, encanto e riquezas. O território que hoje se chama Brasil já foi propriedade dos povos indígenas, – originários deste local, os verdadeiros proprietários até o momento da chegada dos europeus.

A riqueza deste território despertou o olhar e a cobiça dos portugueses e espanhóis que, conforme já mencionado, passaram a disputar estas riquezas, e não hesitaram em invadir e usurpar as riquezas aqui encontradas: o ouro, o minério, a prata, o pau Brasil e tudo o que foi possível. Para além da usurpação dos recursos naturais, os europeus também se valeram da exploração da mão-de-obra dos povos originários, dizimando a população indígena.

De acordo com Pilla, Andrade e Marques (2013 p.15-16):

Com a Ocupação dos Portugueses em 1500 no Brasil, os índios que eram os verdadeiros habitantes, começaram a sentir a utilização do poderio econômico e militar da coroa que se empossava das terras e passava a explorar tudo o que havia de riqueza natural: minério, aves raras, pele de animais e em especial o pau-brasil e para isso submetia os povos nativos as suas vontades políticas e suas leis. As terras passaram a ser patrimônio da coroa Portuguesa, por direito e conquista, ficando assim a cargo do rei a permissão da propriedade da terra.

Contudo, para além da usurpação das riquezas naturais, a coroa portuguesa precisava garantir a posse da terra em solo americano. Em virtude disso foi que surgiu “o primeiro sistema administrativo do Brasil, as capitanias hereditárias, que já tinham sido empregadas por Portugal nos Açores e na Ilha da Madeira” (PILLA, ANDRADE e MARQUES, 2013).

⁸ O Tratado de Tordesilhas é uma linha imaginária que está situada a 370 léguas a oeste de cabo verde e que dividiu a América em duas partes - a oeste ficaria as terras pertencentes à coroa espanhola, e a leste, as terras pertencentes à coroa portuguesa. (PILLA, ANDRADE & MARQUES, 2013).

Segundo Morissawa, (2001, p. 58):

O projeto das capitanias hereditárias constituía a divisão de um novo território em 15 faixas de terras, que variavam de 150 a 600 km de largura, que em meados de 1534 e 1536 foram doadas aos chamados Capitães-donatários que eram nobres portugueses. Os donatários recebiam as capitanias sobre forma de concessão de uso para que a explorassem sem pagar impostos para a coroa, sobre a comercialização do Pau Brasil. Os donatários também deveriam explorar as terras com recursos próprios, povoar e propagar a fé católica em suas terras, bem como o direito de aprisionar os índios nativos.

Os colonos não tinham o direito de vender a terra, mas podiam repassar em parcelas para terceiros e para seus herdeiros, estas parcelas de terras em menor quantidade de extensão ficaram conhecidas como as sesmarias. Quem recebesse as sesmarias e não produzisse nelas, em tese, teriam suas terras confiscadas e devolvidas ao rei – este fato fez surgir o termo “terras devolutas”, que eram as terras devolvidas ao soberano⁹ (PILLA, ANDRADE, & MARQUES, 2013).

A lei das sesmarias¹⁰ portuguesa visava o aproveitamento total das terras do reino, de um lado, porque suas terras se encontravam em grande parte incultas e abandonadas, e, por outro, em resposta à grave crise de abastecimento alimentar que passava Portugal, decorrente de um período de lutas e guerras. Devido a isso, o Rei ordenou que todas as terras, próprias ou arrendadas, fossem cultivadas e caso o proprietário não as cultivasse – quer por falta de recursos, quer por se negar a fazê-lo a coroa tinha o direito de confiscá-las e entregá-las para outros colonos que o fizessem. O objetivo principal era, então, o aproveitamento da terra com vistas à produção alimentar.

Contudo, a lei não especificava as áreas doadas, fixando um critério vago de distribuição, cujo princípio era o de que a quantidade de terra seria aquela que o beneficiário pudesse produzir. A área concedida tinha como normativa a capacidade de

9 O termo continuou sendo usado, mesmo após a independência do Brasil, sendo, neste caso, para explicar as terras pertencentes ao Estado, mas que não têm uma destinação.

10 De acordo com Costa Porto e Paulo C. Maia, a palavra sesmaria tem sua origem no Antigo Império Romano, deriva da existência de um conselho administrativo, constituído de seis membros denominado sesmo, que se encarregava da distribuição das terras incultas e sem dono. O regime de doações de terras com base na Lei das Sesmarias é introduzido oficialmente no Brasil com as Capitanias Hereditárias, visando o povoamento, a ocupação e principalmente a defesa das terras brasileiras, devido as tentativas de invasões.

aproveitamento que o beneficiário apresentasse. Como consequência, a lei beneficiava indivíduos que possuíam riquezas – isto é, aqueles que podiam empregar trabalhadores, quer na forma de assalariamento, quer na condição de escravos – pois estes podiam utilizar mão-de-obra para trabalhar numa área maior de terras. Portanto, foram estes indivíduos mais ricos os que receberam as maiores extensões de terras (JAHNEL, 1987).

Com a posse das terras brasileiras pela coroa portuguesa, o reino concedia o direito de exploração para os donatários e seus herdeiros. Enquanto em Portugal a principal finalidade da agricultura era de caráter alimentar, o projeto para as terras brasileiras era de exploração mercantil. Ao trazer para a colônia o regime das sesmarias, o reino buscava transplantar a mesma lei de D. Fernando, porém com outra visão, que era de povoamento das terras brasileiras e não como Portugal cujo objetivo era o aproveitamento das terras. Como Portugal se encontrava com grande parte de suas terras incultas e abandonadas, o abastecimento alimentar em crise devido ao período das lutas e guerras, a coroa então ordenou que todas as terras arrendadas fossem cultivadas afim de produzir alimentos e aqueles que se negassem ou não tivesse condições para tal, o reino tinha a autonomia de confiscá-la. Segundo Jahnel (1987):

As sesmarias só eram doadas a indivíduos que atendessem a certas condições pré-estabelecidas. Elas não eram confiadas a pessoas de poucos recursos, uma vez que o cultivo da terra, voltado para o mercado externo, exigia grandes somas para a compra de escravos e de ferramentas, e só a exploração de vastas extensões era lucrativa. É a monocultura canavieira em grandes glebas, com base no trabalho escravo, voltada para o comércio externo que caracterizava a economia colonial. O açúcar – oficialmente introduzido no Brasil com a esquadra de Martim A. de Souza gênero de grande valor comercial, e que portanto atendia às ambições daqueles pioneiros, é o eleito por orientação da metrópole que já tinha experiência de cultivo do mesmo. Esse sentido comercial da “colonização” brasileira é a principal razão pela qual no Brasil a distribuição de sesmarias deu origem ao latifúndio.

Os donatários das capitanias hereditárias, foram os primeiros latifundiários, ou seja, os primeiros colonizadores capitalistas, que ganharam, junto com a terra, condições para exercer poder político e econômico em solo brasileiro, o que utilizavam para aumentar suas extensões de terras para além dos favores recebidos da coroa portuguesa. Os critérios para estas obtenções de terras incluíam o fato de que os donatários deveriam possuir

disponibilidade de capital, comprometendo-se em produzir mercadorias para serem exportadas para o mercado europeu (STEDILE, 2005).

As sesmarias foram legitimadas por meio de registros públicos elaborados nas paróquias locais, que funcionavam como cartórios e registravam as cartas de doações entregues pela coroa Portuguesa. Contudo, conforme Pilla, Andrade e Marques (2013) não foram respeitados o critério de que o tamanho da terra concedida estivesse de acordo com a capacidade do beneficiário de aproveitar a terra. Ocorreu com isso a concessão de grandes áreas, o que fez com que a terra se transformasse em instrumento de poder e de especulação, com a reserva de valor.

Uma conflituosa relação se estabeleceu entre os colonos portugueses e os índios, povos originários e verdadeiros proprietários daqueles espaços. Segundo Morissawa (2001, p. 56, *apud* RIBEIRO, 2001, p. 56) os índios viviam em aldeias que concentravam em média, de 500 a 3 mil habitantes e utilizavam como forma de resistir àqueles homens que representavam a coroa era continuar vivendo a terra como fonte de vida e não como geração de lucro.

Protagonizando várias rebeliões, ao que os portugueses responderam com violência e, munidos de maior poder bélico, quase sempre vencendo os povos indígenas rebelados. Mesmo que os portugueses tivessem melhores condições de enfrentamento, os índios preferiam lutar até morte a se deixarem escravizar pelos invasores, de maneira que as comunidades nativas foram quase que completamente extintas – de acordo com Darcy Ribeiro, na época da chegada dos portugueses, a população indígena contava com, aproximadamente, 5 milhões de habitantes índios e, em 2001 a estimativa é que seriam cerca de 320 mil (MORISSAWA, 2001).

A resistência indígena naquele momento proporcionou uma barreira para a utilização da mão-de-obra, mas a fim de garantir que os objetivos dos colonos fossem atingidos e não colocar em risco o projeto açucareiro português. Os sesmeiros recorreram à utilização de mão-de-obra escrava oriunda de países da África – as pessoas destes países eram retiradas de seus territórios com uso da violência, e trazidas às terras colonizadas, a fim de servirem como mão-de-obra escravizada. Pode-se dizer, sobre este momento

histórico, que “estava dada a configuração do latifúndio no território brasileiro”, isto é, com “grandes propriedades com produção agrícola alicerçada no trabalho escravo”. Mas, para além desta, outras características que marcaram esta configuração foram à existência de “latifúndios improdutivos, mantidos como reserva de valor para vendas no futuro e latifúndios pouco produtivos com extensiva criação de gado” (PILLA, ANDRADE, & MARQUES, 2013).

2.2. MÃO-DE-OBRA NEGRA

A questão fundiária no Brasil está extremamente vinculada à sorte da população negra, quando é instituído que as terras deveriam ser compradas, instala neste momento o processo excludente pra não dizer “discriminatório”, pois as terras deveriam ser “compradas” e os negros não tinham condições para estas apropriações de terras, primeiro porque eram escravizados (tidos como mercadorias) e, portanto, não tinham poder financeiro para tal aquisição. Segundo porque mesmo depois de 1888, quando houve a abolição da escravatura no país, eles continuavam a ser marginalizados na sociedade, portanto, sem a possibilidade de adquirir terras pela compra. E embora os imigrantes também tenham enfrentado situações difíceis no Brasil, a situação da população negra sempre foi pior (SILVA, 2011).

Para um país que se proclamava livre, se preparava para a abolição, mas vivia a contradição representada pelo trabalho escravo na estrutura social deste novo Estado criado com a Independência, o Brasil foi pressionado pela conjuntura mundial, principalmente europeia para cessar o tráfico negreiro JANHEL, (1987). Sob esta imposição foi necessária uma nova política de terras, com o objetivo de substituir o trabalho braçal dos escravizados. Neste momento o escravismo começa a ser substituído pelos trabalhadores agregados e os colonos imigrantes (esses últimos começaram a chegar por volta de 1819). Eram suíços, alemães, italianos, pobres agricultores atraídos para o Brasil, com a promessa

de terem terras (PILLA, ANDRADE, & MARQUES, 2013). Segundo Silva (2011, p. 77) “essa pressão (imposição) ocorreu mais no plano psicológico do que no prático”.

Do ponto de vista fundiário, a legalização de terras no Brasil, passou por muitos processos, no período entre 1825 e 1854, pois, enquanto crescia o movimento pela Abolição, o Império também decretava a Lei de Terras. Lei esta que colocou um fim no regime das sesmarias, porém, desencadeou em uma ocupação intensiva e incessante, pelo fato de que a posse era a única forma de obtenção de terras, foi uma forma de fundamentar permanente as ocupações com a finalidade de ampliar o domínio de terras, para aquisição de escravos. Segundo Comodaro (2011):

A Lei de Terras foi instituída em um período em que a propriedade foi protegida na forma mais absoluta possível. No Brasil, nas Constituições de 1824 e 1891. Com o Regime de Posse de Terras Devolutas, a utilização efetiva da terra passou a ser privilegiada, por meio da ocupação direta. Apenas com a Lei de Terras, Lei nº 601, de 1850, a propriedade se tornou prerrogativa e condição para acesso da terra, mediante da compra direta.

Para Pilla, Andrade & Marques (2013, p. 35) a Lei número 601, de 1850, chamada de Lei de Terras, tinha como objetivo, garantir que os brasileiros pobres, os escravos libertos, os posseiros e os imigrantes fossem mantidos como mão-de-obra assalariada, que por sua vez não poderiam ter acesso à terra, ressaltando que esta Lei foi um marco importantíssimo para a concentração fundiária.

O acesso estava sendo explicitamente proibido às classes pobres, em uma clara apropriação fraudulenta por parte dos fazendeiros. Conforme Girardi (2019), após 1850, passou haver falsificação de títulos que, por sua vez, deu origem às terras devolutas e que foi um dos agravantes para a atual situação fundiária no país. Abre-se então uma lacuna para o processo de grilagem – uma forma de concentração de terras através da documentação forjada. Para tal, envelheciam-se papéis¹¹ para fazer parecer que os documentos da propriedade da terra eram antigos. Com isso, papéis que eram novos tinham suas datas forjadas, dando a entender que eram antigas escrituras de propriedades

¹¹ Um dos métodos utilizados, por exemplos, era a colocação de grilos em gavetas para que estes grilos deteriorassem os papéis, fazendo-os parecer antigos (GIRARDI, 2019)

de terras. Essa lei favoreceu a má estrutura fundiária brasileira, uma vez que privilegiou os antigos fazendeiros que, por meio de escrituras falsas, aumentaram suas extensões de terras ou enriqueceram-se pela venda de terras que não lhes pertenciam.

Quanto à posse e propriedade da terra, até a independência do Brasil, o sistema de sesmarias era a única forma de acesso à terra. Isso impediu que os escravos libertos em 1888 e os imigrantes que chegavam para substituí-los tivessem acesso à terra. A apropriação fraudulenta das terras pós 1850, com falsificação de títulos, deu origem às terras devolutas, um dos agravantes da situação fundiária atual.

De acordo com Silva (2011, p.78) *apud* Lopes (1987, p. 22) “desde 1850, com a publicação da Lei de Terras, eliminava-se, por antecipação, a possibilidade de criação de um campesinato negro autônomo e estável, que, em algum grau, redimisse os males da escravidão extinta em 1888”.

As mudanças ocorridas com a abolição da escravatura não representaram, pois, mera transformação na condição jurídica do trabalhador; elas implicaram transformação do próprio trabalhador. Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica. Enquanto o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. Por essas razões, a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, isto é, em termos de substituição física do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador (MARTINS, 1998, p. 17-18).

Mesmo com abolição da escravatura, decretada em 13 de maio de 1888, juridicamente o negro deixa de ser escravo, mas não passa a ser um cidadão comum, pois as marcas da escravidão o acompanham para além deste momento histórico. Não há transformação na vida desse cidadão negro, mesmo que juridicamente vê sua vida de trabalhador transformada, pois a abolição não efetivou os direitos destes cidadãos, tampouco promoveu sua inserção na sociedade, também não mexeu na estrutura fundiária que permaneceu intocada e apoiada na grande propriedade, além de ter a população negra

escravizada mesmo após sua liberdade continuou sendo marginalizada e abandonada a própria sorte (SILVA, 2011).

Colocado em um papel de coadjuvante na construção da sua própria história, os cidadãos negros são tidos apenas como objeto no sentido literal do termo, conforme Munanga (1986, p. 23 e 26):

Os negros são colocados sempre em situações inferiores, como seres primitivos, sempre colocando o ser humano a tomar o cuidado de justificar sua conduta, perante as situações diante dos brancos. Tido como mão de obra barata, o tráfico moderno de escravizados negros se tornou uma necessidade econômica antes do advento das máquinas, na revolução industrial.

A trajetória dos cidadãos negros no Brasil também está além da estrutura fundiária, trata-se de uma imagem construída a partir de elementos extremamente negativos, traçados como “normais”, através da cultura primitiva e altamente preconceituosa onde o negro é tido como, preguiçoso, criatura inferior, portador de maus instintos.

2.3. A EXPANSÃO DO CAFÉ, ALGODÃO E PECUÁRIA.

Não se pode compreender a Lei de 1850, sem se conhecer as transformações políticas e econômicas pelas quais passava o país. A partir do século XIX, o café se tornou o mais importante produto da economia brasileira, originando uma crescente demanda de braços para a lavoura. Alguns fazendeiros, notadamente das áreas cafeicultoras, passaram a considerar o imigrante como a alternativa de força de trabalho de que necessitavam. No final do século XIX até a década de 1950 foi caracterizado pela ocupação do oeste do estado de São Paulo, com o avanço da frente pioneira. A década de 1920 marcou o avanço na ocupação do Oeste e do norte do estado do Paraná, em parte como extensão da ocupação do estado paulista. A porção ocidental do estado de São Paulo, como analisado por Monbeig (1984), foi ocupada principalmente com o desenvolvimento da cultura do café, algodão e pecuária bovina, que davam continuidade à produção direcionada à exportação.

A ocupação do estado de São Paulo pode ser considerada a primeira fronteira agropecuária brasileira, já estabelecida no leste do estado, principalmente na região do vale do Paraíba, a produção de café avançou sobre o planalto paulista. O estabelecimento de uma rede ferroviária considerável, que contava inclusive com capitais dos fazendeiros, ligando o interior à capital e ao Porto de Santos, foi indispensável para a ocupação do estado. O fluxo migratório para a fronteira agropecuária era formado principalmente por imigrantes europeus, japoneses e de Minas Gerais.

Com a crise de 1929¹² e a segunda guerra mundial, o café perdeu importância, e a demanda por algodão e carne aumentaram substancialmente por parte dos EUA, país que também estava envolvido na guerra. Nas culturas de frente tidas como pioneira, destacam o arroz e o milho que passaram a ter importância dentre outras culturas destinadas à alimentação, da crescente população urbana brasileira. Desta forma, mesmo com o declínio da rentabilidade da produção de café, a frente pioneira paulista continuou avançando, perdendo força a partir de 1940, quando os fluxos migratórios passaram a ter como destino principal o estado do Paraná. (MONBEIG, 1984).

Em relação à apropriação da terra na ocupação do interior paulista, a especulação (inclusive por companhias estrangeiras) e a grilagem que eram práticas conhecidas, já descritas por Monbeig (1984) e minuciosamente estudada por Ferrari Leite (1998) no Pontal do Paranapanema, última região ocupada do estado de São Paulo. Grandes glebas apropriadas por esses grileiros ou empresas (grileiras) foram desmembradas e vendidas de forma fraudulenta. Atualmente os grilos mais evidentes são contestados judicialmente pelos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária na região (GIRARDI, 2019).

O estado de São Paulo foi uma referência importante para se compreender o processo da grilagem e a formação das novas fazendas.

Para abertura de novas fazendas, os coronéis criaram a indústria da grilagem de terras, compreendida pela falsificação de documentos e outras atividades ilícitas, como subornos de funcionários públicos, além dos crimes praticado contra os

¹² A Grande Depressão, também conhecida como Crise de 1929, foi uma grande depressão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial (MONBEIG, 1984)

camponeses posseiros. Era esse processo escuso que determinava o preço das terras, antes devolutas, passando, dessa forma, a ser propriedade particular. Por essas práticas, os grileiros eram verdadeiros traficantes de terras, semelhantes aos traficantes de escravos. O trabalho com a derrubada das florestas era executado por caboclos e caipiras, que plantavam nessas terras até a formação da fazenda. Depois de formadas as fazendas de café, começava o trabalho da família camponesa migrante (FERNANDES, 2000, p. 28).

Outra questão destacada por Fernandes foi a prática do arrendamento, por meio do qual os fazendeiros exploravam a mão-de-obra camponesa em suas terras.

Outra prática de exploração foi o arrendamento em que os camponeses derrubavam a mata e formavam pastos. Neste, entretanto, faziam suas roças de subsistência. Terminando o desmatamento, acabava o arrendamento e os camponeses eram obrigados a abandonar a terra e seguir em busca de outras terras. Assim, as fazendas eram formadas pelo trabalho dos camponeses e apropriadas pelos coronéis (FERNANDES, 2000, p. 28).

A Lei de Terras nº 601, em seu artigo 1º dizia: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Na mesma lei, o artigo 14º dizia dar total poder ao Estado na venda de terras: “Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta à venda” (BRASIL, 1850).

2.4. A LUTA PELA TERRA

Os conflitos sociais no campo são marcados por diversas lutas camponesas. Historicamente a luta pela conquista ao direito a terra vai do Nordeste ao Sul do país que na maioria destas lutas se resultaram em verdadeiros massacres, realizados pelos fazendeiros e com a intervenção massiva Estado que utilizando a força pública, com toda capacidade militar, reunia forças de outros estados, mesclando soldados do exército com a polícia, buscando assim conter a resistência dos trabalhadores camponeses que reivindicavam seus direitos pela terra (MORISSAWA, 2001).

Foram muitos os movimentos de luta pela terra que buscaram em suas ações de resistência frente à intensa concentração de terras, alternativas que pudessem transformar a vida do campesinato brasileiro. Neste momento, é importante destacar dois movimentos de resistências que chamaram a atenção durante o processo de elaboração deste trabalho: a guerra de Canudos e a guerra do Contestado, foram duas experiências que estavam cumprindo com sua função social, trazendo a seus seguidores experiências ricas, no sentido da divisão de trabalho e a partilha coletiva e que foram dizimados por forças militares opositores que buscavam acima de tudo o poder (FERNANDES, 2000).

Destaca-se também, neste contexto, os cangaceiros “Lampião”, que traz um outro olhar para a construção da luta pela terra, que busca na força e nos ataques a reconquista das terras. Destacamos também o papel da igreja, a partir de uma filosofia libertadora que ocorre durante o processo da revolução socialista em Cuba (onde eclodem movimentos de libertação), juntamente a este o Partido Comunista Brasileiro que também teve sua retórica na luta pela terra e no início da construção de alguns movimentos.

De acordo com Fernandes, (2010, p. 28) a guerra de Canudos foi considerada o maior exemplo de resistência camponesa no Brasil, isto porque Antônio Conselheiro conseguiu se instalar na fazenda Canudos, juntamente com seus seguidores em 1893, que eram cerca de 10 mil pessoas e passaram a chamar o local de Belo Monte; o trabalho era todo cooperado, desenvolviam a produção familiar, onde podiam garantir um fundo comum para uma parcela da população especialmente os mais velhos e os desvalidos.

Foram vários os ataques a esta experiência e os trabalhadores responderam sempre com resistência até que, em outubro de 1897, Canudos foi cercado covardemente pelos militares que massacraram toda a população que lá estava. Fernandes (2001) relembra que:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1897, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (CUNHA, 1982, *apud* FERNANDES, 2001, p. 29).

Tendo a morte como parte do dia-a-dia, o limite para aquelas pessoas era o desespero e a revolta, que podem gerar a submissão ou insubordinação. Foi neste contexto

que surgiu o cangaço na região Nordeste, como forma de defesa da própria dignidade e de suas famílias, pois, em uma terra onde os coronéis estavam acima da lei, só restava à resistência camponesa (FERNANDES, 2001).

O século XIX se encerrou com a guerra mais trágica e violenta da história do Brasil (Canudos), contudo, as lutas de resistência não pararam por aí. O século XX continuou marcado por outras lutas, a qual se destaca a guerra do Contestado, que foi outra batalha camponesa que se desenvolveu, desta vez, no Sul do país – especificamente nos estados do Paraná e Santa Catarina – foi outro massacre de trabalhadores camponeses por parte de militares e dos jagunços.

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destruídos. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo (MARTINS, 1981, *apud* FERNANDES, 2001, p. 29).

A Guerra do Contestado foi marcada pela concessão de uma grande extensão de terras feita pelo governo brasileiro para uma empresa norte-americana chamada *Brazyl Railway Company*, onde seria construída a ferrovia de São Paulo ao Rio Grande do Sul (MORISSAWA, 2001). Para a construção desta ferrovia, florestas foram derrubadas e exploradas, milhares de famílias foram expropriadas e ao final da construção em 1912 cerca de 8 mil trabalhadores ficaram desempregados e passaram a perambular pela região buscando oportunidades de emprego.

Liderados por um pregador e curandeiro chamado “Monge” (José Maria), as famílias se estabeleceram em uma área disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, por isso o nome de **Contestado**. As famílias se tornaram resistentes aos ataques vindos pela força pública do estado de Paraná, que acreditavam que essas famílias eram invasores do estado de Santa Catarina. Neste ataque, o líder José Maria foi morto de forma brutal, mas as famílias saíram vitoriosas do confronto e isso, fez com que a notícia se espalhasse e aumentasse o número de seguidores.

No intuito de acabarem com o movimento, os coronéis, a empresa Brasyl Railway e o governo se uniram, mas foram derrotados, saindo deste segundo ataque cinco mil sobreviventes que, vitoriosos, fugiram para o arraial de Guaraguatá, onde passaram a viver em regime de coletividade.

Porém uma epidemia de tifo, fez com que estes sobreviventes se reorganizassem e passassem a viver em pequenos núcleos, continuando com a resistência e denunciando as arbitrariedades do governo. Seus líderes intitularam a resistência de guerra santa, e denunciavam assassinatos de trabalhadores, acusando o governo de entregar terras brasileiras a estrangeiros.

Através desta resistência passaram a atacar fazendas, cidades e parte da ferrovia. Porém, em dezembro de 1915, sete mil soldados do exército, mil policiais e 300 jagunços atacaram 20 mil pessoas, sendo que destas, sobreviveram 3 mil.

Canudos e Contestado são exemplos de luta e resistência que, ao denunciar as arbitrariedades do Estado, por parte de suas forças de violência, também tinham um outro olhar para sua população, trazendo o trabalho coletivo e a forma de vida partilhada no sentido da construção de um processo novo no campo, onde cada família pudesse ter seu espaço de vida além do pedaço de terra. Estas lutas mostram que a resistência daqueles que a acreditam faz toda a diferença na busca da dignidade.

Para Fernandes (2001) “a forma de organização desde os movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros demarcava os espaços políticos e a revolta camponesa”. A história brasileira foi formada pela opressão aos mais fracos, os trabalhadores, os pequenos proprietários, ou seja, a omissão do Estado em relação às minorias sempre foi presente, como também é possível enxergar o quanto o Estado apoiou fortemente à classe dominante.

Como a resistência camponesa se manifestava em diversas ações que iam se modificando ao longo do tempo, em meados do século XX começam então a surgir novas formas de organização, na luta pela terra e pela reforma agrária. E é neste momento que surgiram os sindicatos, as associações, as ligas camponesas. As instituições, dentre as

quais, se destacaram a igreja católica e o partido comunista brasileiro, que disputavam o espaço político interessados no processo de formação.

Dentro do contexto de organização de camponeses, como sendo uma classe organizada e que buscava a luta pela reforma agrária, surgem então três movimentos: a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil – ULTAB (criada em 1954 durante a Segunda Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, para organizar o trabalho agrícola no Brasil), as Ligas Camponesas (organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro, a partir de 1945 – foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST - que surgiu, a exemplo dos outros estados e movimentos do Rio Grande do Sul, e que realizou diversas ocupações e acampamentos pelo estado, entre 1960 até 1964, garantindo direitos e terras a milhares de famílias camponesas). Em 1945 quando acabou a ditadura do governo Vargas, teve início a formação das Ligas Camponesas, que foi um organismo de luta e resistência política, formada por proprietários parceiros, posseiros e meeiros que resistiam a expropriação, à expulsão da terra e o assalariamento. Quase todos os estados brasileiros tinham uma organização com milhares de camponeses, que tinham o apoio do Partido Comunista. Mas em 1947 o governo Dutra declarou o Partido Comunista Brasileiro ilegal e, enfrentando muita repressão, as ligas camponesas foram violentamente reprimidas, muitas vezes por parte dos fazendeiros e seus jagunços (FERNANDES, 2001).

Entre 1954 e 1962 surgiram outras ligas passando por Pernambuco, precisamente em Vitória do Santo Antão, no engenho Galileia, onde foi criada a sociedade agrícola por plantadores e pecuaristas de Pernambuco, que se organizaram para combater o aumento da exploração e a tentativa de expropriação da terra pelos donos do engenho, como também as ligas que foram formadas em outros estados do Nordeste e outras regiões do país. Na resistência contra a expulsão da terra, vários trabalhadores morreram, dando destaque ao assassinato de João Pedro Teixeira fundador da liga de Sapé, a maior do Brasil. A organização se instalou em treze estados, onde foram realizados vários encontros e congressos, afim de promover a consciência nacional a favor da Reforma Agrária.

O Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica que eram os principais apoiadores defendiam que a reforma agrária deveria ser de forma pacífica e gradual, onde os camponeses recebessem indenizações em dinheiro e em títulos. Mas as ligas camponesas definiram pela reforma agrária radical, onde passaram a resistir na luta contra o monopólio da classe dominante sobre a terra, fazendo ocupações e resistindo na terra. Com o golpe militar de 1964, as ligas camponesas, bem como outros movimentos de luta foram aniquiladas pelo exército (FERNANDES, 2000, p. 33; COMPARATO, 2001).

Um movimento criado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1954 chamado de União dos Lavradores Agrícola, tinha como finalidade coordenar associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais. Geralmente, seus líderes eram camponeses, mas tinham também, aqueles que eram indicados pelo próprio partido, que se desenvolveu em quase todos os estados exceto Rio Grande do Sul e Pernambuco, estados que já contavam com a presença do Master e das ligas camponesas.

O Master surgiu no final de década de 1950, no estado do Rio Grande do Sul, a partir da resistência de cerca de 300 famílias de posseiros do município de Encruzilhada do Sul e que nos anos seguintes disseminou por todo o estado, o movimento considerava agricultores sem-terra o assalariado rural, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários e seus filhos. Iniciou acampamentos como forma de organizar suas ações, muito parecido com o Movimento Sem Terra (MST), o que para o Master representava uma das formas de garantir a entrada dos camponeses na terra (MORISAWA, 2000).

O Movimento permaneceu em cena até 1964, pois, contava como o apoio de Leonel Brizola do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Era formado por agricultores assalariados das granjas, o parceiro e também os pequenos proprietários e seus filhos. Porém, com a perda das eleições pelo PTB, em 1962, o movimento ficou enfraquecido (FERNANDES, 2010).

A Igreja como ator político nesta luta no Brasil, também tem sua importância evidenciada durante o processo de redemocratização. Com efeito, no final dos anos 1970 e

começo dos 1980, todos os que lutavam contra o regime militar encontravam apoio em setores importantes da Igreja (CAVA, 1988; MARTINS, 1994).

O fato de a Igreja, tradicionalmente alinhada com as posições mais conservadoras das elites ao longo de toda a história do Brasil, ter-se empenhado na defesa da causa dos camponeses, a partir da década de 1960, pode parecer paradoxal. É preciso considerar, contudo, que naquele momento a Igreja se opunha ao comunismo. Tornava-se preferível, portanto, aproximar-se dos camponeses a vê-los transformados em revolucionários. Esse ponto é importante, pois a partir daquele momento, e mesmo que a parte mais progressista da Igreja fosse depois duramente combatida pelo governo militar, estavam lançadas as bases para que a Igreja viesse a ser considerada como um interlocutor confiável entre o governo e os trabalhadores rurais. Para o governo, sobretudo, tratava-se de um interlocutor muito mais confiável do que os partidos de esquerda (COMPARATO, 2001).

Entre as décadas de 1950 a 1960 a América Latina foi à região na qual a Teologia da Libertação mais se frutificou apresentaram um forte incremento industrial e uma intensa migração entre campo e cidade. Como essas políticas beneficiaram, majoritariamente, setores do capital nacional e internacional, acabaram por criar um proletariado urbano e uma massa de moradores em favelas. Essas mudanças alteraram o perfil de diversos países como foi o caso do Brasil que apresentavam níveis muito altos de crescimento industrial, embora esse crescimento não se refletisse em melhoria da distribuição de renda. (MORISSAWA, 2001)

A teologia da libertação formulada, pela primeira vez por Gustavo Gutiérrez, veio como alternativa à teologia do desenvolvimento, conforme especificou Boff, no reencontro de Cartigny na Suíça em 1969. Para ele, estavam sendo delineados os primeiros passos para a teologia da libertação (WESTPHAL, 2001). Segundo o autor foram vários os colaboradores para esta articulação emergente na construção da teologia da libertação, com publicações de livros sobre o tema, destacamos neste momento. Destaca-se, também, a participação de Dom Helder Câmara, que contribuiu muito para a reflexão teológica a respeito do compromisso concreto do cristão com as classes oprimidas.

Estas mudanças propiciaram mobilizações políticas populares, muitas delas influenciadas pela Revolução Cubana. Focos de luta armada também surgiram no período e, como reação dos setores conservadores, golpes militares passaram a dominar o continente. É nesse contexto que o chamado cristianismo social ganhou corpo nas pastorais operárias e em organizações políticas e humanitárias, inicialmente influenciadas pelos humanistas franceses, como padre Lebreton, Chardin, De Lubac, dentre outros. Porém, no decorrer desta década os leigos passaram a se comprometer com trabalhos sociais, que, posteriormente tomariam uma outra feição, vinculada às lutas políticas de cunho socialista. Começava a surgir o alicerce para a Teologia da Libertação (MENEZES NETO, 2007).

Após o Concílio do Vaticano II em 1965, e reforçada para II e III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Medellín, na Colômbia (1968) e Puebla no México (1979), a igreja tomou a postura da criação das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (MORISSAWA, 2001).

A CEB foi criada em 1960 e após 10 anos já estava espalhada por todo o território brasileiro. Sua base ideológica era o princípio da Teologia da Libertação e foi um importante espaço para os trabalhadores rurais e urbanos se organizarem e lutarem contra as injustiças e pelos seus direitos. A teologia da Libertação era baseada na releitura das sagradas escrituras buscando respaldar o oprimido e condenar o capitalismo (MORISSAWA, 2001).

A CPT surgiu em 1975 e juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, dava assistência aos camponeses durante o regime militar. Seu início foi na luta dos posseiros do Centro-Oeste e Norte, porém teve um papel importante nos conflitos pela terra no Sul do país, onde deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como também foi um importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares (MORISSAWA, 2001).

O presidente Castelo Branco decretou a Lei de Reforma Agrária (1964), formalizando assim o Estatuto da Terra. Esta lei tinha como objetivo a distribuição de terras, mas não, necessariamente, a execução do programa de redistribuição fundiária. O objetivo não explicitado era frear e controlar as reivindicações populares e as tensões

sociais que cresciam de forma acentuada, evitando a eclosão de uma revolução camponesa e, estrategicamente, tranquilizando os grandes proprietários de terra (MORISSAWA, 2001).

Foi criado um modelo agrário ainda mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, contribuindo assim para o êxodo rural, bem como para a opressão do povo brasileiro em especial o pequeno produtor camponês que viu seus direitos de expressão privados com a instituição da truculenta Lei de Segurança Nacional e no Ato Institucional nº 5, durante a ditadura. Os governos militares buscavam implantar um novo modelo de desenvolvimento econômico agropecuário, que avistava somente o crescimento da grande propriedade, instalando sistemas de créditos e subsídios (MORISSAWA, 2001).

Os militares, querendo descentralizar os conflitos pela terra, buscaram efetivar a reforma agrária entregando várias extensões de terra na Amazônia para grupos empresariais e para as multinacionais, conforme relata MORISSAWA (2001, p.100)

O Estatuto da Terra não saiu do papel de forma a efetivar a reforma agrária no Brasil e com isso o governo passou a entregar grandes extensões de terras na região amazônica para grupos empresariais e para as multinacionais. Sem uma organização para se aglutinarem e lutarem conjuntamente os sem-terra já no governo Médici tiveram que atuar de forma individual, famílias de sem-terra saíram do sul afim de colonizarem terras nas regiões da Amazônia, o governo tinha em mente esvaziar os conflitos de terra nos quatro cantos do país.

2.5. REFORMA AGRÁRIA E O PAPEL DO MST

A reforma agrária não é só a conquista pela terra. É uma luta política, que traz em seu bojo, além do acesso à terra para sobrevivência, uma luta por acesso à créditos, comercialização, e à programas governamentais. Atualmente, o contexto se diferencia das grandes revoltas dos séculos passados, mas a resistência é a mesma, assim como a luta contra o latifúndio e a falta de tolerância e desempenho por parte de alguns governos.

Para Fernandes (2001, p.19) “é impossível compreender sua formação, sem entender a ocupação da terra. O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos

processos de espacialização e territorialização da luta pela terra”. O movimento teve sua trajetória de formação política construída através da resistência da luta no campo brasileiro. Para Fernandes: o MST é fruto desse processo histórico e parte da continuação da luta pela terra de outros movimentos que o antecederam como pôde ver que a disputa pela terra no Brasil é muito antiga.

As ocupações de terra é uma realidade que determina o espaço/tempo que estabelece uma divisão clara entre o latifúndio e o assentamento, entre o passado e o futuro. Nesse sentido para os sem-terra a ocupação de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é constituída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o estado (FERNANDES, 2001).

O MST está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permaneceram organizadas no MST, por acreditarem que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária (MST, 2019).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), historicamente surge das lutas existentes que ocorriam nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas ao pensarmos na gênese do MST, seu surgimento vai além das lutas, está no sentido ideológico e no socioeconômico, onde a importante formação do movimento está atrelada a Igreja Católica e a Igreja Luterana (STEDILLE, 2005; FERNANDES, 2005).

No caso da Marcha, enquanto se encaminhava à Brasília, ela foi comparada a Coluna Prestes e teve como slogan o tema “Reforma Agrária: essa luta é de todos” que reuniu milhares de sem-terra. A marcha teve seu início na capital paulista, passando por várias cidades do interior de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, para chegar a Brasília e culminar em um ato público, em 17 de abril de 1997. A marcha contou com a adesão de milhares pessoas, representantes de sindicatos, estudantes e sociedade civil, participantes, tanto da marcha em si, como dos vários atos políticos que a mesma desencadeou ao longo da caminhada.

De acordo com Jean Gomes da Silva¹³, assentado e ex-militante MST, que participou deste momento, a marcha saiu de São Paulo, passou por várias cidades do interior paulista, onde foram realizados dezenas de atos públicos, com palestras em escolas públicas para alunos do ensino médio, a fim de divulgar e fomentar a discussão entorno da Reforma Agrária. A igreja e os sindicatos, bem como os partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores, tiveram um papel importantíssimo naquele momento, pois, os integrantes da marcha precisavam de remédios, alimentação, pouso e principalmente de segurança para caminharem as margens das rodovias estaduais e federais, sem correrem riscos.

Para Silva, o momento foi de grande eclosão na discussão da Reforma Agrária, os veículos de comunicação efervesceram para colherem o máximo de informações sobre toda a movimentação que no momento disseminava a troca de opiniões no país. O governo, midiaticamente, tentou descaracterizar o movimento, alegando ser um movimento pequeno, com bando de arruaceiros e que não merecia tanta importância, pois, após alguns episódios o movimento voltaria ao anonimato, fato que não ocorreu.

Sob o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), além do aumento do êxodo rural (provocado pela ação dos bancos contra pequenos agricultores endividados), o Brasil testemunhou também os dois maiores massacres da segunda metade do século XX: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará. No mesmo período foram criadas duas medidas provisórias persecutórias para quem ocupava terras, e foi implantado o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos em detrimento das desapropriações (MST, 2019).

Foram destruídas as políticas de crédito especial para a Reforma Agrária e assistência técnica criadas durante o governo José Sarney (1985-1990), prejudicando as famílias assentadas e intensificando o empobrecimento. Embora FHC tenha

¹³ Jean Gomes da Silva participou da marcha do início ao fim, atuando no setor de comunicação – em entrevista concedida à pesquisa, em 02 de janeiro de 2019.

propagandeado que realizou a maior Reforma Agrária da história do Brasil, seu governo nunca possuiu um projeto de reforma agrária real. Durante os dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Todavia, o número de assentamentos implantados foi diminuindo ano a ano. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores e governos estaduais, registrando-os como assentamentos novos criados por FHC. Essa tática criou tamanha confusão que, ao final do seu mandato, nem mesmo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conseguia afirmar quantos assentamentos haviam sido realizados de fato (MST, 2019).

Em seu primeiro mandato, o governo Lula procurou discutir com os movimentos sociais de luta pela terra, em busca de caminhos que pudessem alicerçar um novo modelo de Reforma Agrária no país. Em sua entrevista, Silva afirmou que “foram várias as reuniões do movimento com o ex-presidente Lula, buscando formas de trazer as agroindústrias para dentro dos assentamentos e incentivar as famílias a permanecerem nos assentamentos”. Um grande passo para a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento nas áreas rurais foi a chegada do programa Luz para Todos, sem este programa, as famílias de pequenos agricultores que viviam nas áreas rurais (assentadas ou não) puderam ter acesso aos vários benefícios que a energia traz em prol do desenvolvimento¹⁴.

Historicamente é possível afirmar que, na luta pela terra houve muitas conquistas, alegrias e sonhos realizados, mas também, muitas lágrimas. Famílias que perderam filhos, pais e esposos, companheiros e companheiras pelo caminho, devido a truculenta repressão. Por outro lado, esta é uma luta que aumentou o empoderamento do camponês que passa a buscar seus direitos. É comum que a polícia, ao cumprir as ordens para reintegrações de posse, se esqueça que, independente do lado escolhido para lutar, todos são seres humanos

¹⁴ O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos foi instituído pelo Decreto nº 4.873 e conseguir atingir cerca de 16 milhões de famílias oriundas das áreas rurais, que puderam ter acesso a uma melhor qualidade de vida, trazendo assim o desenvolvimento sócio econômico para cada região (ELETROBRÁS, 2019).

em busca da garantia de seus direitos que são garantidos pela Constituição Federal, que as pessoas não são diferentes, porém estão em lados opostos.

A reforma agrária é uma forma de (re)organização da estrutura fundiária, é uma maneira de promover a (re)distribuição da terra, principalmente no que tange a garantia da função social da terra. Os programas de reforma agrária realizados nas últimas décadas no Brasil buscaram atender às demandas do MST, especialmente, nos governos de esquerda (do Partido dos Trabalhadores – PT) uma vez que o MST foi um dos aliados do Governo Federal no período em que o PT governava o país.

Para alcançar esse objetivo, dois importantes instrumentos utilizados foram: a) a desapropriação – instrumento jurídico utilizado em grande parte das experiências, b) a compra de terras que não estavam cumprindo com sua função social, consideradas pelo governo como terras improdutivas, para redistribuição para os camponeses sem-terra. Para o MST uma reforma agrária popular consiste na distribuição massiva de terras dentro do contexto de mudanças de poder nos quais se constitui uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses. Desses processos resultaram leis de reforma agrária progressistas, populares, onde se combina a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses sociais de luta pela terra. Em países onde esse tipo de reforma agrária ocorreu, não afetou necessariamente o sistema capitalista em seu grau de abrangência, porém esteve relacionado com os processos de mudanças sociais, econômicas e políticas (MST, 2019).

O MST não é o único movimento de luta pela terra e conseqüentemente não será o último, ele é responsável por uma parcela de movimentos de luta que surgiram através de seus conceitos na busca pela democratização ao acesso a terra e através da luta pela reforma agrária, é o que afirma Comodaro (2001, p. 102):

Faz-se necessário lembrar, também, que o MST não é o único movimento de luta pela reforma agrária. Existem atualmente dezenas de outros movimentos, inspirados no MST ou dissidências dele, como os próprios nomes sugerem, por exemplo, o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), ligado à Social Democracia Sindical, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), ligado a segmentos da esquerda, e o MUST (Movimento Unido dos Sem Terra), ligado à Força Sindical. Os dados reunidos por Bernardo Mançano Fernandes (1999) mostram que o MST é responsável por apenas um terço das ocupações de

terras realizadas no Brasil desde 1996, e representa aproximadamente dois terços das famílias acampadas recenseadas desde aquele ano. Esses outros movimentos de luta pela terra disputam, portanto, o mesmo espaço político que o MST. A leitura cotidiana do noticiário político revela, contudo, que o maior adversário do governo nesse campo é o MST (COMODARO, 2001, p.102)

O MST tem várias vertentes que buscam fazer com que o movimento seja um movimento legitimamente político e social. Sua luta pela reforma agrária vai muito além das ocupações de terras e das liberações de crédito. O MST traz em seu bojo a luta pela esperança, pela consciência de futuro. Preocupa-se com a agricultura camponesa, luta contra o agronegócio, trabalha o acesso à educação e cultura, como valorização dos saberes populares, pois entende que, para que haja dignidade humana, é fundamental que haja conhecimento consciente. Incentiva a cooperação agrícola, buscando trabalhar conscientemente a produção orgânica, ou a produção que mais se aproxime de uma qualidade em produzir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos. Sendo assim, contrapõe-se à produção de transgênicos, pois defende que a agricultura deva ser harmônica e que respeite o meio ambiente, para isso se baseia na matriz tecnológica da agroecologia. Além disso, o movimento busca aliar os conhecimentos ancestrais de manejo com a terra e com as sementes à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, para que se possam produzir alimentos saudáveis em larga escala sem prejudicar as riquezas naturais (MST, 2019).

O movimento também se perpetua na condição de um grande movimento, por meio das conquistas obtidas a partir da constituição e manutenção de assentamentos rurais. As famílias assentadas, após o processo de regularização fundiária, enfrentam outros dilemas que são voltados para a liberação dos créditos de implantação e fomento para se desenvolverem como produtores. Muitas famílias acabam desistindo do meio rural e voltam para as cidades em busca de oportunidade de trabalho. Contudo, nestes casos, costumam perder as terras, já que, nos assentamentos administrados pelo INCRA, as terras destinadas à reforma agrária não podem ser vendidas.

Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiários

não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros (INCRA, 2019).

Mas no estado de São Paulo os assentamentos administrados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) estão amparados pelos termos da Portaria Itesp nº 131/2018 “*é facultado aos beneficiários desistir voluntariamente da exploração do lote, com indenização das benfeitorias por eles erguidas pelos titulares supervenientes*”¹⁵.

Mas em abrangência nacional com a abertura para titularização de terra, com o sancionamento da Lei 13.465/2017 que regulamenta os procedimentos para a titularização das terras dos estados e da união – que foi assinado em 2017 o ex-presidente Michel Temer:

Foi transformada em lei a medida provisória que estabelece regras para regularização de terras da União ocupadas na Amazônia Legal e disciplina novos procedimentos para regularização fundiária urbana. A Lei 13.465/2017 foi sancionada com uma série de vetos pelo presidente Michel Temer nessa terça-feira (11) e publicada no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (12).

A nova lei é proveniente da MP 759/2016, aprovada no Senado em 31 de maio na forma do projeto de lei de conversão (PLV) 12/2017, do relator senador Romero Jucá (PMDB-RR). O texto, que revoga regras atuais da Lei 11.977/2009, entra em vigor já nesta quarta-feira.

A nova regra torna possível regularizar áreas contínuas maiores que um módulo fiscal e até 2,5 mil hectares. O texto permite que ocupantes anteriores a julho de 2008 participem do processo (SENADO, MP 759/2016).

Caberá ao Incra a elaboração de uma pauta de valores de terra com base nos valores já adotados para a reforma agrária. O preço final a pagar será de 10% a 50% desses valores. Áreas acima de 2,5 mil ha também poderão ser regularizadas parcialmente até esse limite. Na hipótese de pagamento à vista, haverá desconto de 20%, e a quitação poderá ocorrer em até 180 dias da entrega do título. O prazo de pagamento parcelado de 20 anos e a carência de três anos continuam conforme a legislação anterior (NOTÍCIAS DO SENADO, 2017).

¹⁵ Portaria Itesp nº 131/2018, que altera a portaria ITESP 50 de 16-06-2004. Desistência de exploração de lotes agrícolas, manifestada pelos beneficiários dos planos públicos.

Esta regulamentação já está vigorando no país e no estado de São Paulo não é diferente o processo já iniciou pela região do Pontal do Paranapanema e está chegando com toda força na região nordeste do estado. Para o assentado Jean Gomes da Silva, esta discussão sobre a emancipação e a regularização fundiária é vista com grande preocupação por parte do movimento, não por ser um processo negativo para as famílias que, uma vez de posse dos seus títulos, poderiam acessar mais linhas de crédito, mas sim pela forma a qual está sendo trabalhada, pois, em um futuro próximo pode ser que volte o monopólio das áreas, que hoje são distribuídas e que as famílias trabalham em regime de economia familiar.

Tendo em vista que o movimento trata a produção como uma das principais contribuições para a sociedade brasileira tendo o compromisso em produzir alimentos saudáveis. Sabendo que a agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo – sendo responsável pela produção de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo, 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

E os assentamentos de Reforma Agrária fazem parte dessas estatísticas, pois são os maiores fornecedores de merenda escolar do Brasil, fruto das discussões dos movimentos sociais e da organização das cooperativas, associações e agroindústrias instaladas nos assentamentos, como também das parcerias entre as associações/cooperativas de assentados com as empresas para a industrialização e beneficiamento de produtos, resultado de uma política nacional instalada pelo governo federal desde 2003, e que trouxe o desenvolvimento para o mundo rural e fez com que as famílias pudessem se sentir orgulhosas e cada vez mais incentivadas a comercializarem seus produtos através do PNAE. Neste contexto, a cooperação agrícola é um ato concreto de ajuda mútua que fortalece a solidariedade e potencializa as condições de produção das famílias assentadas, e que também melhora a renda e as condições do trabalho no campo (MST, 2019).

3. O MUNICÍPIO DE RESTINGA E O ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL

3.1. O MUNICÍPIO DE RESTINGA

Neste capítulo será dedicado a história do município de Restinga, onde está inserido o assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte desde 1998 – será relatado o processo de ocupação, passando pelas várias reintegrações de posse, chegando a regularização fundiária do assentamento. A ideia é contar um pouco da saga de um povo que não desistiu e permaneceu no assentamento, e que, mesmo com as dificuldades que apareceram, não deixaram de lutar pela sua dignidade.

Ao longo destes 21 anos de assentamento, muitas crianças nasceram, cresceram e desenvolveram suas próprias famílias, dentro do assentamento. Há também aqueles velhos companheiros que já partiram e deixaram muitas saudades, mas, a família assentada se mantém ativa e de pé, sempre reivindicando o que for direito do assentado. Para a construção deste capítulo, foram utilizadas referências bibliográficas que discorreram sobre a história do assentamento, bem como entrevistas com os assentados. Foi elaborado um questionado sobre as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas no assentamento – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O município de Restinga teve sua origem histórica motivada pelos ciclos econômicos do início do século XIX que, em princípio, se constituía em entreposto de comercialização de sal e que anos mais tarde, em 1887, recebeu a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, com seus trilhos trazidos da cidade de Franca (localizada a 18 km do assentamento e atualmente, a maior cidade da região). Com a estrada de ferro, o vilarejo começou a se firmar como posto de troca.

Esta localizado na região Nordeste do estado de São Paulo, fazendo parte do “circuito mogiana” que é composto por 20 municípios da região, porém Restinga pertence à mesorregião de Ribeirão Preto e à microrregião de Franca, estando incluída também ao

Aglomerado Urbano de Franca e tendo fronteiras com os municípios de São José da Bela Vista, Franca e Batatais. Em hidrografia, o município é banhado pelo Rio Sapucaí.

Figura 2 – Foto área do Município de Restinga em 2019



Fonte: Restinga (2019)¹⁶.

A princípio, a economia era de subsistência, mas em 1845 foi inaugurada a estação de parada nas terras da Fazenda Monte Belo, de propriedade do Coronel Isaac Vilela de Andrade, à qual denominou o município de Restinga. O nome foi sugerido e emprestado pelo Sr. João Alexandre Dias, dono de uma propriedade agrícola que tinha este nome. Na mesma ocasião, o Coronel Isaac Vilela de Andrade bem feito¹⁷ da região, doou uma área e mandou que fosse construída uma capela para glorificação de Nossa Senhora Aparecida, deixou em frente à capela uma área para ser construída uma praça e em torno da capela estabeleceu um loteamento, vendendo os lotes para os fazendeiros e seus colonos (RESTINGA, 2019).

Inicialmente, tudo era bastante rudimentar. Com a chegada da estrada de ferro, o comercio passou a se desenvolver e foi aí então que iniciou o auge da cultura cafeeira o

¹⁶ Disponível em: www.restinga.sp.gov.br.

¹⁷ Benfeitor: indivíduo que pratica o bem; quem realiza ou possui boas ações; aquele que age em favor de algo ou de alguém: o benfeitor da obra de caridade (Dicionário online, 2019. Disponível em: https://www.apppublico.com.br/restinga.sp.gov.br/?menu=noticia_detalhe&id=204).

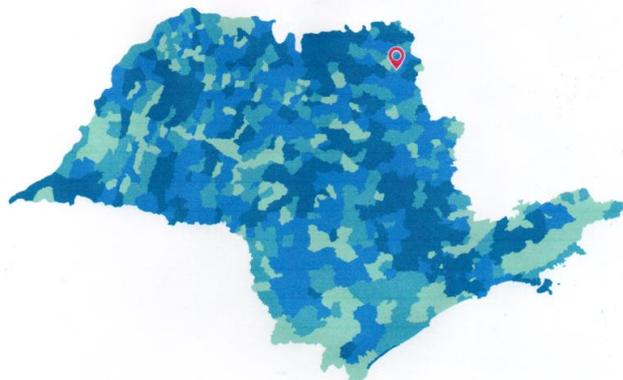
Major Joaquim Firmino de Andrade foi quem construiu as duas primeiras casas que deram início ao povoado e também instalou uma beneficiadora de café – em 21 de janeiro de 1897 começaram a serem construídas as primeiras casas de moradias e junto se instalou o comércio no pequeno vilarejo, formando-se assim um pequeno grupo de comerciantes (RESTINGA, 2019).

Do ponto de vista político-administrativo, Restinga se tornou “distrito de paz de Restinga”, através da Lei nº 1.266, de 28 de outubro de 1911, ligado à comarca de Franca. A categoria de município só foi criada através do Decreto Lei nº 8.092, aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo, em 28 de fevereiro de 1964 (RESTINGA, 2019).

De acordo com as informações contidas no site oficial do município de Restinga, o censo do IBGE de 2019, constatou que o município atualmente conta com 7.593 habitantes quanto que o censo de 2010 apresentava um número de 6587 habitantes, com isso houve alterações no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que em 2010 era de 0,705 o que situa o município na faixa de alto desenvolvimento humano (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, seguida de Renda e de Educação (RESTINGA, 2019).

Segundo o IBGE a taxa de envelhecimento da população Restinguense tem sido elevada, aumentando (em 1991, 3,72% da população tinha mais de 65 anos e, em 2010, subiu para 6,29%). A renda média per capita é de 2,5 salários mínimos, conforme dados de 2017 fornecidos também pelo IBGE. A taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos é de 98,6% da população, representando o 4º maior índice da microrregião.

Figura 3 – Mapa da localização do Município de Restinga



Fonte: IBGE (2019).

Atualmente, Restinga tem como gestor o Prefeito Amarildo Tomás do Nascimento (MDB), eleito em 2016 para o quadriênio 2017-2020. O Poder Legislativo Municipal, com Câmara é composta por nove vereadores: Alexandre Ferreira, Ana Imaculada Valério, Cleiton Candido da Silva, Edson Marques Pimenta, Evanildo Donizete Montagnini, Helton Tavares dos Santos, Julimar da Silva Rodrigues, Oswaldo Martini Miguel Cubas e Rodolfo Soares (RESTINGA, 2019).

No quadriênio de 2013 – 2016 o município passou por um retrocesso político/administrativo em virtude da cassação dos mandatos do prefeito e sua vice na época, ficando o cargo do executivo em aberto e foi assumido por diversos membros da câmara municipal, pois a cada momento a cidade vivia um parecer jurídico diferente. Instalando assim a “dança das cadeiras” onde os vários representantes do legislativo passaram pelo cargo de prefeito e além de não conseguirem fixar uma política de estratégia para o desenvolvimento do município, acabaram por contribuir com o retrocesso, deixando a cidade paralisada. Com isso, o município não se desenvolveu e acabou entrando em dívida – por conta do processo de endividamento não conseguiu assegurar o pagamento dos compromissos feitos, ficando assim sem suas principais certidões, não conseguindo fechar convênios com o governo federal/estado, convênios que garantiriam o desenvolvimento das atividades nas áreas da saúde/educação/social, enfim o município

parou neste período, mas vale salientar que os gastos com a aquisição de merenda escolar foi todo utilizado com recursos próprios (RESTINGA, 2019).

Diante destas idas e vindas de prefeitos o tempo passou e as eleições de 2016 chegaram, no ano de 2017 o atual prefeito assumiu e junto com os vereadores se organizaram para trabalharem em prol do crescimento e desenvolvimento da cidade e nos primeiros meses de mandato, houve muito que se fazer por Restinga, mas aos poucos, o município está se reestabelecendo, ressaltando que Restinga é um município novo e tem muito potencial de crescimento e desenvolvimento.

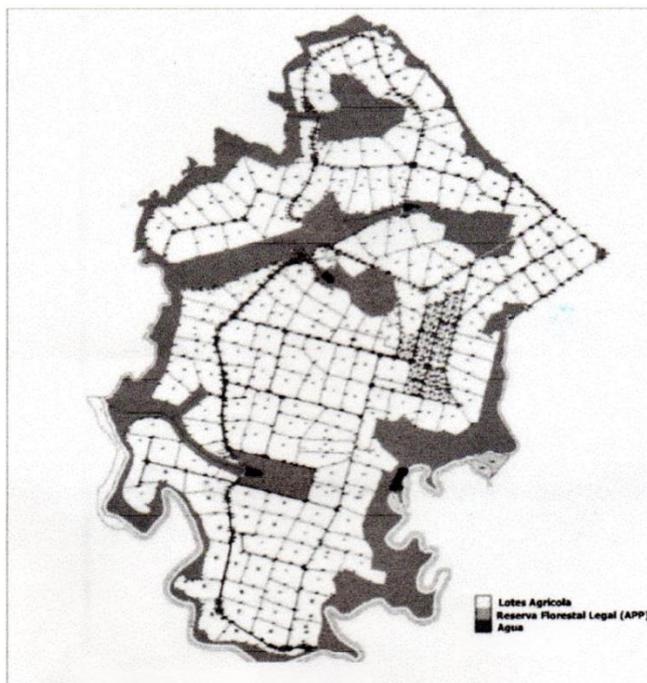
3.2. O ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL – HORTO BOA SORTE

Historicamente a fazenda Boa Sorte teve seu início no final do século XX época em que a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro (1882-1971) inaugurou a Estação Ferroviária Boa Sorte, no dia 11 de abril de 1887. Inicialmente, a Estação foi chamada de Sapucahy-Mirim, pela proximidade com o rio Sapucaí. Conta com uma área de 2.979,07 hectares¹⁸. Sua entrada principal fica no km 379 + 100m pelo lado Sul da rodovia Cândido Portinari (SP-379), a 18 km da cidade Franca-SP e tem sete quilômetros de estrada de terra para chegar até a antiga sede da Ferrovia Paulista (COMODARO, 2001).

Seu primeiro registro em cartório conta com a data de 14 de outubro de 1916, época também da criação do Código Civil Brasileiro, que instituiu a escritura e o registro de propriedade no país. A Fazenda Boa Sorte é parte do inventário dos bens do Capitão Francisco Marcolino de Andrade e do Coronel Martiniano Francisco da Costa. (COMODARO, 2001).

18 De acordo com informações obtidas por meio de entrevista com Bruno Elias Storer dos Santos, representante da fundação ITES, realizada por e-mail através de questionário em 31 de maio de 2019.

Figura 8 – Mapa do Assentamento 17 de Abril – Boa Sorte



Fonte: Fundação Itesp.

Em 1898, o nome da estação foi alterado para Estação Boa Sorte, pelo fato de ter sido aberto outro terminal na divisa de São Paulo com Minas Gerais, também com o nome de estação Sapucaí. A mudança foi feita para evitar confusão com a estação quase homônima, a Sapucahy-Mirim que já aparecia na relação da Companhia Mogiana desde 1887 (COMODARO, 2001).

Em 18 de setembro de 1919, a fazenda foi adquirida pelo Capitão Firmino Soares de Oliveira, de São Gabriel-RS. Cerca de dois anos depois, em 19 de abril de 1921, Maria Umbelina de Andrade e Oswaldo Vieira de Lima – que constava como proprietários de uma parte da Fazenda na época em que o Capitão Firmino a comprara – readquiriram a propriedade e a mantiveram por 20 anos. Em 21 de janeiro de 1941, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro comprou a fazenda. A partir desse momento, a fazenda entrou para um projeto pioneiro de reflorestamento, iniciado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (COMODARO, 2001).

Figura 4 – Estação de trem na época da ocupação em 1998



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Pensando em uma fonte de energia renovável, um dos engenheiros agrônomos da época percebeu a diminuição das reservas florestais, por causa do avanço das plantações de café, o que tornavam escassas as madeiras necessárias para o funcionamento das locomotivas e os dormentes¹⁹. Foi iniciada, então, uma experiência do cultivo de eucalipto no local, bem como em outros 14 hortos do estado de São Paulo, que posteriormente alguns foram destinados à assentamentos Reforma Agrária. Sendo eles: Aimorés em Bauru, Bebedouro em Bebedouro, Bela Vista em Iperó, Boa Sorte em Restinga, Brasília em Cabrália, Córrego Rico em Jaboticabal, Descalvado em Descalvado, Camacua em Ipeúna, Guarani em Pradópolis, Loredó em Araras, São Carlos em São Carlos, Sumaré em Sumaré, Tatu em Limeira e Navarro de Andrade em Rio Claro (COMODARO, 2001).

Segundo Comodaro (2001, p. 52), com a aquisição da Fazenda pela Companhia Mogiana iniciou-se um novo momento no investimento e no incentivo econômico da Fazenda Boa Sorte, o técnico agrícola Márcio Ribeiro do Vale contou, à época, que começou a trabalhar na Companhia Mogiana em 1946, como responsável pela produção na

¹⁹ Dormentes são peças colocadas transversalmente à via férrea e sobre as quais os carris/trilhos assentam e são fixados. Podem ser de madeira, metal ou concreto (COMODARO, 2001).

Fazenda Boa Sorte. Neste período, havia na fazenda 140.000 pés de café, 420.000 pés de eucaliptos, 800 cabeças de gado, 300 cabeças de suínos, plantações de arroz, de milho e de feijão. A população da Fazenda naquele tempo era de aproximadamente 500 pessoas, entre colonos, trabalhadores da estação e meeiros. Na sua infraestrutura, a propriedade contava com 35 casas para colonos, máquinas elétricas para beneficiar arroz, moinho de fubá, tulhas, paiol, depósitos de arreios, rancho para olaria, esterqueira, pocilga para criação e engorda de porcos e uma linha de transmissão elétrica, desde a estação Mandiú até a sede. Os quase 3 mil hectares eram divididos entre diversas culturas e campos para invernadas de gado.

Na década de 40 a fazenda teve seu auge, em um momento pioneiro do desenvolvimento, abrindo caminho para os investimentos e para o progresso na região através da exploração de eucaliptos. Mas com chegada da segunda guerra mundial, todas as ferrovias paulistas, inclusive a Mogiana, entraram em um ciclo de decadência e passaram a apresentar prejuízos operacionais, que foi culminando com o afastamento do público, o que prejudicou a modernização. No entanto não só o sistema ferroviário ficou comprometido. Os trabalhadores que prestavam seus serviços para a companhia também ficaram sem seus empregos e em consequência disso, houve o declínio da Companhia, que deixou de ser lucrativa e em 1952 deixou de ser empresa privada para se tornar uma Sociedade Anônima de Economia Mista, com a intervenção do Estado de São Paulo em seu capital social e com a fusão de outras cinco empresas de linhas férreas paulistas: Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Sorocabana S/A, Estrada de Ferro Araraquara, Estrada de Ferro São Paulo-Minas e da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (COMODARO, 2001).

Nos anos seguintes todas as ferrovias passaram a seguir o rumo da extinção. No caso da fazenda Boa Sorte, seu papel passou a ser somente o de cultivar eucaliptos para a fabricação de dormentes usados nas ferrovias. Mas, com o passar dos anos, com o preço do dormente de madeira se tornando mais caro que o dormente de cimento, economicamente a atividade da fazenda se tornou inviável e ela perdeu seu papel econômico (COMODARO, 2001).

Em 1990, houve a tentativa de retomar as atividades ferroviárias na região, onde foram recolocados trilhos em um trecho entre as cidades de Pedregulho e Rifaina, na Estrada de Ferro Vale do Bom Jesus, cuja finalidade era turística, foram incluídos todos os patrimônios das empresas férreas, como os hortos florestais. É aí que definitivamente inicia-se o fim das estradas de ferro na região e na maior parte do Estado.

Em entrevista o assentado Carlos Henrique Esteves de Souza²⁰, relembra saudoso que o ultimo trem de carga que passou pelos trilhos da fazenda Boa Sorte, foi em 1980, na época Souza era funcionário da Ferrovia Paulista (Fepasa).

Em 8 de abril de 1988, foram arrancados todos os trilhos, pois, tanto o Horto Boa Sorte, como todo o patrimônio da Fepasa foram hipotecados pelo governo do Estado de São Paulo ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), numa dívida que, em 1997, representava R\$ 233.008.178,42 (duzentos e trinta e três milhões, oito mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos). Em 1992, o antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa) assumiu a responsabilidade da hipoteca junto ao BNDES, de maneira que os hortos passaram a ser patrimônio da União (COMODARO, 2001).

O processo de privatização da Fepasa começou em 1994 com a demissão de 3.154 empregados, mais tarde em 1996, mais 2.419 funcionários ficaram desempregados. Pensando em deixar a companhia mais atraente aos olhos dos investidos/compradores foi feita a transferência de todos seus aposentados e pensionistas para a folha de pagamento da Secretaria da Fazenda. Atitude que sofreu consequências imediatas: cerca de 50 mil funcionários inativos tiveram que conviver com o atraso nos pagamentos dos benefícios, resultado dos novos códigos impostos pela Secretaria. Os trilhos que cortavam a cidade de São Paulo foram transferidos para Companhia Paulista de Transporte Metropolitano (CPTM). Foram desativados seis trens de passageiros e inúmeros bens da Fepasa foram transferidos para outras áreas do governo ou vendidos (COMODARO, 2001).

²⁰ Carlos Henrique Esteves de Souza, antigo morador do Horto Florestal Boa Sorte – ex-funcionário da FEPASA é atualmente assentado.

Em 23 de dezembro de 1997, o governo Estadual assinou o contrato de compra do capital social da companhia com a União. No dia 2 de janeiro de 1998, o controle acionário da Fepasa passou para o governo federal. Através do Decreto nº 2.502, de 18 de fevereiro de 1998, foi autorizada a incorporação da Fepasa à Rede Ferroviária Federal. Somente em 29 de maio do mesmo ano é que, essa incorporação foi efetivamente formalizada por uma assembleia. No entanto, em 3 de setembro do mesmo ano (1998), o Horto Florestal da Fazenda Boa Sorte e mais 11 hortos, que faziam parte do patrimônio da Fepasa, foram destinados à Reforma Agrária, pelo então governador em exercício Geraldo Alckmin, que no momento substituía o governador Mario Covas (COMODARO, 2001).

A cerimônia ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, os acampados estavam em clima de festa, pois o governo acabava de assinar a carta de intenção para fazer a desapropriação e destinação para assentamento de 12 hortos do estado de São Paulo, os quais seriam administrados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. E em lugar de uma fazenda coberta por eucaliptos, atualmente existe o Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, que conta com 160 lotes agrícolas que produzem alimentos de qualidade.

Mas para chegar ao dia 03 de setembro de 1998, e o Horto Boa Sorte se transformar no assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, houve muita luta e muita resistência, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) veio para as regiões de Barretos, Franca e Ribeirão Preto, no início da década de 90, onde procurava enfrentar a realidade das famílias propondo e criando alternativas de organização social e econômica (LIMA, 2011).

A década de 1990 foi uma época em que o movimento viveu seu auge nas ocupações de terra no interior do estado de São Paulo e o Sr. Airton, ex-líder do movimento e atual assentado²¹, juntamente com outros integrantes do movimento fizeram uma sondagem sobre a Fazenda do Horto Boa Sorte e iniciaram o trabalho de base afim de culminar com a ocupação em 01 de janeiro de 1998. A cidade de Franca, localizada quase

²¹ Airton Pacheco da Silva, ex-liderança do MST, atualmente é assentado, cedeu entrevista para esta pesquisa.

na divisa do estado de São Paulo com Minas Gerais, era uma cidade reconhecida como o maior polo de fabricação de calçados masculinos, com fábricas renomadas, vivia um momento muito triste de sua história. Segundo Comodaro (2001, p. 40):

Em Franca, no ano de 1997, o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Franca (Sindicato dos Sapateiros), Milton da Silva, afirmou que a categoria contava com cerca de oito mil desempregados. Nesse levantamento estão computados todos aqueles sem carteira registrada, mas alguns estão fazendo bicos para sobreviver.

Franca vivia um momento de muito desemprego – cerca de oito mil pessoas estavam desempregadas e sem perspectivas de trabalho. Era uma realidade iminente a adesão de parte desses desempregados a um movimento que promovia ocupações na região de Ribeirão Preto.

No estado de São Paulo o MST já era bem conhecido pelas ocupações em outras regiões como Promissão e Pontal do Paranapanema, regiões conhecidas como sendo promissoras, mas, também com histórico de conflitos agrários, na região de Ribeirão Preto/Franca a simpatia do movimento começou a difundir em meados de 1990 e se expandiu até 1997. Houve ocupações em vários municípios da região, em especial nos hortos florestais que estavam localizados nos municípios de São Simão, Colina, Barretos, Bebedouro, Colômbia e Pradópolis, todos ligados ao MST. No dia 03 de setembro de 1998, todos estes se tornaram assentados, assim como o assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte (COMODARO, 2001).

Na época a imprensa francana divulgava que os conflitos sociais do campo poderiam chegar à cidade de Franca e com a margem do desemprego em tamanha proporção, era questão de momentos para que o movimento ocupasse terras na região, tendo em vista a aproximação entre os dirigentes do Sindicato dos Sapateiros e o MST. O assentado Vilmar da Silva – ex-dirigente do Sindicato dos Sapateiros de Franca e um dos responsáveis pela construção da ocupação ²² – lembra que o sindicato teve uma reunião

²² Vilmar da Silva, agricultor, assentado no Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte. Ele atuou no trabalho de base e cadastramento de famílias desempregadas

com Gilmar Mauro, então dirigente estadual do MST, por meio da qual acertaram que o sindicato faria todo o trabalho de cadastramento de pessoas que tinham interesse de ter um pedaço de terra. Foi então que o sindicato começou a mobilizar e cadastrar desempregados a fim de em um futuro próximo fazerem a ocupação do Horto Fazenda Boa Sorte (COMODARO, 2001).

Em entrevista para esta pesquisa, Vilmar da Silva relembra o seu papel como um dos responsáveis pelo cadastramento das famílias, enquanto fomentava dentro de si o desejo de ser também assentado. Ele relembra que o país vivia um momento político delicado, já que os sindicatos passavam por um momento de pouca credibilidade; relembra ainda, o desdobramento entre ações contra a crise econômica do país, o desemprego no município e os trabalhos de cadastramento para a possível ocupação do Horto Fazenda Boa Sorte, e confessa que chegou a pensar que não lograria convencer os próprios colegas de diretoria do sindicato para que as portas fossem abertas para o início do cadastramento dos desempregados.

De acordo com Comodaro (2011, p.86), o cadastramento das famílias e toda a logística para a ocupação do Horto Fazenda Boa Sorte, transcorreu de forma tranquila e organizada.

Até o final do dia 24 de novembro de 1997, mais de 30 pessoas haviam se inscrito no próprio Sindicato. O cadastramento foi feito também nos bairros da cidade e durou quase dois meses, com o resultado de 126 famílias cadastradas. Depois disso, deram início a um diálogo com os cadastrados sobre suas reais necessidades, pois diversos trabalhadores haviam procurado o Sindicato e diziam que “não tinham para onde ir, nem o que fazer, nem mesmo como pagar água e luz, por não ter emprego na cidade. Essas dificuldades que esses trabalhadores tinham acabou por acender uma aflição. Contudo, antes foi necessário organizar a ocupação. Por segurança, o local e a data não foram comunicados com antecedência às famílias (COMODARO, 2011, p. 86).

Após todo o processo de organização para o cadastramento e as várias reuniões com as famílias, o movimento enviou para Franca dois dirigentes da região de Barretos²³. Na noite de 31 de dezembro de 1997 a ocupação começa a tomar corpo, as famílias são convidadas a participarem de uma reunião no Clube do Sindicato dos Sapateiros e é neste

²³ Júlio Contigo e Jean Gomes, nomes extraídos do trabalho de Comodaro (2011).

momento que os dirigentes do MST, dirigentes do Sindicato, informam que seria realizada a ocupação da fazenda Boa Sorte.

Contudo, o fato do movimento não informar a área onde seria realizada ocupação, fez com que muitos ficassem receosos com a ação, resolvendo não participar. Outros ficaram curiosos, mas o fato é que na maioria das vezes as ocupações são feitas em áreas próximas e muitas delas conhecidas pelas próprias famílias, por isso a necessidade do sigilo visando garantir a integridade das famílias e o êxito das ações. Haja visto que historicamente a proteção da terra por parte de seus donos geram muitos conflitos e na sua grande maioria acabam com a morte de algum sem-terra.

Naquela noite de 31 de dezembro de 1997, enquanto a população de Franca e Restinga comemoravam as festividades de ano novo, a coordenação enviou para a fazenda saindo do Clube do Sindicato dos Sapateiros de Franca, onde estava a concentração das famílias, dois tratores um ônibus e cerca de 40 carros, totalizando um número por volta de 500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. A ocupação aconteceu de fato no horário da 1h30 da madrugada de primeiro de janeiro de 1998. Ao chegar no local, as famílias, movidas pelo sonho de conquistar um pedaço de terra, abriram o cadeado da porteira central do Horto Fazenda Boa Sorte, adentraram à fazenda e ergueram a bandeira do MST, sinal de luta e resistência, iniciando assim a construção das barracas, que eram feitas de bambu e lona preta (COMODARO, 2001).

Ao clarear o dia, os coordenadores da ocupação Jean Gomes, Júlio Contijo, Vilmar da Silva foram informados que havia moradores na fazenda e que o Administrador iria registrar o boletim de ocorrência. O primeiro pedido de reintegração de posse foi solicitado pelo advogado da FEPASA no dia 06 de janeiro de 1998, conforme relata Comodaro (2001, p. 92):

No dia 6 de janeiro de 1998, os advogados da Fepasa entraram com o pedido de reintegração de posse na 4ª Vara Cível de Franca. Alegando que a área não era abandonada e sim produtiva e que mantinha cerca de 600 hectares declarados ao Estado como área de preservação ambiental. Além disso, afirmou que funcionários da Fepasa, encarregados da manutenção da Fazenda, residiam na propriedade. O pedido foi aceito pela juíza Rosa Maria Silva de Moraes Travassos. Mas, por outro lado, segundo a juíza, o caso envolvia situação específica, merecedora de providência peculiar, pois se tratava de 'invasão' de

terras por grande número de pessoas. Em outras experiências com ocupações, de acordo com a juíza, já havia sido revelada a dificuldade na desocupação de um imóvel nessas condições. Razão pela qual, deferiu a liminar e concedeu aos 'réus' um prazo de trinta dias para a desocupação voluntária e pacífica. Decorrido o prazo sem a desocupação voluntária e pacífica, a reintegração de posse deveria prosseguir.

Teve início, assim, uma incansável luta judicial entre os acampados e a FEPASA. Pelo fato de a FEPASA ter comprovado ser a legítima proprietária e possuidora do imóvel, a Juíza Rosa Maria Silva de Moraes Travassos acolheu todos os argumentos dos advogados da FEPASA e, inclusive, o pedido de reforço policial para retirar os acampados da Fazenda, e expedindo liminar de reintegração de posse. Além disso, segundo a juíza, aquela era uma área de terras com produção de eucaliptos para dormentes utilizados no abastecimento das vias férreas e onde a Fepasa mantinha empregados com atividades para os serviços gerais da propriedade (COMODARO, 2001).

Contudo, conforme já mencionado, o mercado de dormentes de eucalipto já havia declinado, sendo substituído pela produção de concreto. Mas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando soube da decisão de reintegração de posse, através do então superintendente na época, Jonas Villas Boas, tentou barrar o processo sob a afirmação de que havia uma negociação entre o Incra e a Fepasa sobre a federalização de todos os hortos ocupados para serem destinados a reforma agrária, informação que a FEPASA não repassou como sendo verdadeira, conforme relatou Sonilda²⁴, que na época era integrante da coordenação do MST.

A Federalização dos hortos foi divulgada pelos noticiários, informando que o Horto Florestal Boa Sorte seria privatizado como forma de quitar a dívida existente entre o governo do estado e o governo federal. Foi neste momento que o movimento resolveu ocupar a área, tendo em vista que a terra seria muito melhor aproveitada com a produção de alimentos, ao invés de eucaliptos para fabricação de celulose, tendo em vista que já existia uma articulação no sentido de quem poderia se firmar dentro do horto para retirada

²⁴ Sonilda Soares Rocha Silva, ex-dirigente do MST, atualmente militante do Partido dos Trabalhadores e do Movimento e Libertação dos Sem Terra. Fez parte da entrevista com os assentados.

da madeira seria o grupo Votorantim que trabalhava nessa área de celulose (COMODARO, 2001).

O pedido de reintegração de posse, feito pela Fepasa, em janeiro de 1998, teve seu desfecho final em 14 de abril do mesmo ano. Antes, porém havia sido aberto, por parte dos acampados, um processo de negociação que envolveu o Incra o Itesp, a Fepasa e representantes do movimento. Mas, a Fepasa insistia na reintegração de posse, para o dia 06 de março de 1998, sob o aval do ministério público, conforme determinação da juíza da 4º Vara Cível, Rosa Maria Silva de Moraes Travassos (COMODARO, 2001).

Na tentativa de não ter que sair da fazenda no dia 11 de março os coordenadores do movimento, Davi Pereira da Silva e Vilmar da Silva, convidaram o tenente-coronel da Polícia Militar de Franca, Sr. Salvador Benedito Pane, a adentrar as lavouras de milho, arroz e feijão que, desde o dia 01 de janeiro de 1998 tinham sido plantadas – a despeito de todo o trabalho de preparar a terra e plantar, as famílias teriam que deixar o local antes da colheita. Porém a decisão de deixar os acampados por mais tempo na área surgiu em uma reunião no Fórum que contou com representantes da Polícia Militar de Franca, vereadores ligados ao Partido dos Trabalhadores de Franca, Promotor e a Juíza. Foi aí que as famílias tiveram a oportunidade de organizar a colheita e se prepararem para a saída. Segundo alguns jornais da época a reintegração de posse para retirada das famílias acampadas tinha virado capítulos de novela, que teve seu desfecho final em 14 de abril de 1998, quando finalmente as famílias saíram rumo ao clube de campo do Sindicato dos Sapateiros de Franca, onde ficariam o tempo necessário até a montagem de outra estratégia pelos líderes do movimento sem-terra.

Figura 5 – Primeiro plantio de arroz do acampamento, no ano de 1998.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora.

Segundo Comodaro (2001, p. 94) o juiz que assumiu o processo em substituição à juíza Rosa Maria Silva de Moraes Travassos, foi o juiz Ivan Rodrigues de Andrade que afirmou que sua antecessora habilmente teria sido cautelosa na decisão de reintegração e determinou que o mandato de reintegração de posse fosse cumprido. Conforme texto a seguir:

O juiz determinou, no entanto, o desentranhamento do mandato de reintegração de posse e o seu fiel cumprimento. No dia 9 de abril, os preparativos da PM para a missão incumbida pela justiça de reintegrar a fazenda Boa Sorte tiveram início. Naquela manhã, o helicóptero Águia 7, da PM paulistana, chegou ao quartel de Franca a pedido do comandante. Sua missão era a de sobrevoar a propriedade para reconhecimento de entradas e saídas e pontos estratégicos para posicionamento de tropas.

Por duas vezes o helicóptero decolou do quartel rumo à Fazenda. Na primeira, o objetivo do sobrevôo era para fins de documentário, uma oportunidade oferecida pelo comandante, para fotos e gravação em vídeo. Na segunda vez, a aeronave sobrevoou a Fazenda por diversas vezes. A bordo, desta vez, a aeronave levou o comandante como fotógrafo, e um cinegrafista da PM.

Enfim, do dia 14 de abril até a madrugada do dia 15, a Operação Boa Sorte pela PM tomava corpo. Cerca de 400 homens entre Polícia Militar, Florestal e Corpo de Bombeiros fizeram treinamentos diversos, inclusive psicológicos, para que a operação tivesse êxito, sem o menor incidente. Por volta das 4h do dia 15 de

abril de 1998, já estava tudo pronto. Às 5h, um comboio seguiu rumo à fazenda Boa Sorte. Entre os veículos havia caminhões, ambulâncias, ônibus para transporte de tropas e um helicóptero, desta vez, o Águia 4, também da PM paulistana, e, inclusive, veículos civis requisitados pela Justiça para remoção dos acampados (COMODARO, 2001, p. 94).

A desocupação demorou o dia inteiro, mesmo com a ajuda da polícia desmontando e carregando os caminhões, foi um longo e cansativo dia para ambos os lados. Ao anoitecer, só restaram algumas barracas, que foram desmontadas pela própria polícia. A reintegração foi um momento muito difícil, as crianças ficavam com os olhos esbugalhados e atentos a tudo que ocorria e não entendiam nada. As mulheres, além de darem suporte moral e físico a seus companheiros, também tinham que lidar com a situação da desocupação não atingir o psicológico de seus filhos. Neste momento o protagonismo da mulher no acampamento foi fundamental nos processos de discussão e deliberações e que até os dias de hoje exercem este papel que é fundamental e muito importante no desenvolvimento do assentamento (COMODARO, 2001).

Com a reintegração as famílias voltam para onde tudo começou – o Clube do Sindicato dos Sapateiros de Franca – sem terem para onde ir, às famílias acamparam no sindicato aguardando a definição por parte da coordenação do acampamento que já estava em busca de uma nova área para ocupação. No dia 18 de abril de 1998, no retorno de um ato público em São Paulo²⁵, os sem-terra que haviam saído do Sindicato do Clube dos Sapateiros não retornaram ao mesmo local. Ao invés disso, foi feita a ocupação da Florestal Estadual de Batatais – 41 km de Ribeirão Preto – o local era de propriedade do Instituto Florestal da Secretária do Estado do Meio Ambiente (COMODARO, 2001).

A reintegração de posse da área Florestal Estadual de Batatais, venceria no dia 11 de maio de 1998, mas a convite de um grupo de famílias que haviam ocupado uma fazenda no município de Itirapuã, a 112 km de Ribeirão Preto, a assembleia resolveu sair do local no dia 09 de maio, quando as famílias partiram rumo Fazenda da Doca, que era de propriedade de Jacy de Oliveira, com área de 180 alqueires e possuía inventário com 18

25 Ato público em defesa do movimento e solicitando a prisão dos assassinos dos Sem Terra de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996.

herdeiros. Portanto foi uma área que serviu como escape para o movimento até encontrarem outro local (COMODARO, 2001).

Mesmo com estas outras ocupações as negociações sobre a Fazenda Boa Sorte, ainda estavam acontecendo, segundo Davi Pereira da Silva²⁶, as ocupações em áreas pequenas eram somente para poder garantir a subsistência das famílias e prometia ficar na fazenda Doca até o desenrolar final da fazenda Boa Sorte.

Vivenciar momentos como a ocupação da fazenda Doca no município de Itirapuã, é uma lembrança que jamais será esquecida: uma fazenda com pouca infraestrutura, onde as mulheres andavam mais de 3 km para lavar as roupas a beira de um córrego que também servia para colher água para elas levarem para os barracos para tomar banho, cozinhar, etc. A necessidade por alimentos era grande, muito embora os apoiadores²⁷ da luta colaborassem levando arrecadações feita por eles, o município contribuiu com a infraestrutura básica, escola para as crianças e adolescentes, saúde pública para os doentes.

O ano foi conflitante, houve prisões de companheiros no Pontal do Paranapanema, mortes de sem-terra (militantes/acampados) e muitos conflito entre latifundiários e membros do MST. Ao passo que as negociações foram avançando, as estratégias de mudança de local foram se tornando viáveis e ficar mais próximo da terra onde seria o assentamento era o que todos queriam. Como a fazenda Doca era pequena e com pouca infraestrutura, os coordenadores do movimento, juntamente com as famílias, levantaram acampamento e foram para a fazenda Gigante, que fica a 20 km da Fazenda Boa Sorte. Como o processo de desapropriação estava em negociações, foi feito um acordo com o proprietário da fazenda Gigante para que as famílias ficassem ali pelo prazo de sessenta dias.

O movimento cadastrou 200 famílias e apostava, fielmente, na desapropriação da fazenda Boa Sorte, muito embora fosse o INCRA que teria o papel final na escolha de quem realmente iria para a terra. As reintegrações de posse fizeram com que muitas

²⁶ Davi Pereira da Silva, ex-dirigente do MST e coordenador do acampamento na época

²⁷ Os apoiadores eram os Sindicatos de Franca, Ribeirão Preto e região, bem como os partidos políticos – PT-PCB – Pcdob – PSOL – e o grupo NATRA da Unesp de Franca.

famílias desistissem e ficassem pelo caminho não conseguido chegar junto com a maioria no dia 03 de setembro de 1998.

Após o trabalho de uma comissão de seleção da Fundação Itesp, conforme a Lei nº 4957/1985, foram assentadas 160 famílias, que atualmente estão organizadas em duas agrovilas. Na agrovila I as famílias residem nos lotes que foram demarcados entre 12 e 16 hectares e preservam suas casas na agrovila, para seus filhos casados morarem. Nesta agrovila está em atividade o posto de saúde com o Programa Saúde da Familiar -PSF que atende toda a comunidade assentada e a Escola Leonor Mendes de Barros, que por sua vez atende as crianças de educação infantil e fundamental primeiro ciclo de toda a comunidade.

Figura 6 – Foto área do agrovila I; casas de alvenaria, construídas pela FEPASA



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Figura 9 – Foto do Posto de Saúde do assentamento



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O posto de saúde conta com 04 agentes de saúde (que são assentadas concursadas), 1 técnica em enfermagem, 1 enfermeira padrão, 1 médico da família (que atende duas vezes por semana), 1 dentista (que atende uma vez por semana). Todas as famílias da comunidade são atendidas e dependendo do caso, encaminhadas para o município de Franca. Seu funcionamento é de segunda a sexta feira, das 7:00 às 14:00 horas e está em funcionamento desde 2001.

Figura 10 – Antigo Prédio da Escola Leonor Mendes de Barros



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A EMEB “Leonor Mendes de Barros”. Teve seu prédio construído desde a antiga FEPASA, onde os filhos dos colonos estudavam e agora é utilizada pelos filhos dos assentados. Desde sua reinauguração, no ano de 2002, a escola expandiu seu projeto passando da frequência no período da tarde para o período de tempo integral, atualmente atende 88 alunos sendo 64 crianças do assentamento e 24 crianças que são da cidade de Restinga (na faixa etária entre 04 e 11 anos). O trabalho é desenvolvido das séries iniciais, Educação Infantil ao 5ª ano. Segundo nos conta a diretoria da escola Eveline Cristina da Fonseca²⁸, a escola tem trabalhado com mais de uma turma por sala, educação infantil, 1º e 2ºano, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental

A escola conta com uma equipe de profissionais concursados para atuarem em escolas rurais. Neste ano de 2019, a direção e coordenação da escola iniciaram um processo de capacitação para os profissionais em parceria com o MST, através do grupo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), um grupo que atua no assentamento desde a sua ocupação, e é formado por alunos da Universidade de São Paulo UNESP - Campus de Franca e coordenado pela professora da UNESP (Serviço Social) Raquel Sant’Anna, fazendo uma discussão sobre a pedagogia da escola do campo, entre outros assuntos ligados a pedagogia da terra.

Além de aulas lúdicas, as crianças contam com aula de capoeira, artesanato, jogos, brincadeiras e música. A diretora conta que as refeições são organizadas na cozinha da própria escola e são servidas quatro refeições diárias – café da manhã (pão, leite, iogurte, suco, bolo, roscas, bolachinhas), frutas, almoço (arroz, feijão, saladas diversas, carnes diversas, macarronada e farofa) e café da tarde. Todos os dias, as crianças se deparam com uma alimentação que procura consolidar hábitos alimentares saudáveis. Embora todas as crianças que são moradoras do assentamento convivem diariamente com a produção de alimentos e sabem a importância deles nas suas refeições.

²⁸ Eveline Cristina da Fonseca, 34 anos, diretora concursada no município neste ano de 2019.

Figura 11 –Prédio da Escola Leonor Mendes de Barros, após reforma



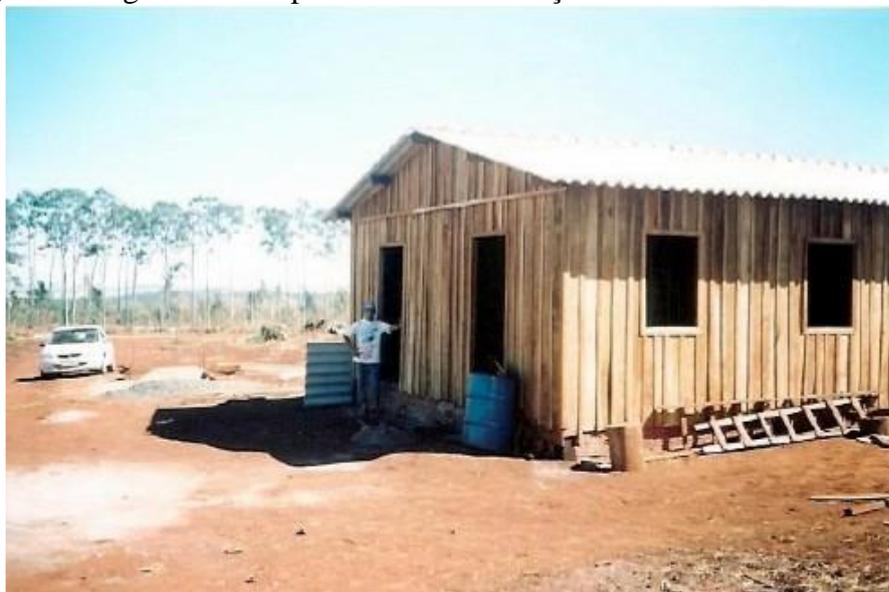
Fonte: arquivo pessoal da autora.

Já na agrovila II as famílias optaram por construir casas de madeira em lotes de agrovila de 1 hectare e seus lotes de campo em áreas mais distantes. Embora atualmente essas casas de madeiras foram aos poucos sendo substituídas pelas casas de alvenaria, tendo uma média de 70 metros quadrados. Todas as casas constam com sistema de saneamento através de fossas sépticas, possuem água encanada de poço artesiano (alguns perfurados com verba da venda de eucalipto, outros perfurados por verba estadual), energia elétrica (luz para todos), unidade de saúde (UBS), educação escolar rural.

No início do assentamento como haviam muitos eucaliptos cobrindo grande parte da área, fez-se necessário a retirada dos mesmos, foi onde comunidade e Fundação ITESP dialogaram e em prol do social do assentamento resolveram fazer um leilão da madeira e o dinheiro arrecadado serviria para implantação de ações sociais no assentamento, tais como a construção de casas de alvenaria e perfuração de poços artesianos, tendo em vista que como eram vários os hortos desapropriados para reforma agrária o estava tinha uma demanda mas mão tinha como resolvê-la. Este trabalho ficou conhecido como projeto social dos hortos, administrados pela fundação Itesp, sob o supervisionamento do assentamento, foi um período de grande movimentação no assentamento, pois muitas eram as pessoas de fora que vinham para trabalhar nas

madeireiras e com isso fomentou o comércio local, dando início aos primeiros estabelecimentos comerciais no assentamento.

Figura 7 – Agrovila II: experiência de construção de casas de madeira.



Fonte: Arquivo MST, 2001.

O assentamento conta atualmente com 160 famílias assentadas, com cerca de mil pessoas, distribuídas entre 382 homens, 215 mulheres, 183 jovens e 220 crianças. O assentamento é banhado pelo Rio Sapucaí, conta com várias nascentes que se transformaram em lagoas, 27% da área total destina-se a reserva legal, é uma das melhores terras da região a terra latossolo vermelho, ou seja, terra roxa (LIMA, 2011).

Os assentamentos rurais têm sido considerados como expressão territorial da luta dos trabalhadores do campo pela melhoria das condições de vida, espaços onde se desenrolam múltiplas relações sociais, diante da busca de alternativas para a crise de emprego, a problemática da organização social. Assim, os assentamentos rurais, com base no associativismo, têm sido objeto de investimento das políticas públicas e, sobretudo, campo de disputa de projetos de desenvolvimento econômico-social (SCOPINHO, 2007; LEITE, 2004, *apud* LIMA, 2011) No período entre 2001 e 2003 foram liberadas algumas

linhas de créditos para a implantação do assentamento: a) fomento – subsídio no valor de R\$ 1.400,00 para compra de alimentos e pequenas ferramentas; b) habitação – crédito no valor de R\$ 3.000,00 para a construção das moradias; c) Pronaf²⁹ – crédito no valor de R\$ 12.000,00 para investimentos de produção a longo prazo.

Ao longo destes 21 anos a comunidade já tem definida a sua linha de produção. Muitos trabalham com a pecuária de leite, fornecendo leite para o Cooperativa de Produção e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Estado de São Paulo (COOPCRESP), para a fabricação de requeijão e iogurte para fornecer ao PNAE.

Segundo o presidente da COOPCRESP, Eron Domingos da Rocha, o trabalho da cooperativa vem trazendo ótimos resultados para os assentados, pois, no período da estiagem, o preço do leite adquirido por outras empresas de comercialização de leite fica sempre muito baixo. No passado, houve muitos casos em que os produtores acabavam desistindo da pecuária, devido ao gasto com a qualidade do leite e, dependendo da época do ano, o preço do leite era muito baixo. Como a cooperativa está no assentamento, e tem parceria para a industrialização, transformando o leite cru em iogurte e requeijão, para fornecimento na Merenda Escolar, a cooperativa consegue manter o mesmo preço o ano todo, e este é o diferencial que incentiva o produtor a ter mais qualidade no seu rebanho e, assim, procurar sempre aprimorar seu produto.

O presidente da COOPCRESP, em entrevista, nos relata:

Acredito que somente organizados é que nós assentados vamos conseguir comercializar nossos produtos, pois, sempre vimos que a maior dificuldade do assentado não é produzir e sim comercializar. Por isso as pessoas têm que buscar o coletivo, onde o processo de integração é maior, ganha-se em quantidade e qualidade, trabalhar individualizado é complicado, tanto para o assentado quanto para a entidade pública (Sr. Eron Domingos da Rocha, em entrevista cedida a esta pesquisa).

O senhor Eron explica que no caso da merenda escolar, as prefeituras preferem trabalhar com grupos coletivos (associações e cooperativas) por causa da qualidade do produto. Quando se tem um produto com qualidade ruim, é bem mais prático e ágil a

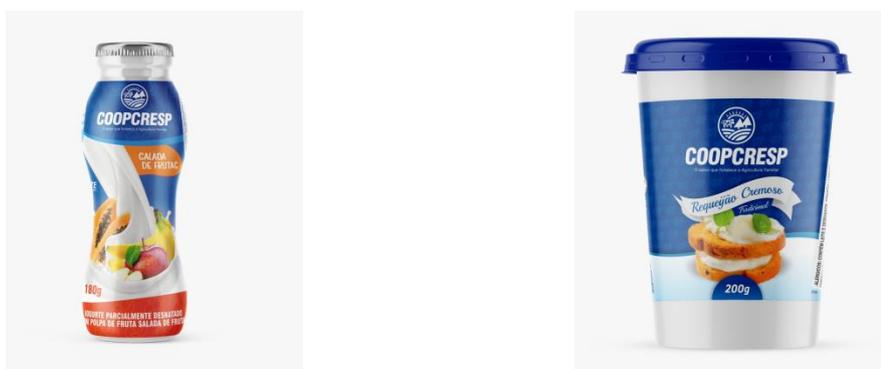
²⁹ Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar

resolução por parte das associações e cooperativas, porque o produtor individual não conta com a mesma estrutura de logística e organização que o coletivo tem.

Ele relata ainda que é perceptível a transformação do assentamento com a chegada de políticas como o PNAE e PAA: “Hoje vejo a mudança não só em minha família, mas, também nas outras famílias que estão trabalhando com a gente”, destaca.

Conta um pouco da relação da entidade com o poder público municipal. Diz que existe diálogo e que o intuito é sempre poder trabalhar em prol do aumento do consumo dos produtos do assentamento. Ele acredita que o atual governo vai dificultar algumas ações dos programas de políticas públicas para agricultura familiar, mas que acredita também que não irá acabar de fato com os programas. Mas faz um alerta; “é sempre bom ficar atento aos acontecimentos”.

Figura 12 – Produtos fornecidos pela COOPCRESP para Merenda Escolar



Fonte: Acervo Pessoal da Autoria.

A produção de grãos também se desenvolvido de forma satisfatória são produtos fornecidos para empresas particulares de Franca, dando destaque para o café, que é o item que mais tem negociação e segundo o ITESP pode-se perceber no quadro a seguir que é o item que mais cresceu muito dentro do assentamento:

Tabela 1 – Evolução da Produção de Grãos

PRINCIPAIS GRÃOS	2015/2016			2013/2014			2011/2012		
	Área (ha)	Qtde produzida (Kg)	Nº de produtores	Área (ha)	Qtde produzida (Kg)	Nº de produtores	Área (ha)	Qtde produzida (Kg)	Nº de produtores
MILHO	162,95	824.940,00	69	121,05	517.220,00	60	162,49	505.240,00	67
FEIJÃO DAS ÁGUAS	8,75	15.710,00	11	8,3	12.880,00	14	19,07	14.910,00	30
CAFÉ COCO	150,8	104.960,00	25	48,4	52.680,00	11	35,8	36.920,00	13

Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

As frutas e hortaliças são fornecidas para a Associação dos Produtores Rurais Vale do Sapucaí, que trabalha com o processamento para fornecer à merenda escolar. O barracão da entidade, bem como a aquisição de todos os maquinários contou com recursos da Fundação Banco do Brasil. Trabalham no processamento, seis mulheres, entre assentadas e filhas de assentadas. A entidade conta com uma nutricionista que inspeciona e acompanha o processamento.

Figura 13 – Produção de Alho nas terras do assentado Airton Pacheco da Silva para fornecimento ao PNAE, no ano de 2019.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Segundo o presidente, Pedro Xapuri, que sempre foi um incentivador do plantio de frutas: “Eu sempre disse para os companheiros, vamos plantar frutas que futuramente vai ter muito mercado para nós, mas, os companheiros meio que desconfiados não acreditavam muito, hoje olha aí a beleza que está saindo daqui direto para a mesa das crianças”. A associação fornece polpas (de acerola E abacaxi) e legumes (tipo vagem, abobrinha, chuchu) para a merenda escolar. Todos os alimentos já vem limpos e picados, facilitando também o trabalho das cozinheiras e gerando renda no assentamento.

Figura 14 – Polpas de Acerola e verduras para a merenda escolar.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), é destinado a um grupo de idosos que o município mantém. Neste caso é Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados e da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo Irmã Dorothy que fornece, na faixa de 100 kits, preparados com produtos fornecidos pelos associados.

Figura 15 – Produtos para montagem dos Kits para o PAA



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora.

Segundo o presidente da entidade Jean Gomes da Silva, a entidade trabalha em outros municípios, fornecendo produtos para merenda escolar, inclusive trabalha com alho processado e mandioca processada e no município de Restinga fornece também o PAA. Jean nos conta que já faz cinco anos que a Associação de Pequenos Produtores Rurais Assentados e da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo – Irmã Dorothy fornece produtos diretos para os idosos, porque foi uma forma de organizar melhor a distribuição e também, porque, com a mudança nos critérios da classificação do programa, em que as entidades têm chances de serem melhor classificadas se contar com 40% de mulheres. No caso desta entidade, ela conta com 31 associados e tem conseguido formalizar projeto para 15 associadas, que são mulheres. Contudo, Jean Gomes entende que este sistema prejudica os demais produtores – no caso, há produtores que são sozinhos, viúvos ou solteiros, sem companheiras e acabam ficando de fora do programa. Mas mesmo assim a entidade busca

compensar trabalhando com merenda escolar, na tentativa de suprir a demanda e poder assim também contribuir para a geração de renda no assentamento.

A entidade já está com sua marca registrada denominada “NUTRICAMPO – Alimentos da Terra” e conta com um barracão, maquinários para processamentos e embalagens do alho e mandioca. Quatro pessoas, filhos de assentados, trabalham na organização da logística.

Segundo Jean Gomes:

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados e da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo Irmã Dorothy vem trabalhando no município de Restinga, desde o começo do Programa de Alimentação Escolar. Construindo assim, de forma conjunta com a prefeitura, as chamadas públicas no município e buscando sempre colocar no cardápio, dialogando com a nutricionista os produtos produzidos no assentamento. Hoje estamos satisfeitos com a gestão municipal e mais satisfeito ainda com a melhora na produção por parte dos assentados.

Figura 16 – Alho descascado para entrega Merenda Escolar



Fonte Arquivo pessoal da autora

As famílias também procuram manter a pesca artesanal e a criação de pequenos animais (porcos, galinhas, etc.) para o consumo familiar, sendo que todas as famílias já tiveram acesso às linhas de créditos destinados à reforma agrária.

Desde 1998 o assentamento é administrado pela Fundação Itesp, vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania, que é responsável pelo planejamento e execução das políticas agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo, assim como pelo reconhecimento de Comunidades de Quilombos.

Santos³⁰ informa que a Fundação ITESP conta com ação em todo o estado e tem como objetivo promover a democratização do acesso à terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, quilombolas, posseiros, implementando também políticas de desenvolvimento sustentável para as comunidades com as quais atua.

Atualmente, o Itesp atende a 7.133 famílias, em 140 assentamentos estaduais presentes em 40 municípios. A instituição presta ainda assistência técnica a 1.445 famílias quilombolas, em 14 municípios nas regiões do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e de Sorocaba. Além disso, o Itesp já entregou mais de 40.000 títulos de propriedade no programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural. Sua funcionalidade hierárquica é formada por analistas e técnicos, que respondem à supervisão técnica, subordinada à diretoria adjunta correspondente.

A Fundação Itesp administra o recurso fundiário, nos termos da Lei nº 4.957/1985, alterada pela Lei nº 16.115/2016 e regulamentada pelo Decreto nº 62.738/2017. É um órgão que realiza a gestão administrativa da área, bem como a prestação de serviços de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

O Itesp através da equipe técnica de Bebedouro (Luís Olímpio, Gilberto, Ivan Cintra, entre outros técnicos de área) tem um papel importantíssimo no desenvolvimento social do assentamento. A Fundação está sempre promovendo cursos e palestras nas diversas áreas de produção, fornecimento de mudas, dialogando com a comunidade no sentido de contribuir para o processo de desenvolvimento rural.

³⁰ Bruno Elias Storer dos Santos, 32 anos, Funcionário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, responsável pela entrevista.

Figura 16 – Horta de produção de verduras para fornecimento do PNAE e PAA



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, tem reconhecimento na região de Franca e Ribeirão Preto, devido a qualidade dos produtos, bem como ao atendimento do PAA e PNAE em parte das prefeituras da região.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo serão abordadas as políticas públicas para agricultura familiar, por meio de uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que têm contribuído para o processo de desenvolvimento dos assentamentos, gerando renda para as famílias assentadas, levando comida de qualidade à mesa das famílias e promovendo mudanças nos hábitos alimentares para crianças da rede pública.

Para desenvolver este capítulo foram utilizados dados de diversas fontes: FNDE, CONAB, autores que já escreveram sobre o tema, entrevistas com assentados que se disponibilizaram a ceder seu tempo para contribuir com o desenvolvimento deste trabalho, bem como o fornecimento de textos informativos sobre o tema e materiais já publicados sobre os programas.

Neste primeiro momento se faz necessário apresentar com mais detalhamento o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com seus objetivos e toda a sistemática que o envolve (MULLER), a fim de compreender o seu papel dentro do assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte.

Em segundo momento será discorrido sobre o Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE), também buscando detalhar seus objetivos, sua sistemática, seu desenvolvimento e sua atuação dentro do assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte.

Antes, porém, é necessário revisar a literatura sobre políticas públicas, especialmente, aquelas voltadas para a agricultura familiar, a fim de compreender o papel do Estado e sua atuação na construção destas políticas.

Segundo Müller, (2007 p. 13) o Estado centralizador e interventor está sendo questionado e debatido desde os anos 1990, década em que seu papel é alterado, oscilando entre a visão neoliberal, do Estado mínimo, e a visão socialdemocrata da intervenção regulatória. Esta mudança do papel do Estado e de sua ação através de políticas públicas fez com que se cristalizassem duas ideias consensuais: (i) o Estado sozinho é incapaz de

garantir bem-estar à sociedade; (ii) a participação dos beneficiários no processo de construção, implantação e gestão das políticas públicas potencializa os benefícios trazidos pelas políticas.

Para tanto, é possível afirmar que existe um movimento crescente pela participação e descentralização nas políticas públicas, por meio do qual os pesquisadores do tema buscam ampliar seus estudos sobre as novas formas de atuação do Estado, tentando entender como funciona suas ações e a sua relação com a sociedade civil (MÜLLER, 2007).

O tema das políticas públicas no Brasil é recente e a grande maioria dos estudos são de caráter muito mais descritivo do que analítico. Segundo Souza (2003, *apud*, MÜLLER, 2007), existe uma carência no diálogo entre os pesquisadores das políticas públicas. No que se refere ao campo da agricultura familiar, é possível afirmar que a lacuna de estudos analíticos é ainda mais notável, isso porque, a maioria dos trabalhos que analisam as políticas para agricultura familiar no Brasil, se constituem de estudos que avaliam o sucesso ou o insucesso dos programas.

4.1. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Estas duas políticas que estão sendo analisadas neste trabalho (PAA e PNAE) fazem parte do Programa Fome Zero. De acordo com Müller (2007) o Programa Fome Zero possui três níveis de ação, que são: a) Políticas Estruturais; b) Políticas Específicas; c) Políticas Locais. E é no âmbito das políticas estruturais que se encontra uma das principais ações do Programa Fome Zero, que é o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

O PAA é um programa que foi estudado, discutido durante anos e envolveu diversos atores³¹ para sua construção. Criar um programa que pudesse atender às necessidades sociais e às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é um processo que ainda não está acabado, isso porque a cada momento conjuntural da política nacional o programa passa por adequações e reformulações (MÜLLER, 2007).

O PAA mesmo sendo um programa recente vem aos poucos conseguindo se legitimar socialmente dentro dos espaços político-institucionais, junto aos movimentos sociais, às organizações não-governamentais e os institutos de pesquisa e academia (GRISA, et al., 2010).

Em seu primeiro mandato o ex-presidente Lula, teve como uma das principais bandeiras o combate à fome. Em 2003 o Governo Federal lançou o Programa Fome Zero, que havia sido um compromisso de campanha. Este programa somaria com outros programas anteriores – como o Programa Comunidade Solidária, Bolsa Família entre outros, criando assim instrumentos que pudessem trazer o estímulo para melhorar a produção e assim gerar renda as famílias (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013).

O Programa Fome Zero, de acordo com os referidos autores, partia da premissa de que o problema da desnutrição e da fome no Brasil estava associado às dificuldades de acesso à alimentação por parte considerável da população, que aferia baixos níveis de renda ou enfrentava dificuldades na produção agrícola. Então, as medidas propostas pelo governo visavam a suplementação e elevação da renda das famílias e o aumento da produção agropecuária de produtores familiares, melhorando a disponibilidade de alimentos para o autoconsumo e aumentando a sua oferta no mercado, com a consequente redução do seu custo.

Pensando em uma política que pudesse combater à pobreza e buscando o fortalecimento e estímulo da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos

31 Os diversos atores envolvidos no processo de discussão e formulação do PAA são: Agricultores Familiares, Movimentos Sociais que passaram a enxergar a comercialização como necessária e o Estado representados

(PAA) foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero (BRASIL, 2003, apud. MÜLLER, 2007) e em 2009 de acordo com a Lei 11.947 regulamentou-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes programas nasceram como programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscava efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006 (CAMARGO, BACCARIN, SILVA, 2013).

O decreto nº 6.959 de dezembro de 2009, trouxe reajuste nas modalidades do PAA, por ocasião do plano safra da Agricultura Familiar 2009/2010, os valores não passavam e 3,5 mil anual por modalidade. Outro benefício para o agricultor trazida pelo plano safra foi o acúmulo das modalidades, podendo chegar ao teto de R\$ 16 mil por ano. (GRISA, et al., 2010). Para isso, o programa se utiliza de vários mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, direciona as compras institucionais de alimentos e pode ser acessado através de seis modalidades, conforme especifica a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (CONAB, 2019).

A CONAB que é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que tem como missão institucional exercer um trabalho contínuo para o desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A CONAB se destaca pelas ações voltadas aos agricultores familiares, apoiando projetos que contribuam para o fortalecimento social e econômico de organizações produtivas rurais de base familiar e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) – atualmente, o Brasil tem mais de 80% de estabelecimentos agropecuários que são da agricultura familiar (CONAB, 2019). Ter o aporte de uma companhia que contribui para a evolução de políticas para agricultura familiar contribui para a redução do êxodo rural e para a geração de capital no setor agropecuário, promovendo assim a geração de renda e emprego no campo, mostrando

como é importante se ter fonte de alimentos de qualidade para o mercado interno, solidificando as estratégias de segurança alimentar do país.

No quadro 2, abaixo, são apresentadas as modalidades do PAA, desenvolvidas pela CONAB.

Quadro 2 – As Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 8 mil	MDS
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por se (CONAB 2019, s.d.)mestre	MDS
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-
PAA – Aquisição de Sementes	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 16 mil	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2019).

A fim de conhecer melhor estas modalidades do PAA, a seguir é apresentada uma breve descrição de cada uma delas, com base na CONAB (2019):

- **Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea (CAEAF):** responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Trabalha o atendimento de demandas locais de suplementação de alimentar, promovendo a produção local que atenda às necessidades das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos), atendendo definições do conselho gestor do PAA.
- **Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque):** disponibiliza recursos financeiros para que organizações da agricultura familiar formem estoques de alimentos, visando a agregação de valor para posterior comercialização e devolução dos recursos financeiros ao poder público.
- **Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF):** voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Seus produtos são definidos pelo conselho gestor do PAA.
- **Incentivo à Produção e Incentivo de Leite (PAA Leite – IPCL):** assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional, por meio do aumento ao incentivo à produção leiteira dos agricultores familiares – podem ser adquiridos leite de vaca e de cabra, desde que atendem aos requisitos de controle de qualidade. É uma modalidade que é desenvolvida nos estados do Nordeste e Minas Gerais, onde são contratados laticínios que pasteurizam o leite, embalam e transportam até os pontos de distribuição, para que as famílias beneficiadas possam retirar suas cotas diárias.
- **Compra Institucional:** compra voltada ao atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo abastecer quartéis, hospitais, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, com dispensa de licitação. Esta modalidade é uma inovação do Decreto nº 7.775/2012.

- **Aquisição de Sementes:** esta modalidade consiste em permitir que a Conab possa adquirir sementes de organizações da Agricultura Familiar, com o objetivo de garantir a produção de alimentos saudáveis, promovendo assim a segurança alimentar e nutricional das famílias, possibilitando assim a geração de renda aos agricultores familiares.

De acordo com a Legislação vigente³², é possível saber que o PAA é operacionalizado através dos estados, municípios e do Distrito Federal, através e Termos e Adesão³³ e pela CONAB que adquire parte dos alimentos diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação dos estoques estratégicos que são os armazéns de grãos e leite, visando garantir a distribuição à população em maior vulnerabilidade social, Bem como os produtos de hortifrúti destinados à doação que são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Para desenvolver o programa a CONAB deve firmar um Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário³⁴ (CONAB, 2019).

32 Artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

33 “Foram previstos quatro modelos de adesão de acordo com as Unidades Executoras: a) União – estado ou Distrito Federal, b) União - Estado ou Distrito Federal com participação de entidade da administração indireta, c) União - Município ou Consórcio Público e d) União - Estado - Município ou Consórcio. A Pactuação de Valores e Metas será realizada, por modalidade, em Planos Operacionais Anuais, propostos pelo MDS e ratificados pelas Unidades Executoras, conforme os seguintes passos: 1) Termo de Adesão publicado, a Unidade Executora elabora proposta preliminar de participação (preenchimento da Ficha Preliminar de Levantamento da Demanda), 2) MDS avalia a demanda do conjunto de executores compatibilizando com a dotação orçamentária disponível e publica portaria ministerial estabelecendo valores e propondo metas de execução e 3) Unidade Executora distribui os recursos para execução por trimestre, com revisão dos montantes e metas pactuadas ao longo do ano (4 janelas), redistribuindo a destinação dos recursos em função da execução” (<http://www.planejamento.gov.br>).

34 Em 27 de maio de 2016 foi criada, pelo decreto nº 8.780, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead) Sua última estrutura regimental foi definida pelo decreto nº 8.786 de 14 de junho de 2016, substituindo o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória nº 726, que alterou e revogou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transferindo na época suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sendo responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país. É também o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). (www.planalto.gov.br, 2019)

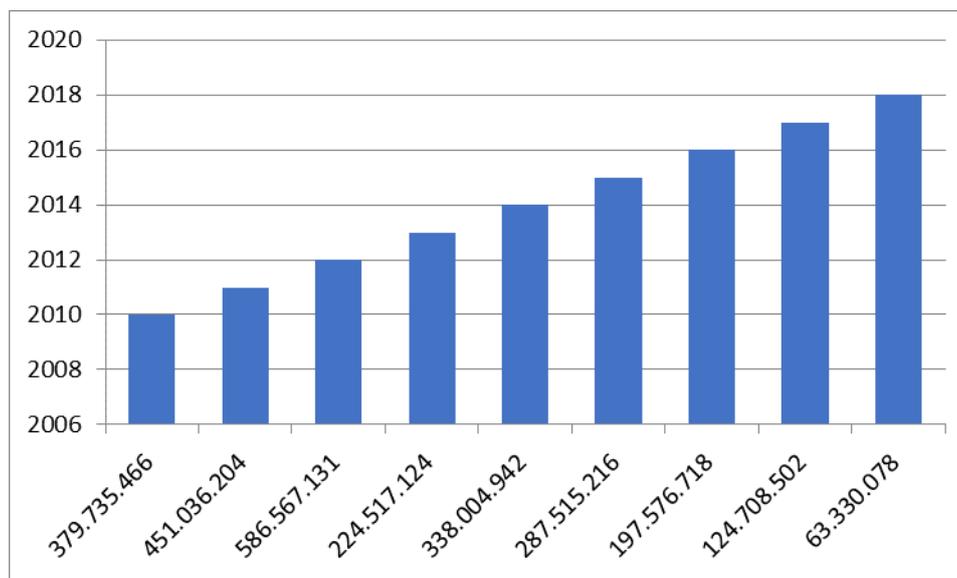
Com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, abre-se possibilidades de desburocratização e proporciona a ampliação do programa, possibilitando assim que o MDS fizesse o pagamento diretamente ao agricultor familiar, através de cartão bancário específico para o recebimento dos recursos contratados pelos estados, municípios e Distrito Federal.

Para que o PAA funcione de forma coesa e garanta sua equidade, existe um conselho gestor que tem o papel de órgão colegiado a fim de garantir o caráter deliberativo e é formado por representantes dos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome³⁵; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. São funções deste grupo a fixação dos preços praticados na compra dos produtos, fixação dos limites, a definição das regiões prioritárias para implantação do programa, as condições da doação ou da venda e toda regulamentação do programa (DELGADO, 2005, apud, MÜLLER, 2007).

De acordo com dados colhidos pela CONAB, no período de 2010 a 2018 o quadro abaixo mostra a evolução dos recursos orçamentários repassados pela Secretaria Especial e Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério do Desenvolvimento Social para aquisição de produtos do PAA.

35 Assim como ocorreu com o MDA, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) também foi extinto. Este ministério foi criado em 23 de janeiro de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a missão de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda, como o Fome Zero, cujo maior expoente é o cartão Bolsa Família, bem como aprovar os orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social do Transporte (SEST). É ainda o órgão que coordena a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No governo Bolsonaro a pasta foi incorporada ao Ministério da Cidadania, juntamente com o Ministério do Esporte e da Cultura. O atual ministro da Cidadania é Osmar Terra. (www.mds.gov.br, 2019)

Figura 1 – Repasses orçamentários da SEAD ao PAA – 2006 a 2018



Fonte: CONAB (2019).

Tendo em vista a exigência de maior controle e eficiência nos critérios do programa, nos últimos anos houve uma mudança na sistemática de distribuição dos recursos. Com objetivo de equalizar a demanda na participação pelas organizações de fornecedores ao longo dos anos, o grupo Gestor do Programa da Aquisição de Alimentos (GGPA) definiu novos critérios de pontuação. Através da resolução do GGPA, nº 44/2018, fica estabelecido que para acessar as modalidades “Doação Simultânea” e “CPR estoque” a partir de 2011, a organização deveria ter a participação mínima de 40% de mulheres para Doação Simultânea e 30% na modalidade CPR Estoque (CONAB, 2019).

Ao relatar todo o processo desenvolvido ao longo dos anos para que a agricultura familiar através das modalidades do PAA se tornasse reconhecida, a Companhia Nacional de Abastecimento desenvolveu um papel fundamental para o fortalecimento e a inclusão econômica e social do agricultor familiar, para o acesso a alimentação saudável das famílias em vulnerabilidade alimentar, conforme considerações abaixo:

Fundamentado no direito legítimo à alimentação, o Programa de Aquisição de Alimentos operacionalizado pela Conab, por meio de suas modalidades, converte os direitos legais (inclusão econômica e social do agricultor familiar, acesso à alimentação saudável, entre outros) em direitos legítimos, pois são salutaros os resultados que se inscrevem tanto em aplicações financeiras, quanto nas respostas sociais obtidas por esse programa. A Conab, com sua expertise e sua credibilidade reconhecida pela sociedade, legitima direitos, afirmando e consolidando a sua missão de “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas (CONAB, 2019).

Mesmo o Governo Federal tendo lançado o PAA36 em 2003, no Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, o programa foi acessado apenas no ano de 2007, logo após ter sido implantado o Programa Luz para Todos. Devido a precariedade na infraestrutura do assentamento os programas de PAA e PNAE demoraram um tempo maior para serem implantados. Havia falta de energia nos lotes, a água também era um processo que estava sendo construído, para a perfuração dos postos artesianos, bem como havia muito eucalipto no assentamento e precisou ser feito um projeto social, seno uma parceria entre o estado representado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, os assentados, culminando assim na venda dos eucaliptos para transformar os recursos adquiridos na venda em benefícios para os assentados, tais como a destoca, que era um problema muito sério na época. Com energia nos lotes e o programa para comercializar a produção, o assentamento reavivou o sonho de produzir e comercializar com preço justo e produtos de qualidade.

36 Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. (<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>)

Para saber um pouco mais sobre o processo de implantação e desenvolvimento do Programa no assentamento, foram realizadas entrevistas com assentados que estão no assentamento deste seu início, que tiveram e ainda têm participação efetiva na construção política do assentamento, que são produtores fornecem para o PAA e para o PNAE, onde todos trabalham em regime de agricultura familiar, com uso da mão-de-obra própria, de esposas, esposos, filhos, filhas, genros, noras, netos e netas.

Estes entrevistados são assentados que participaram de todo o processo de discussão e concretização do assentamento e atualmente ainda contribuem no desenvolvimento da produção. O trabalho também contou com experiência própria da pesquisadora (autora deste trabalho), que é assentada e sempre participou diretamente da elaboração e desenvolvimento dos projetos de PAA e PNAE. A seguir, é apresentado um breve perfil de cada entrevistado (o questionário que norteou a entrevista pode ser encontrado no anexo I) para, em seguida, discutirmos a visão dos assentados sobre os programas.

1) Sonilda Soares Rocha da Silva, (Sonilda), tem 54 anos, é casada, cursou até o ensino fundamental completo, tem 5 filhos. Ela conta com a participação de 14 pessoas em seu lote, para o trabalho em regime de agricultura familiar. É assentada desde 1998, participou da ocupação e hoje é fornecedora de merenda escolar pela entidade a qual também faz parte como presidente Associação Estadual dos Produtores da Reforma Agrária e Agricultura Familiar, que conta com 59 associados. Também participa do diretório o Partido dos Trabalhadores no município de Restinga.

2) Airton Pacheco da Silva, (Pacheco), tem 60 anos, é viúvo, cursou até o ensino fundamental incompleto, tem 3 filhos e conta a participação de 06 pessoas em regime de agricultura familiar. É assentado desde 1998, participou da ocupação e hoje é fornecedor de merenda escolar pela entidade Associação de Pequenos Produtores e da Agricultura Familiar do estado de São Paulo, Irmã Dorothy, que conta com 29 associados.

3) Pedro Sebastião da Rocha (Pedro Xapuri), tem 74 anos, é casado, cursou até o ensino fundamental incompleto, tem 4 filhos, e conta com a participação de 04 pessoas para o

trabalho em regime de agricultura familiar. É assentado desde 1998, participou da ocupação e hoje é fornecedor de merenda escolar pela entidade a qual também faz parte como presidente Associação dos Produtores Rurais do Vale do Sapucaí, que conta com 24 associados. Também participa do diretório o Partido Trabalhadores no município de Restinga e é dirigente Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

4) Davi Pereira da Silva, (Paraná), tem 65 anos, é casado, cursou até o fundamental incompleto e tem 5 filhos. Ele conta com a participação de 03 pessoas para o trabalho em regime de agricultura familiar³⁷. É assentado desde 1998, participou da ocupação e hoje é fornecedor de merenda escolar pela entidade Associação dos Produtores Rurais do Vale do Sapucaí.

5) Vera Lúcia Soares de Souza, (Vera), tem 53 anos, é casada, cursou até o ensino fundamental completo, tem 04 filhos e conta com a participação de 04 pessoas para o trabalho em regime de agricultura familiar. É assentado desde 1998, esposa de ex funcionário da FEPASA, mora no mesmo local há 32 anos, e hoje é fornecedora de merenda escolar pela entidade Associação de Mulheres no Desenvolvimento Sustentável Rural/Urbano do Estado São Paulo, que conta com 68 associados.

6) Eron Domingos da Rocha, (Eron), tem 40 anos, é casado, curso superior completo, 02 filhos e conta com a participação de 04 pessoas para o trabalho em regime de agricultura familiar. É assentado desde 2004, filho de assentado, participou do processo de ocupação e atualmente é presidente da Cooperativa de Produção e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais Estado de São Paulo, que conta com 96 assentados, atualmente está atuando no Programa da Aquisição de Alimentos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar com o fornecimento de iogurte, bebida láctea e extrato de tomate.

7) Jean Gomes da Silva, (Jean Barreto) tem 40 anos, casado, sem filhos, trabalha em regime de agricultura familiar com familiares, cunhados, pai, irmãs e esposa. Participou de todo processo de organização para a ocupação do Horto Boa Sorte, e desde de 1998 é

³⁷ Agricultura Familiar é o regime, onde os membros da mesma família trabalham para subsistência, gerando assim uma economia familiar, de colaboração mútua entre os membros e dispensa a contratação de empregados.

assentado, onde participa da comercialização de iogurte, bebida láctea e molho de tomate na Cooperativa de Produção e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais Estado de São Paulo e também é dirigente da Associação de Pequenos Produtores Rurais Assentados e da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo – Irmã Dorothy, que conta com 31 associados e também é uma entidade fornecedora do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O assentado Airton Pacheco da Silva relembra que, desde sua concretização, o Assentamento 17 e Abril – Horto Boa Sorte, sempre encontrou dificuldades para comercializar a produção. Primeiramente, em meados de 1999 à 2002, logo no início foram fornecidos a baixo custo pela fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – através do banco de sementes de milho para a produção, mas como houve adesão por um porcentagem grande de assentados o preço para venda declinou, muitos produtores tiveram que vender no preço ofertado ou então estocarem seus grãos. Como o assentamento não havia local adequado para estocagem, ou seja, a oferta maior que a demanda, acabaram por vender ao preço da época.

A morosidade na retirada dos eucaliptos³⁸ para liberação de áreas para plantio fazia com que os moradores sobrevivessem como podiam, muitos desanimaram e venderam seus lotes, voltando para vida anterior, outros foram trabalhar para as madeireiras, como carregadores de caminhão; outros como tratoristas outros, ainda, como cortadores de lenha. Enfim, iam para o trabalho na retirada da madeira, jovens, adultos e até mulheres, que ficavam na marcação e controle de retirada, como lembra a entrevistada Sonilda Soares Rocha Silva.

Nesta época o poder público municipal, que era um governo aberto ao diálogo, com gestão entre 1999 à 2002, o prefeito municipal (já falecido), Clarindo Ferracioli, conhecido como “Belão”, mesmo mantendo uma boa relação com o assentamento, criou atitudes paternalistas, gerando um forte poder de dependência por parte de alguns

38 A fazenda contava com 80% de produção de eucalipto e o responsável para retirada eram as madeireiras contratadas pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, para retirada e posteriormente destocar a área desmatada, deixando-a liberada para plantio.

assentados para com a gestão. Apesar da relação de dependência, esta, também foi uma forma de sobrevivência no assentamento. Com a concretização do assentamento, houve também, a liberação do Programa Saúde da Família (PSF), que permitiu a contratação de algumas assentadas como agentes comunitárias de saúde, e também a entrega da Escola Municipal Leonor Mendes de Barros, como uma extensão da, já existente, Escola Lázaro Cassimiro de Lima de Restinga, o que também gerou empregos para algumas assentadas.

Contudo, mesmo com toda esta movimentação e geração de renda no assentamento, ainda faltava o principal, que era produzir alimentos no próprio assentamento, com qualidade e preço de venda que pudesse equiparar-se ao mercado local e ainda criar a autonomia do assentamento, como protagonista de sua própria história.

Desde a ocupação, as famílias assentadas são observadas com desconfiança sobre a sua capacidade de trabalho e sobrevivência no município. Restinga é uma cidade pequena, que tem enraizado o conservadorismo. Assim, os sem-terra durante muito tempo foram alvo de discriminação. Atualmente existem 20 famílias que todo sábado de manhã vão à cidade expor seus produtos em uma feira livre. A aceitação ainda é tímida, mas para os assentados é um grande passo, junto ao município que hoje, já que o município também pode ser considerado um local ao qual pertencem. Mas para chegar até este ponto, foram vinte e um anos de muita luta, perseverança e resistência, e sobretudo, apoio de setores da sociedade que conhecem, respeitam, admiram e participam da causa.

O PAA chegou ao Assentamento da Boa Sorte para algumas famílias de forma individual em meados de 2007, no formato de PAA-Formação de Estoque. Mas em 2008 com organização das associações foram efetivados os dois primeiros contratos e, nos anos seguintes, houve um crescimento significativo, com organização de novas associações que, também conseguiram acessar os primeiros contratos do PAA - Formação Estoque, em 2012 (GASPAR, 2017).

A princípio, os alimentos produzidos no assentamento não tinham boa qualidade, pois, o clichê usado de que o PAA era um programa para escoação do excedente de produção, traz a visão de que o excesso que o produtor fosse perder, poderia ser

comercializado através da modalidade Doação Simultânea. Assim, os produtos com melhores qualidades poderiam ser distribuídos em outros programas. Este tipo de pensamento foi sendo modificado, com o passar do tempo, isso porque, uma vez interessadas em participar do PNAE, as Associações passaram a investir na capacitação dos produtores, qualificando-os e classificando melhor suas produções. Assim, em 2010, através das associações de produtores que já desenvolviam o PAA, foram dados os primeiros passos rumo ao desenvolvimento do PNAE no assentamento.

Com a chegada do PAA, teve início em 2010, a venda dos produtos para o programa. Neste início, apenas 06 projetos foram contratados (por meio da Companhia Nacional de Abastecimento). No primeiro ano, foram comercializados cerca de 148 mil quilos de alimentos para serem distribuídos para famílias em condição de vulnerabilidade alimentar. Em 2011, o número de projetos contratados aumentou para 11 projetos, com um total de 180 mil quilos de alimentos comercializados. Em 2012 foram contratados 09 projetos, totalizando 136 mil quilos de alimentos comercializados. Em 2013 foram contratados 07 que permitiram a comercialização de 38 mil quilos de alimentos. Em 2014, o número de projetos contratados voltou a crescer (foram 13 no total), permitindo a comercialização de 312 mil quilos de alimentos. Em 2015 foram contratados apenas 05 projetos, permitindo a comercialização de 80 mil quilos de alimento. Em 2016 foram contratados 07 projetos, permitindo a venda de 39 mil quilos de alimentos. Em 2017 foram contratados 04 projetos, permitindo a comercialização de 93 mil quilos de alimentos. No ano de 2018, apenas 03 projetos foram contratados, e a quantidade de alimentos comercializados foi 70 mil quilos de alimentos.

Quadro 3: Produtos oferecidos para o PAA no assentamento – 2010 a 2018 – em quilos

Produto	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Abobrinha	16.189	525	3.500	2.780	2.000	17.340	3.750	4.211	4.000
Abóbora	0	51.038	5.000	5.800	38.900	11.425	5.800	2.789	2.000
Alface	33.419	31.214	12.416	1.936	29.200	800	1.936	13.654	14.126
Batata-doce	17.697	12.471	15.000	2.764	8.570	0	2.764	800	0
Cheiro-verde	2.001	10.314	9.980	1.712	9.413	1.428	1.712	1.451	800
Couve	8.266	29.263	10.690	2.361	12.270	900	2.361	6.990	6.334
Mandioca	43.343	17.525	72.890	15.259	180.512	23.580	15.259	41.813	41.620
Repolho	4.182	19.101	0	0	16.200	5.190		12.000	1.000
Limão	10.116	4.951	5.230	4.766	10.600	9.115	4.766	7.429	200
Jiló	13.354	4.154	1.680	1.508	5.214	10.350	1.508	2.000	700
Total	148.567	180.556	136.386	38.886	312.879	80.128	39.856	93.137	70.780

Fonte: elaboração própria, com dados da CONAB (2019).

Ao analisar os anos e os números de entidades participantes com a quantidade de produtos entregues pelo programa, pode-se perceber uma oscilação entre alguns períodos. A causa para estas oscilações está ligada aos critérios estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento, através do Conselho Gestor. Outro fator importante em destacar foi crescimento do número de entidades que se regulamentaram no assentamento e passaram cada uma a fazer seus próprios projetos com números menores de pessoas. Pensando no processo de desenvolvimento e crescimento econômico do assentamento, a abertura de novas entidades não pode ser considerada algo negativo, pois as famílias, além de se agruparem por grau de interesses, também puderam possibilitar a seus filhos/filhas atuarem nas áreas administrativas destas entidades e, com isso, as entidades puderam a obter uma melhor gestão. Devido ao fato de os filhos terem procurado estudar algumas técnicas para melhor o manejo do solo, muitos filhos de assentados são técnicos agrícolas e puderam trazer novas ideias para o contexto da produção familiar. Embora atualmente já se trabalha por parte da Fundação Itesp a concessão de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para filhos de assentados, ainda não chegou até o assentamento 17 de abril – Horto Boa Sorte e as famílias estão com as maiores expectativas pelo fato de ser possível gerar uma melhor renda para a família, pois, haverá em cada família duas DAP's, sinal de crescimento econômico.

Imagem 1 - Produtos entregue no PAA para Associação de Pequenos Produtores Rurais

Irmã Dorothy



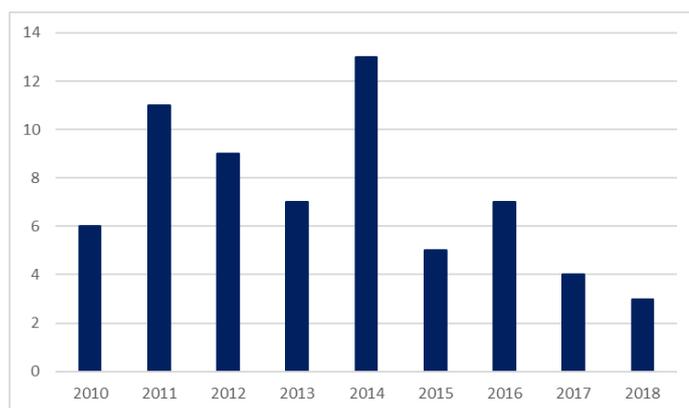
Fonte: arquivo pessoal.

Com a criação destes programas voltados à agricultura familiar, os assentamentos passaram a se organizar, criando grupos de interesses e afinidades, através da criação de associações, organizando-se, de forma participativa e aumentando o nível de produção. O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, criou um clima de incerteza e preocupação para os agricultores que começaram a temer pelo fim destes programas. E isso ocorre mesmo no caso do PNAE que está assegurado por lei – mesmo nestes casos, é possível que haja um esvaziamento por parte dos novos governos que podem criar regras que dificultam o acesso ao programa (GASPAR, 2017).

Na figura abaixo mostra o processo evolutivo das contratações realizadas pela CONAB no período de 2010 a 2018. O auge das contratações do PAA foi no ano de 2014, quando o assentamento conseguiu produzir cerca de 300 mil kilos de horticultura, porém devido a tamanha demanda de entidades procurando pelo programa e os recursos financeiros poucos para o estado, foram criadas novas regras de participação, colocando um uma fase classificatória para participação das entidades. Atualmente para participar o

Programa de Aquisição de Alimentos, a entidade deve ter como critério, participação 100% de mulheres, comunidades de assentamento, indígenas e quilombolas, produção orgânica, enfim nem todas as entidades tem como se adequarem, pois existem muitos homens que são solteiros e fazem parte do quadro associativo da entidade. Outro critério também que faz com que a burocracia emperre cada vez mais é que o teto para os projetos serem classificados deverão totalizar até 100 mil reais, o que as vezes impossibilita a participação de todos os produtores de uma entidade no caso de entidade com um grande número de sócios e por outro lado em busca de garantir a participação de todos os valores percapita acaba diminuindo para que beneficie todos os sócios porém com valores de cotas inferiores ao que se tem de direito. E para as entidades se beneficiarem com o programa, a elaboração de novas propostas para execução em 2020 foi acrescentado como condição de transmissão do PAANet³⁹ a organização deverá estar cadastrada no SICAN⁴⁰.

Figura 2 – Total de projetos contratados pelo PAA no assentamento 17 de Abril – 2010 a 2018



Fonte: elaboração própria, com dados da CONAB (2019).

39 PAANet “Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar o preenchimento das Propostas de Participação e de suas Entregas, nas modalidades do PAA” (CONAB, 2019).

40“ O Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais, Público do PAA, Cooperativas, Associações e Demais Agentes (Sican), de abrangência nacional, tem como público-alvo todos os agentes, pessoas físicas ou jurídicas, que tenham interesse em participar das políticas públicas executadas pela Conab.”

Também não se pode deixar de relatar que na política o processo democrático cria um certo envolvimento das pessoas que estão à frente em busca de discutir e fazer com que as políticas públicas cheguem até a quem de direito e estas formas de atuação nem sempre agradam a todos. O processo democrático exige que haja diálogos e discussões que podem contribuir para conquistas para os grupos. É dentro deste contexto que as associações do Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte tentam construir suas bases, mesmo enfrentando as dificuldades do dia-a-dia, elas estão sempre em busca de discutir e contribuir para a construção das políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

A partir de 2014 algumas entidades foram se desmobilizando por conta das dificuldades do PAA conforme citado anteriormente e seus associados foram migrando para outras entidades. Uma vez participando de um projeto no PAA, não é possível ao agricultor participar de outro. Esta exigência dificulta a adesão dos agricultores em vários projetos. Esta exigência não existe no PNAE, assim, o agricultor pode participar de várias entidades ao mesmo tempo, o que abre a possibilidade de um agricultor participar de vários projetos. Por este motivo, os agricultores foram entendendo a importância de voltarem seus focos para merenda escolar, como veremos na seção a seguir, que trata do PNAE.

4.2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Esta seção será dedicada a discutir sobre as políticas públicas para agricultura familiar, cujo tema é sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e seus impactos sobre a vida dos agricultores familiares que são fornecedores diretos, bem como entender como seu processo foi elaborado para chegar até a mesa das crianças da rede pública. Sobretudo, a seção trata do PNAE no Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte.

Para desenvolver esta seção, foram realizadas revisões bibliográficas de diversos autores que abordaram o tema, também foram realizadas entrevista com os assentados que

também participaram da construção da etapa percorrida sobre o programa, e, também serviu como base, a própria experiência da autora.

Os programas PAA e PNAE estão diretamente ligados. Observando que no caso do PNAE, o programa não é somente uma política pública voltada para agricultura familiar do ponto de vista econômico e social, mas um programa que se baseia na descentralização da alimentação escolar e o papel que cada ente federativo tem no seu desenvolvimento, tanto do ponto de vista funcional quanto do ponto de vista político, e passa também pela segurança alimentar e nutricional.

O PNAE, enquanto uma política pública, constitui-se enquanto parte das garantias dos direitos dos cidadãos, fazendo parte de uma agenda comprometida com a educação e o combate às injustiças sociais. O Brasil é um país com grandes dimensões continentais – o maior país da América do Sul, segundo o IBGE – e que atualmente está dividido em 26 estados e 1 Distrito Federal, tendo cerca de 208 milhões de habitantes e é um país com uma pluralidade, cultural, social e econômica que requer muitas responsabilidades por parte de seus governantes. Geograficamente o país está dividido em 05 regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e cada uma delas tem sua particularidade no sentido do desenvolvimento social, econômico e cultural (FNDE, 2019).

Ao pensar o Brasil como um conjunto de políticas públicas que precisam ser desenvolvidas para o seu crescimento, é fundamental que sua população tenha acesso a uma educação de qualidade, onde tanto o país, como a população possam crescer e se desenvolver juntos. Para tanto, se faz necessário que as escolas brasileiras tenham condições de fornecer a seus alunos uma educação de qualidade – embora estejamos falando de um país multifacetado como é o Brasil, onde em cada região existe uma discrepante desigualdade – por isso se faz necessário interpretar melhor o conceito de educação de qualidade (CIDADE EDUCADORA, 2019).

A Constituição de 1988, no artigo 205, já definia: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988)

Mas para garantir que a educação seja trabalhada visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, conforme defendiam Anísio Teixeira e Cecília Meireles (1988), a escola deve ser um espaço público laico, de formação obrigatória e gratuita como instrumento primordial ao acesso a democracia (CIDADE EDUCADORA, 2019).

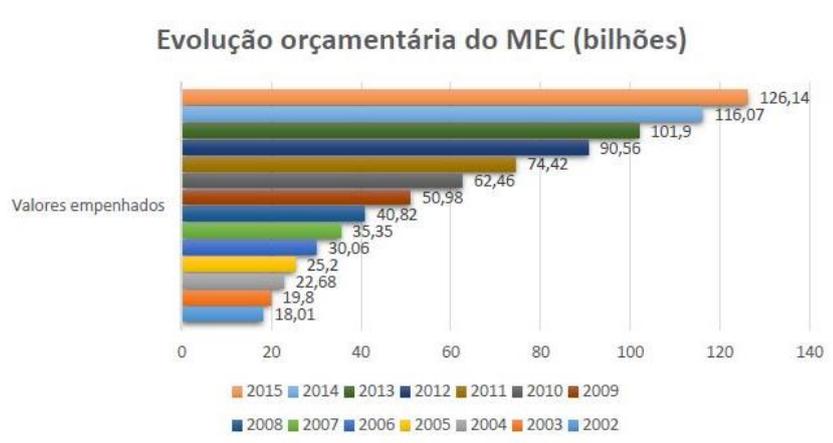
A educação é uma preocupação mundialmente discutida e no Brasil se torna ainda mais complexa, pois ao que vemos na realidade é que o enfrentamento para avançar os índices de leitura, na capacidade de interpretação e compreensão lógica e textual estão abaixo das médias de outros países com maior desenvolvimento em educação. Mas investir em educação é importante por estar diretamente ligada a capacidade de um país em qualificar sua mão-de-obra e trilhar nos caminhos das tecnologias de grandes complexidades.

Dentro do processo da estrutura democrática do Brasil, não se pode deixar de destacar o legado dos governos do PT, inicialmente com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁴¹ e em seguida com a ex-presidenta Dilma Rousseff⁴², que atuaram de forma expressiva, por meio de várias políticas públicas, sobretudo na área da educação, criando iniciativas que revolucionaram a vida de muitos brasileiros – como por exemplo, a decisão de ampliar os investimentos na educação entre o período de 2002 e 2015; o orçamento do Ministério da Educação foi elevado de R\$ 18,01 bilhões para R\$ 126,14 bilhões (2015), conforme quadro a seguir elaborado pela assessoria da liderança do PT no Senado Federal (COSTA, 2019).

41 Luiz Inácio Lula da Silva, nascido em Garanhuns-PE, veio para São Paulo capital onde trabalhou como metalúrgico, tendo como profissão o curso de Torneiro Mecânico. Foi sindicalista e se elegeu presidente da República Federativa do Brasil com primeiro mandato entre 01/01/2003 a 01/01/2007 e segundo mandato entre 01/01/2007 a 01/01/2011 (SOUZA, 2017).

42 Dilma Vana Rousseff, nasceu em Belo Horizonte, é economista, militante de esquerda, filiou-se ao PT em 1998, atuou como secretária de governo no Rio Grande do Sul, no mandato de Olívio Dutra. Em 2003 foi Ministra de Minas e Energia e em 2005 foi Ministra da Casa Civil. Foi eleita sucessora do governo Lula com mandato entre 01/01/2011 a 01/01/2015 e reeleita em 01/01/2015, ficando no cargo até 12/05/2016, quando sofreu o processo de impeachment (SOUZA, 2017).

Figura 3 – Evolução orçamentária do MEC (em bilhões) – 2002 a 2015



Fonte: assessoria do PT no Senado Federal, com dados do SIMEC/MEC.

Costa (2019) traz a referência de que a escola deve ser um espaço democrático, onde as ideias possam fluir e construir o futuro. Um povo educado torna uma nação infalível, onde o país cresce e desenvolve juntamente com sua população. Contudo, em um país de grandes desigualdades sociais, em que a fome é uma realidade, para que as ideias fluam e pensamentos sejam construídos, se faz necessário que todos os alunos tenham acesso a uma alimentação saudável e de qualidade, alunos bem alimentados trazem melhores resultados no processo ensino-aprendizagem. Buscando por uma educação de qualidade, durante os governos de Lula e Dilma (do PT), foram implementadas algumas políticas educacionais onde podemos destacar:

- **FUNDEF/FUNDEB:** O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação foi criado pela emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentada pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto 6.253/2007 em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. A partir desta transição houve o aumento nos repasses de recursos para os estados e municípios para atender às demandas da educação básica, possibilitando a valorização dos profissionais da área e melhorando a qualidade do ensino. A partir do FUNDEB, a educação básica passa a englobar a Educação

Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (COSTA, 2019).

- **Mais Caminho:** Tem como objetivo levar qualidade e segurança ao transporte coletivo das crianças da rede básica de educação das áreas rurais faz parte do marco regulatório conforme resolução nº 03 de 28 de março de 2007 (COSTA, 2019).

- **Livro Didático:** Ampliação da distribuição de livros didáticos para os alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos (COSTA, 2019).

- **Biblioteca na Escola:** Em 2008 ampliou-se, progressivamente as bibliotecas para as creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, levando acervos de literatura, obras de referências e periódicos para a biblioteca das escolas públicas a fim de estimular a prática da leitura (COSTA, 2019).

- **Plano de desenvolvimento da escola:** Prioriza o atendimento de escolas com IDEB abaixo da média nacional, fazendo com que as escolas elaborem um plano de ação para enfrentar os desafios encontrados através de um diagnóstico pré estabelecido (COSTA, 2019).

- **Quadras cobertas:** Este programa está englobado na segunda etapa do programa de aceleração do crescimento lançado em 2010 e que destinou cerca de R\$ 3.96 milhões para construir quadras em escolas onde não tinham e cobertura para as escolas onde se tinham quadras e que não eram cobertas (COSTA, 2019).

- **Pro infância:** Iniciativa que repassa recursos para a construção de creches e pré-escolas e a aquisição do imobilizado para o desenvolvimento do bom funcionamento (COSTA, 2019).

- **Brasil carinhoso:** Programa direcionado ao atendimento de famílias beneficiárias do programa bolsa família com crianças até 6 anos de idade e que continuam em situação de extrema pobreza (COSTA, 2019).

- **Mais educação:** Criado pela portaria nº 17/2007 e regulamentado pelo decreto nº 7083/10, visava melhorar a aprendizagem das crianças através da permanência na escola, oferecendo a educação em tempo integral (COSTA, 2019).

- **Programa Nacional de Alimentação Escolar:** Tido como um dos maiores programas sociais do mundo, é também o mais antigo do governo federal na área da educação e segurança alimentar (CHAVES et al., 2007) criado na década de 1940, vem passando por transformações significativas ao longo do tempo. Em 16 de junho de 2009 o Programa foi fortalecido através da Lei nº 11.947, tendo como diretriz a universalidade do atendimento aos estudantes matriculados na rede pública da educação básica e o fortalecimento da Agricultura Familiar, destinando 30% dos recursos para aquisição dos alimentos da merenda escolar para os agricultores familiares. Abaixo, a figura 4 mostra a evolução do número de estudantes atendidos pelo PNAE entre os anos 2002 a 2015 (COSTA, 2019).

Figura 4 – Número de estudantes atendidos pelo PNAE



Fonte: Assessoria do PT no Senado Federal, com dados do FNDE (ano?).

A constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso VII, garante que todos os educandos tenham atendimento em todas as etapas da educação básica, inclusive ao que tange a alimentação escolar. Por isso em um país com as dimensões do Brasil, é grande o

desafio de potencializar os territórios e fomentar a participação social no sentido de uma escola democrática, criativa e libertadora. Por isso o poder público (federal, estadual e municipal) não pode deixar de atuar em prol deste desenvolvimento educacional.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos programas mais antigos em execução no país. Foi idealizado ainda na década de 1940, no governo Vargas⁴³. Mas devido a indisponibilidade financeira e a conjuntura política do país no governo, não houve possibilidades de concretização do programa, que veio a se concretizar na década de 1950, quando foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, colocando pela primeira vez a estrutura da alimentação escolar sobre responsabilidade do poder público (FNDE, 2019).

A Campanha de Merenda Escolar ficou subordinada ao Ministério da Educação através da promulgação do decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955, passando mais tarde de Campanha de merenda Escolar para Campanha Nacional de Merenda Escolar para que houvesse uma abrangência nacional, este ato foi promulgado pelo decreto nº 30.007 de 11 de abril de 1955 (FNDE, 2019).

Através do decreto nº 56.886/65 em 1965 a Campanha Nacional de Merenda Escolar passa a ser Campanha Nacional de Alimentação Escolar, e neste momento, para contribuir com os programas, surgiu uma ajuda americana:

No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da

43 Getúlio Dornelles Vargas, nascido em São Borja/RJ, governou o país de 01/11/1930 a 24/08/1954. Foi instalado presidente de um governo provisório em 1930 com a incumbência de redigir a nova Constituição, retornando o trabalho democrático no país. Sua primeira medida como governo provisório foi a dissolução do Parlamento e a nomeação de interventores em todos os estados; governo que optou pelo apoio às posições americanas na segunda guerra mundial, promulgou a Consolidação das Leis trabalhistas, permitiu a criação de partidos políticos, promulgou o Código do Processo Penal e o Código do Processo Civil (SOUZA, 2017).

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) (FNDE, 2019).

Somente em 1976 o programa passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar onde ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar promulgado pela Constituição de 1988. O programa oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais, a princípio se desenvolve de forma centralizada, onde o órgão gerenciador era quem planejava os cardápios, adquiria os gêneros através de processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Mas com a lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994, os recursos para execução do programa passam a ser descentralizados. Inicia-se, assim, uma nova fase, onde o governo federal passa a celebrar convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, às quais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização (FNDE, 2019).

Mas antes de haver uma proposta de descentralização nacional a qual foi apresentada pela Fundação de Assistência ao Estudante, ligada ao Ministério da Educação e Desporto em 1993, dez anos antes o governo do Estado de São Paulo, já havia se tornado pioneiro nesta iniciativa. Através do decreto nº 22.379 de 19 de junho de 1984, durante o governo de Franco Montoro (PIPITONE, 1997).

Com o objetivo de buscar iniciativas municipais na produção de alimentos para a alimentação escolar, o governo promulgou o decreto nº 23.632, de 05 de julho de 1985, que regulamentou a lei nº 4.021 de 22 de maio de 1984, substituindo os decretos anteriores (nº 22.379 e 22.758) e regulamentou o conselho Municipal de Merenda Escolar através da resolução nº 220. Assim, a descentralização ocorreu através da subvenção dos recursos das prefeituras, afim de atender ao fornecimento da merenda para os alunos da rede pública, mas para que estes convênios pudessem ocorrer os municípios deveriam comprovar a capacidade de organização administrativa, aplicar a receita tributária de acordo com as

exigências constitucionais, bem como deveriam criar Conselhos Municipais de Alimentação Escolar, indicando representantes da sociedade civil, poder público municipal, respeitando as exigências do cardápio nutricional⁴⁴. (PIPITONE, 1997).

Assim que a proposta de descentralização do PNAE foi apresentada pela Fundação de Assistência ao Estudante e aprovada pela União dos Dirigentes Municipais da Educação, pelo Conselho de Secretários Estaduais de Educação, pela Frente Municipalista de Prefeitos, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela Companhia Nacional de Abastecimento e referendada pelo Governo Federal através do Plano de Emergência de Combate à Fome e à Miséria, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros (FNDE, 2019).

Através da Medida Provisória nº1.784 de 14 de dezembro de 1998 os recursos gerenciados pelo FNDE passaram a ser repassados diretamente para os municípios e para as secretarias de educação de forma automática, em necessidade de celebrar convenio, adquirindo assim agilidade no processo. Atualmente, os valores per capitis são os seguintes: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

Com o passar dos anos o PNAE vem evoluindo significativamente, tornando obrigatório a utilização de 70% dos recursos transferidos pelo governo federal em gastos exclusivamente em produtos básicos e o respeito pelos hábitos alimentares locais e a vocação agrícola do município, fomentando assim o desenvolvimento da economia local. A instituição dos Conselhos de Alimentação Escolar em cada município, também pode ser destacado como um outra grande conquista, pois, o órgão além de fiscalizador é

⁴⁴ Cardápio Nutricional deveria conter no mínimo 300 calorias e 8 gramas de proteína. Embora fosse um cardápio que atendesse as exigências nutricionais, não agradou ao paladar das crianças beneficiadas (PIPITONE, 1997).

deliberativo o que contribui muito com o assessoramento e monitoramento do programa⁴⁵ (FNDE, 2019).

Outra conquista fundamental para o PNAE foi à exigência de um nutricionista como responsável técnico. Com isso, a elaboração do cardápio passou a ser formatado de acordo com as reais necessidades nutricionais necessárias, contribuindo para que o programa pudesse atingir o objetivo de alimentação saudável (FNDE, 2019).

A parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, a partir de 2006, também é outro marco que merece destaque, pois a criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar⁴⁶ – CECANE contribui grandemente para a capacitação dos atores sociais envolvidos no Programa (FNDE, 2019).

A Alimentação Escolar Sustentável é conhecida mundialmente como um caso de sucesso, e dentro deste contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (FNDE, 2019).

Com a determinação de que a aquisição dos produtos alimentícios da Alimentação Escolar seja de produtos provenientes da Agricultura Familiar, através da Lei 11.947/2009, o PNAE potencializou a redução da pobreza e da insegurança alimentar, buscando dinamizar a economia local, através da ampliação das ofertas de alimentos de qualidade e valorizando a produção dos agricultores familiares.

Segundo a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009:

45 Os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo.

46 Cecanes, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (FNDE, 2019).

Diante da implementação da Lei 11.947/2009, a alimentação escolar passou a ter produtos diversificados e saudáveis, uma vez que as nutricionistas puderam ter acesso direto ao agricultor familiar, buscando a parceria na construção do cardápio. Os processos de dispensa de licitação, com chamamento público, também facilitaram muito a relação do agricultor com o poder público municipal (FNDE, 2019).

A partir da implantação da Lei 11.947/2009 e a regulamentação da Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, o Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, através das associações, havia iniciado o processo de discussão com o município de Restinga e município da região, a fim de implantar o programa.

Na época (2009) a Associação Nacional de Apoio a Reforma Agrária através de seus dirigentes se utilizou de vários recursos (reuniões, palestras, seminários) para poder criar um diálogo positivo entre as prefeituras da região e os agricultores familiares assentados. Estes agricultores já eram fornecedores do PAA. A Companhia Nacional de Abastecimento e os Movimentos Sociais (MST e MLST)⁴⁷ tiveram papel fundamental na discussão e implantação da política do PNAE dentro do assentamento.

Os primeiros passos foram difíceis, como relata em entrevista o agricultor Davi (Paraná), as nutricionistas exigiam a qualidade de produtos como os que elas estavam

⁴⁷ MST: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. MLST: Movimento de Libertação dos Sem Terra, ambos movimentos são fixados no assentamento e buscam dialogar com a sociedade e poder público sobre as necessidades do assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte.

acostumadas a adquirir no CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Segundo o agricultor, foram tantos os empecilhos que ele chegou a pensar que os produtores do assentamento não iriam conseguir atender as exigências.

Os movimentos sociais sempre atuaram na importância de os assentados produzirem produtos orgânicos e ou agroecológicos, como uma forma de resistência da agricultura familiar no meio rural e contrapor ao agronegócio. Como assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, não seria diferente, já que desde o início, sempre foi trabalhada a questão de produção agroecológica e o desenvolvimento orgânico no assentamento, muito embora as Usinas Batatais e Usina Cevasa de Açúcar e Alcool estivessem ao redor e mesmo sabendo que a certificação de orgânico seria difícil, devido a estes fatores, os produtores sempre buscaram chegar cada vez mais próximo da produção orgânica e ou agroecológica.

Outro fator que também teve que ser dialogado e adequado com o tempo foi o cardápio que nem sempre contemplava os produtos produzidos no assentamento. Nas chamadas públicas era solicitado produtos do tipo: cenoura, beterraba, batata inglesa, mandioquinha salsa, frutas, como maçã, melão, etc., enquanto no assentamento, a maior produção era de folhas (alface, cheiro verde, acelga, couve, etc.). Os departamentos de alimentação nem sempre procuravam os agricultores para saber a oferta de produtos, para adequar o cardápio. Assim, diante desta realidade, comum também a outros assentamentos rurais, os agricultores da região através de suas associações, professores (da Unesp de Franca e de Jaboticabal, que desenvolviam trabalhos de pesquisas nos assentamentos), os movimentos sociais e os órgãos governamentais (como a CONAB, INCRA e ITESP) realizaram, em 2011, um evento na Universidade Paulista Júlio Mesquita – UNESP Campus de Jaboticabal abrindo a discussão para os problemas enfrentados pelos agricultores para atuarem, tanto do PAA quanto do PNAE.

Este evento trouxe uma discussão ampla sobre a comercialização, a adequação dos valores de venda que cada produtor deveria comercializar por entidade executora e a forma como as entidades deveriam se organizar para enfrentar o processo de chamamento público local. Momentos históricos como estes nos fazem acreditar e continuar em busca dos

sonhos. Por isso que, se, no ano de 2009 havia uma única associação no assentamento que tinha interesse em comercializar por meio do PNAE, atualmente são várias associações formadas juridicamente e uma cooperativa que atuam no PNAE, tanto com produtos in natura, quanto com processados e industrializados.

Não se pode negar que a existência do PAA e do PNAE permite o reconhecimento e o fortalecimento da agricultura familiar como produtora de alimentos e agente econômico plenamente integrado a outros setores da sociedade que atuam também como poderoso mecanismo de inclusão e legitimação dos assentados da reforma agrária na vida social e econômica local (CAMARGO, BCCARIN, SILVA, 2013).

Conforme relato obtido na entrevista com o agricultor Jean Gomes, na época também era complicado entender o processo do chamamento público, pois, os departamentos de licitação tinham entendimento de que o chamamento público, com dispensa de licitação não poderia existir – eles se baseavam na lei de licitações 8.666/93, que regulamenta, por meio do artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, as normas para licitações e contratos da Administração Pública. Diante do exposto na legislação de licitação e contratos, os membros dos departamentos de licitação convergiam quanto aos documentos solicitados para o chamamento, tendo em vista que para o processo de chamada publica as exigências são bem menores pois o cunho do agricultor estar apto para participar é sua Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP física⁴⁸.

Nas entrevistas foi detectada, também, outra situação que causa problemas para as contratações juntos aos departamentos de licitação e nutrição, como por exemplo, as eleições municipais. Nestes casos, devido ao fato de que geralmente os cargos não serem ocupados por pessoas concursadas, a cada eleição há trocas dos responsáveis, e por isso, o processo tende a se iniciar do zero. Isto é, cada nova equipe que entra nestes departamentos, nas novas gestões, precisa aprender todo o processo desde o início, o que

48 DAP – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF. A Declaração de Aptidão ao Pronaf é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso a políticas públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural (www.mda.gov.br)

atrasa o processo de contratação. Embora atualmente os agricultores já estejam organizados e com conhecimento técnico da legislação e também de haver a atuação dos CECANES que tem atuado tecnicamente com materiais sobre o PNAE, orientando os agentes, ao longo dos processos de construção e desenvolvimento da chamada pública, ainda assim, tem havido problemas nas contratações,

Segundo a cartilha do PNAE, seguem os passos para o acesso ao programa, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 – Passos para acesso ao PNAE

1 Orçamento	A Entidade executora, deve levantar os recursos orçamentários disponíveis, identificando os valores repassados no ano anterior de definir o percentual de aquisição da agricultura familiar, que não pode ser inferior a 30%.
2 Articulação entre os atores sociais	A nutricionista deverá mapear os produtos disponíveis, articulando com os agricultores envolvidos para montagem do cardápio, buscando respeitar também a sazonalidade. OBS: O mapeamento deve conter, a discriminação dos produtos locais , quantidade de produção e época de colheita, cabe ao um agrônomo este mapeamento.
3 Cardápio	Cabe ao nutricionista elaborar de posse do mapeamento dos produtos da agricultura familiar.
4 Pesquisa de preço	Cabe ao departamento de licitação a pesquisa de preço, respeitando os preços dos mercados locais, onde os mesmos deverão ser publicados em chamada pública. Na pesquisa de preços deverão ser considerados todos os insumos (frete, encargos, embalagens, etc.) para conclusão do preço final. As entidades executoras também poderão se valer dos preços publicados pelo PAA, de acordo com a resolução CGPAA nº

	59/2013.
5 Chamada Pública	A chamada pública é o procedimento administrativo específico para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Está regulamentado pelo artigo 14 da Lei nº 11.947/2009.
6 Elaboração do projeto de venda	A responsabilidade de elaboração do projeto de venda é dos agricultores familiares ou das entidades representativas cooperativas e associações.
7 Recebimento e seleção dos projetos de venda	Todo projeto de venda deve estar formalizado com a documentação solicitada no edital de convocação: devidamente especificadas para Grupos Formais, Grupos Informais e Agricultores Individuais. Os projetos serão analisados em sessão pública e registrado em ata. Cada agricultor tem o limite de DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf no valor de 20 mil/ano por entidade executora. Existe também os critérios de seleção que já estão estabelecidos pela legislação vigente.
8 Amostra para controle de qualidade	A entidade executora mediante o edital de chamamento poderá solicitar amostra do produto a ser adquirido, logo após a fase de seleção dos projetos. De acordo com a sazonalidade a entidade executora poderá estabelecer cronograma de entrega para o controle de qualidade dos produtos.
9 Contrato de compra	O contrato será formalizado depois de todas as etapas concluídas e é a forma legal de regulamentar os compromissos entre a entidade executora e os agricultores familiares. Os contratos estão estipulados na lei 8.666/93 que contém regras para a regulamentação dos mesmos, onde deve conter as cláusulas com clareza e precisão nas condições de execução.
10 - Termo de recebimento e	Mediante cronograma de entrega elaborado na formalização do contrato ou pelo responsável técnico, os fornecedores deverão

pagamento dos agricultores	entregar os produtos mediante um termo de recebimento, o qual deverá ser assinado pelo responsável pelo recebimento, é um documento imprescindível para que o agricultor possa estar prestando contas da entrega do produto juntamente com a nota fiscal de produtor rural.
----------------------------	---

Como relatado no capítulo 2, o Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, conta com 160 famílias assentadas, algumas que trabalham coletivamente e outras não. Para a construção deste material, as entrevistas foram mais focadas nas famílias que trabalham coletivamente, mas há também famílias que preferem o trabalho de forma individualizada e que no momento que foi iniciado os trabalhos para a construção deste material estavam de forma individual (atualmente a informação obtida é que alguns procuraram se organizar coletivamente).

Em princípio, o assentamento iniciou a atuação no programa com apenas duas entidades, sendo elas Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária, ligada ao Movimento de Libertação do Sem Terra, que representava cerca de 100 famílias, e Associação Dorcelina Foliadora, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representando cerca de 59 famílias.

A Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária se desponta como a primeira entidade a assinar contrato de merenda escolar com a prefeitura municipal de Franca, cidade localizada a cerca de 18 km do assentamento. E através desta prefeitura a entidade passou a firmar convênios com outras cidades (Jaboticabal, Ribeirão Corrente, Restinga, Guariba). Assim, os processos de contratações foram crescendo e com isso os problemas de organicidade também.

Naquele momento, o assentado tinha em suas mãos uma entidade legalmente constituída, mas não tinha o preparo técnico para desenvolvê-la, faltou conhecimento em vários aspectos e a falta de organicidade acabou fazendo com que a entidade não se sustentasse e culminou na dissolução da mesma e na formação de outras três entidades. O

enredo desta história também não foi diferente com a Associação Dorcelina Foliadora. Dela também foram surgindo outras associações, e atualmente existem associações que trabalham tanto com o PAA, quanto com o PNAE, entre outros projetos desenvolvidos para a comunidade associada – como as Associações Vale do Sapucaí e a Associação dos Produtores da Boa Sorte, que atuam em parceria com o INCRA, Prefeitura Municipal Restinga e Câmara Municipal de Restinga na implantação de uma feira livre para os agricultores do Assentamento, neste ano de 2019.

Ao longo destes 21 anos, para agilizar a escoação de produção, as entidades foram se organizando de forma a construírem barracões para beneficiamento de produtos, adquiriram máquinas, equipamentos e veículos. Atualmente 7 Associações estão trabalhando ativamente com o PNAE em várias prefeituras da região e destas, 02 associações e a cooperativa são fornecedores de produtos para merenda escolar no município de Restinga, juntamente com 4 agricultores que trabalham no município de forma individual, mas em outros municípios trabalham coletivamente.

As associações trabalham fundamentalmente para comercializarem os produtos produzidos no assentamento pelos seus associados, para que estes produtos possam chegar às escolas para alimentação escolar. Todas as associações tiveram sua primeira experiência de comercialização com o Programa Doação Simultânea PAA, que foi a base para a construção da comercialização no assentamento.

O município de Restinga, passa a adquirir os produtos da agricultura familiar no ano de 2011, através da Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária do Estado de São Paulo (ANPRA), na época eram fornecidos alface, couve, cheiro verde, mamão, banana nanica, mandioca, o município também tinha outros agricultores individuais como fornecedores, tanto do assentamento quanto do próprio município.

Como o passar dos anos, percebeu-se que o município procurou atender à demanda garantindo o repasse de 30% dos recursos do programa para agricultura familiar, mas os problemas já citados, como os descompassos entre o processo de contratação e as entregas: atrasava a chamada pública que acabava acontecendo em meados do mês de maio – e que

fazia com que a contratação só se efetivasse no mês de junho, período em que os alunos já estavam em recesso escolar. Com isso, no retorno das aulas, em meados de julho/agosto, os itens contratados sempre solicitados tinham uma demanda inferior à contratada. E assim, quando se chegava a dezembro, o contrato se encerrava e os agricultores não entregavam todo o quantitativo contratado.

Estes assuntos também decorriam da falta de entendimento do processo de funcionamento do programa, pois o contrato com a agricultura familiar geralmente, é para o período de 01 ano, com possibilidade de aditamento de 25% do valor inicial para o período necessário até elaborar o novo processo de chamamento. Ao longo de alguns anos, o processo ocorreu desta forma, mas neste último mandato, do então prefeito Amarildo Tomas do Nascimento, o setor de licitação e nutrição não seguiu esta diretriz. Ainda assim, é importante frisar que houve um esforço por parte dos departamentos de nutrição, licitação e agricultura em dialogar e interagir com os agricultores, como para verificar a oferta de produtos para a montagem do cardápio, por exemplo. A partir deste momento está sendo construído, com base na legislação de segurança alimentar, o questionário de aceitação de cada item fornecido pela agricultura familiar.

Com base na entrevista com a nutricionista Elizabete Ortiz, que trabalhou no município de Restinga, entre os anos de 2016 e 2018, cujo questionário pode ser encontrado no anexo VI, é possível saber que o município conta com um único profissional da área de nutrição para fazer o atendimento às 06 escolas em um total de 1.860 crianças da rede municipal estadual. Elisabete relata que não existe um planejamento para suas visitas às escolas, e que só se desloca para uma unidade escolar quanto sua presença é solicitada. As enfermeiras do Posto de Saúde são as responsáveis por fazer o controle e a avaliação nutricional.

Quanto ao cardápio, ele é elaborado, conforme a pesquisas de aceitação que são realizadas antes da implementação e fornecimento das refeições por período. Atualmente são fornecidas 02 refeições por período para as crianças (sendo pão com suco ou leite e a refeição completa), com produtos de qualidade e com grande valor nutricional. Estes cardápios são elaborados semanalmente, pois, se faz necessário respeitar o clima (quente

ou frio) como também a sazonalidade de alguns itens que estão no cardápio e fazem parte do chamamento público da agricultura familiar.

Embora sejam seguidos os parâmetros do FNDE, não são confeccionadas as fichas de preparação, não se utiliza ou descreve a quantidade de preparação de cardápio por aluno, embora a nutricionista anterior tenha elaborado um manual de boas práticas. O departamento atua no sentido de melhorar as condições de alimentação, buscando fazer treinamento semestral, mas ainda encontra um pouco de dificuldades por haver pouco pessoal para desenvolver os trabalhos, e a área física é pequena e abafada. Situações que no ano de 2019, foram totalmente mudadas, aumentou o contingente de funcionários, bem como houve uma reforma geral na cozinha, com todas as adequações necessárias.

Do Departamento de Contabilidade do município de Restinga houve a coleta de dados físico financeiros que demonstrou resultados dúbios com relação à adesão ao programa, isso porque o município viveu um período atípico entre os anos de 2013 a 2015 – as mudanças no cenário político de Restinga tiveram início em abril de 2013, quando os vereadores começaram a investigar o então prefeito na época e a vice, por suspeita de irregularidades na administração; ambos foram afastados dos cargos e o presidente da Câmara assumiu interinamente a Prefeitura (JORNAL GCN NOTÍCIAS, 2019).

Na época, o prefeito e a vice conseguiram uma liminar e voltaram aos cargos. No entanto, em agosto do mesmo ano a comissão processante da Câmara concluiu que os parlamentares estavam envolvidos em várias fraudes no município. A decisão dos vereadores foi pela cassação do prefeito e sua vice. O presidente da Câmara voltou a assumir a Prefeitura, onde permaneceu por mais um período até a suspensão da cassação da vice-prefeita pela Justiça.

Dentro deste contexto, sete pessoas assumiram a cadeira do prefeito, o que deixou o município abandonado a própria sorte. No momento desta pesquisa, foram detectados os gastos com merenda escolar no período compreendido entre 2011 e 2018. No ano de 2015 a prefeitura estava com várias pendências financeiras. Então não houve repasses federais, nem estaduais pois, dependiam da comprovação do certificado de regularidade e a

prefeitura tinha uma dívida com o Instituto Nacional de Previdência e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

O intuito deste trabalho não é analisar o desempenho dos gestores e sim de analisar como os mesmos deram a devida importância para o PNAE, ou se pelo menos sabiam da existência do programa e quais as condições para a contratação.

Quadro 5 – Gastos Gerais com Merenda Escolar

Ano	Repasse FNDE	Gastos Gerais com Merenda Escolar	Valor de Aquisição por Licitação	Valor aquisições da agricultura familiar	Investimento com Recurso Próprio
2011	R\$ 118.740,00	R\$ 133.827,00	R\$ 112.241,18	R\$ 21.585,82	R\$ 15.087,00
2012	R\$ 122.772,00	R\$ 130.742,41	R\$ 106.039,86	R\$ 24.702,55	R\$ 7.970,41
2013	R\$ 139.061,00	R\$ 334.985,24	R\$ 258.870,32	R\$ 84.951,87	R\$ 195.924,24
2014	R\$ 149.504,00	R\$ 686.093,92	R\$ 565.080,04	R\$ 121.013,88	R\$ 536.589,92
2015					
2016	R\$ 55.020,00	R\$ 726.665,25	R\$ 604.872,40	R\$ 121.792,85	R\$ 671.645,25
2017	R\$ 226.130,00	R\$ 400.323,27	R\$ 313.401,44	R\$ 86.921,83	R\$ 174.193,27
2018	R\$ 217.198,00	R\$ 338.111,12	R\$ 216.818,66	R\$ 121.292,56	R\$ 120.913,12

Fonte: Elaboração própria, com dados do Departamento de Contabilidade da prefeitura.

Através dos dados acima, percebe-se que o município de Restinga tem procurado atingir a legislação repassando os 30% dos recursos provenientes do FNDE na aquisição da agricultura familiar. Porém o município não comporta toda a produção do assentamento, sendo que a demanda acaba sendo exacerbada e por isso faz com que as associações, procurem outras formas de escoar os produtos de seus associados. Embora o município desenvolva o PNAE ultrapassando os 30% na aquisição e mesmo com a implantação da

feira livre, mesmo assim não há formas de receber toda a produção, talvez se houvesse a implantação de um banco de alimentos no município amenizaria alguns problemas encontrados atualmente.

O assentamento atualmente está dividido em três categorias – produtores que trabalham coletivamente e perfazem uma renda de até 3,5 salários mínimos; produtores de grãos que estão em ascensão (café) que são produtores que adquiriram seus lote através da compra pela Portaria Itesp nº 131/2018 e que já tinham alguns “bens” para investir; o produtor individual que produz e comercializa sozinho e com isso não consegue avançar em sua produção e acaba tendo que se utilizar de outras fontes de renda como a fabricação e venda de carvão, plantio e venda de eucaliptos. Existem produtores no Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte que produzem horticultura para Associação (PAA), Cooperativa (PNAE) e individual. Há produtores que fornecem leite e hortifruti para as entidades que trabalham com merenda escolar. Cerca de 40% dos produtores estão envolvidos neste programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma realidade capitalista que gera graves consequências sociais, trazendo as desigualdades, este trabalho possibilitou a abordagem de questões que a princípio eram ainda obscuras e que precisavam de algumas respostas.

Ao iniciar a pesquisa o pensamento estava voltado no porque o assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte ainda carrega consigo uma desigualdade econômica, mesmo com o desenvolvimento dos Programas PAA e PNAE, o que o poder público municipal vinha fazendo para tornar mais eficaz as chamadas públicas, e se os produtos adquiridos dos assentados estava em acordo com a legislação. Ao longo do processo foi possível analisar vários fatores que mudou em alguns aspectos os questionamentos acima elencados.

A reforma agrária, com um conjunto das políticas públicas voltadas para os assentamentos, evoluiu nos últimos anos, porém é perceptível que a cada governo o seu processo tende a evoluir ou aniquilar. Sabendo que a luta pela terra na sua própria essência já carrega confrontos e combates na disputa entre o poder e quem acaba sofrendo as consequências são as minorias, caindo em um processo de exclusão.

Analisando estas políticas de forma mais próxima, percebe-se que há grandes e valiosos trabalhos acadêmicos que buscam através das teses defender e problematizar o assunto afim de movimentar as estruturas e construir um processo melhor a cada tempo. Porém efetivamente ainda há muito o que se fazer para o desenvolvimento e expansão destas políticas.

O PNAE entende-se que é um programa e que permanecerá sobrevivendo aos novos governos que passarem pelo planalto, porém o que preocupa são as possibilidades de retaliação que poderão existir, colocando medidas e regras novas, dificultando o acesso, como é o caso do PAA, que ao longo deste trabalho houve três formas de atuação, as quais trazem hoje um grande desamino para as famílias assentadas.

No assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte, é perceptível a transformação ocorrida depois da execução destes programas, muito embora haja um desnivelamento

econômico entre as famílias, é possível concluir que este fato está mais ligado a opção de vida de cada um, do que ao fato de oportunidade de geração de renda por parte dos programas.

O município consome pouco da produção, mas existem outras prefeituras na região que também desenvolvem o programa e muitos dos entrevistados estão fornecendo seus produtos através das associações e da cooperativa.

Um ponto muito forte e que há grandes perspectivas de crescimento é o fornecimento do leite, já que a adesão é grande por parte dos assentados, o preço é justo (o mercado local paga na faixa de R\$ 1,00 por litro de leite, na época das águas e na época de seca o preço chega a cair, chegando até R\$0,70), enquanto que a cooperativa vem pagando pelo litro R\$ 1,40 com preço fixo, tanto em um período quanto no outro. Este fator (preço) foi muito forte para a tomada de decisão do agricultor que está em busca de melhoria de sua renda. Fato que é importantíssimo pois este fornecimento de leite, é usado na fabricação de derivados para atender a Merenda Escolar.

Outro fator detectado na pesquisa é que não há distanciamento entre as famílias, pois, mesmo cada uma vivendo em seu lote a quilômetros de distância o laço de colaboração e amizade perpetua. Mas existe um fator preocupante que é o envelhecimento do assentamento, dados do IBGE já constatavam isso a um nível mais amplo, porém o assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte a falta de incentivo para que os jovens possam trabalhar dentro da produção usando das tecnologias, faz com que os jovens busquem outras formas de sobrevivência, muito embora que ao longo dos anos o número de filhos de assentados que fazem faculdade ou cursos técnicos aumentou muito.

O empoderamento das mulheres se torna perceptível, pelo fato de ser umas das exigências do Programa de Doação Simultânea, as mulheres passaram a ter um papel fundamental na participação da produção e muitas estão atuantes como dirigentes das entidades associativas locais.

Ao longo dos anos o PNAE vem sendo mais bem pensado por parte dos gestores e sua democratização é muito positiva para o desenvolvimento dos assentamentos, porém os

movimentos sociais têm papel fundamental nesta discussão de democratização e efetivação.

REFERÊNCIAS

BANDECCHI. (2017). FALA SOBRE O DESCOBIMENTO DO BRASIL PELOS PORTUGUES.

BENINI, E. A., & BENINI, E. G. (Julho/Dezembro de 2008). Reforma Agrária no contexto da economia solidária. Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Acesso em 15 de agosto de 2018

BERGAMASCO, S. M. (1997). A realidade dos assentamento rurais por detrás dos números. Brasil. Acesso em 25 de Agosto de 2018

BRASIL. (2009). CAMPELO, T., RODRIGUES, M., GENTILLI, P., & HEWEL, G. (s.d.). *Faces da Desigualdade no Brasil: Um olhar sobre os que ficam para trás*.

BRASIL. (s.d.). Cartilha Final PAA. Acesso em 15 de Setembro de 2019, disponível em http://www.mda.gov.br/sites/sistemda/files/user_arquivos_64/CartilhaPAA_FINAL.pdf

BRASIL. (s.d.). DECRETO número 7.775 de Julho de 2012. . BRASIL. Acesso em 10 de Julho de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_3Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm

BRASIL. (s.d.). Lei 10.696 de 02 de julho de 2003. Acesso em 15 de janeiro de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03LEIS/2003/L10.696

BRASIL. (s.d.). LEI 11.326 de 11 de julho de 2017. BRASIL. Acesso em 15 de Agosto de 2019, disponível em <http://www.planalto.gov.br/civil>

BRASIL. (s.d.). LEI 12.512 de 14 de Outubro de 2011. BRASIL. Acesso em 08 de Agosto de 2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014_2011.Lei/L12512.htm

BRASIL. (s.d.). Lei 601 de 18 de Setembro de 1850. BRASIL. Acesso em 02 de Abril de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

BRASIL. (s.d.). Programa de Aquisição de Alimentos. BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social. Acesso em 08 de Agosto de 2019, disponível em <http://www.mda.gov.br/sistemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>

BRASIL. (s.d.). Segurança Alimentar/Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Acesso em 15 de Agosto de 2018, disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

BRASIL, C. (s.d.). MP 759 de 2016 - Regularização Fundiária. BRASIL. Acesso em 15 de Agosto de 2019, disponível em <http://www.congressonacional.leg.br/materiais/medidas-provisorias/mpv/127879>

CAMARGO, R. A., BACCARIN, J. G., & SILVA, D. B. (s.d.). O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar. p. 21. Acesso em 10 de Agosto de 2018

COMODARO, O. (s.d.). TCC de 2011 - UNIFRAN.

COMPARATO, B.K (sd) A AÇÃO POLÍTICA DO MST. São Paulo Perspectiva. 2001 – Acesso em 10 de Agosto de 2019. <https://doi.org/10.1590/S0101-88392001000400012>

CONAB 2019. (s.d.). *COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO*. Acesso em 2019, disponível em *COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO: www.conb.gov.br*

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e Questões para o Debate Retratos de assentamentos, n. 13, 2010. <http://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69/59>

FAO. (2019). <http://www.fao.org/brasil/pt/> Acesso em 10 de Agosto de 2019

FERNANDES, B. M. (setembro de 2000). *O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil*, p. 4.

FERNANDES, B. M. (2000). *A formação do MST o Brasil*. Petropolis: Vozes.

FNDE (2019). <https://www.fnde.gov.br/>

GASPAR, R. E. (2017). *PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA MODALIDADE: DOAÇÃO SIMULTÂNEA RESULTADOS DESTA POLITICA PUBLICA*

NO ASSENTAMENTO BOA SORTE – RESTINGA/SP, p. 13. Acesso em 15 de Setembro de 2018

GIRARDI, E. (2019). Atlas da questão agrária brasileira; A agricultura na ocupação do território brasileiro. Acesso em 08 de setembro de 2019, disponível em www2.fet.unesp.br/nera/atlas/agricultura_ocupação

JAHNEL, T. C. (1987). As Leis de terras no Brasil. *AGB-SP* .

MARCONI & LAKATOS, Fundamentos de Metodologia Científica, 2003

LIMA, N. P. (2011). Programa de Aquisição de Alimentos. *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu impacto no processo de desenvolvimento socioproductivo de famílias assentadas: estudo de caso no assentamento 17 de abril - Restinga*. Unesp - Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Acesso em 24 de Novembro de 2018

MIELITZ, C. (2013). *Desenvolvimento Agrícola e questão agrária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MORISSAWA, M. (2001). *A História de Luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.

MST. (2010). *MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA*. Acesso em 12 de SETEMBRO de 2019, disponível em MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.

MÜLLER, Ana Luiza; A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O Caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007 <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11006>

NETO, A. J. (s.d.). A igreja católica e os movimentos sociais do campo. *a Teologia da Libertação e o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra*(Caderno CRH[en linea] 2007, 20 (maio-Agosto)). Acesso em 23 de fevereiro de 2019, disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632172010>>ISSN 0103-4979

PARTIDO DOS TRABALHADORES. (20 de julho de 2019). *Partido dos Trabalhadores*. Partido dos Trabalhadores: www.pt.org.br

PILLA, M., ANDRADE, M., & MARQUES, L. (2013). *FUNDAÇÃO ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo*. São Paulo, São Paulo, Brasil: ITESP.

PIPITONE, 2. (s.d.). PAGINA 99.

PRADO Jr, C. (1979). *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.

PRADO Jr, C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Prefeitura de Restinga. (12 de Janeiro de 2109). *www.restinga.sp.gov.br*. Fonte: Portal Oficial de Restinga : <http://appublico.com.br/restinga.sp.gov.br>

SILVA, S. R. (2011). A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. *A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola*, pp. 73-89.

SOUZA, M. A. (1999). “As formas organizacionais de produção e assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”. . “*As formas organizacionais de produção e assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*”. (Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, Portugal.), pp. 78-100. Acesso em 15 de janeiro de 2019, disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/download/614/629>

SOUZA, W. A. (2016). *A República e a História dos Presidentes do Brasil*. São Paulo, Brasil: Storsyde.

STEDILE, J. P. (2000). O pecado Agrário Brasileiro. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

STEDILE, J. P. (2013). *A questão agrária no Brasil, o debate da década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular.

STEDILE, J. P., & FERNANDES, B. M. (2013). *Brava Gente A trajetória do MST e a Luta pela terra no Brasil*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Fundação Perseu Abramo.

VERGARA. (2009). PAGINA 11. Fonte: PAGINA 2.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO: Entrevista com produtores do Assentamento 17 de Abril

Dados Pessoais:

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Tem _____ anos.

Gênero: () F () M () Outro. Qual? _____

Cor/Etnia: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Outra:

Qual seu estado civil? () Solteira/o () Casada/o () Amasiada/o () Viúva/o Outro:

Escolaridade: até que série você estudou? _____

Você tem filhos? S () N () Quantos? _____. Qual a idade dos seus filhos?

Quanto tempo mora no assentamento? _____

Quantas pessoas compõe a família, que trabalham com a agricultura? _____

Questões referentes à atuação enquanto produtor:

Participa do PNAE? () Sim () Não?

Sua participação é de forma: () Individual () Coletiva?

Se individual, responda: por que fez está escolha?

E como se organiza para participar?

Se coletiva, em qual entidade participa você participa?

Esta entidade é uma () Associação; () Cooperativa

E porque escolheu atuar coletivamente?

Seja de forma individual ou coletiva, qual a mudança que esta política trouxe para sua vida e dos seus familiares - como sua vida era antes e como ficou depois desta política?

O que se espera do futuro com esta política?

Como o governo municipal vem trabalhando para aperfeiçoar de fato esta política?

No âmbito municipal existe engajamento por parte do setor público?

Participa de outros programas tipo (PAA/PPAIS ou venda particular)?

ANEXO II

QUESTIONÁRIO: Entrevista com funcionário da Fundação ITESP

Dados Pessoais:

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Tem ____ anos.

Gênero: () F () M () Outro. Qual? _____

Cor/Etnia: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Outra:

Qual seu estado civil? () Solteira/o () Casada/o () Amasiada/o () Viúva/o Outro:

Escolaridade: até que série você estudou? _____

Questões referentes à atuação enquanto produtor:

O que é a Fundação ITESP?

Como está composta a equipe técnica do Itesp (neste caso gostaria de saber como é formada a hierarquia, só com os cargos)

Qual a participação da Fundação Itesp no desenvolvimento do Assentamento 17 de Abril – Boa Sorte?

Qual a área total do assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte?

Qual o número de famílias assentadas?

Qual o percentual de área cultivada?

Quais os tipos de cultura? Se for possível informar em percentual, qual o nível de produção de cada uma.

O assentamento tem 21 anos, já foram vendidos lotes! Qual o percentual de venda e qual a maior justificativa por parte do assentado para justificar esta transação?

() falta de investimento financeiro () falta de conhecimento da cultura () falta de mão de obra () problemas de saúde () envelhecimento da população.

Justifique:

Qual o percentual de participantes do PPais? Este número cresceu desde sua abertura ou se manteve inalterado?

ANEXO III

QUESTIONÁRIO: Profissionais da Educação do Município de Restinga

Dados Pessoais:

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Tem _____ anos.

Gênero: () F () M () Outro. Qual? _____

Cor/Etnia: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Outra:

Qual seu estado civil? () Solteira/o () Casada/o () Amasiada/o () Viúva/o Outro:

Função: _____

Todas as questões aqui elencadas serão utilizadas como fonte de pesquisa para Dissertação da aluna Alvarina Aparecida da Silva Gomes, do Curso de Mestrado Profissional: Estado, Governo e Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Fundação Perseu Abramo (FPA), portanto são questões inteiramente ligas ao assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte.

Qual o nome da Escola, localizada no Assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte? _____

Quantos alunos estudam nesta escola? _____

Todos são filhos de assentados () sim () não. Se **não** quantos são do assentamento _____, quantos não são do assentamento _____ de onde são os alunos que não moram no assentamento ?

Qual a faixa etária dos alunos? _____

Quais as séries que funcionam na escola? _____

Tem alguma sala conjunta? Tipo duas series na mesma sala com um só professor?

Qual o horário de funcionamento da escola? _____

No assentamento há transporte escolar? _____, este transporte é feito de que forma? _____

A equipe pedagógica da escola é formada por quantos profissionais?

Nível de graduação destes profissionais () Graduação () Pós graduação () Outros

A equipe pedagógica desenvolve outras atividades que não seja só as da sala de aula

Quais são as atividades desenvolvidas?

Quantas vezes ao dia as crianças se alimentam? (entre café, lanches e refeição)

Que tipo de alimentação é fornecido na escola?

Existem algum tipo de incentivo por parte da equipe pedagógica, no sentido de despertar nas crianças a vontade de continuar morando e trabalhando no assentamento?

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO: Profissionais da Saúde do Município de Restinga

Dados Pessoais:

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Tem ____ anos.

Gênero: () F () M () Outro. Qual? _____

Cor/Etnia: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Outra:

Qual seu estado civil? () Solteira/o () Casada/o () Amasiada/o () Viúva/o Outro:

Escolaridade: até que série você estudou? _____

Função: _____

Todas as questões aqui elencadas serão utilizadas como fonte de pesquisa para Dissertação da aluna Alvarina Aparecida da Silva Gomes, do Curso de Mestrado Profissional: Estado, Governo e Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Fundação Perseu Abramo (FPA), portanto são questões inteiramente ligas ao assentamento 17 de Abril – Horto Boa Sorte.

Total de famílias Cadastradas no Programa de Saúde da Família (PSF) _____

Número de Adultos _____

Número de Crianças _____

Número de Homens _____

Número de Mulheres _____

Índice de Nascimento por ano:

2014 _____

2015 _____

2016 _____

2017 _____

2018 _____

Diante da realidade de serem agricultores e trabalham muito em áreas de exposição solar, entre outros agentes nocivos a saúde. Quais são as doenças mais frequentes:

Diabetes ()

Hipertensão ()

Acidente de Trabalho ()

Outras: _____

A equipe do PSF é composta por quantas pessoas? _____

Quantas moram no assentamento? _____

Qual a função e formação das pessoas que moram no assentamento? _____

Quais moram fora do assentamento? _____

Qual a função e formação das pessoas que moram fora do assentamento?

A Equipe do PSF atua no assentamento a quanto tempo? _____

Qual o atendimento feito no assentamento? (Neste caso é para saber se tem o atendimento dos profissionais abaixo e o tipo de atendimento, quantas vezes por semana, etc..)

Médico _____

Dentista _____

Psicólogo _____

ANEXO VI

QUESTIONÁRIO: Situacional da Merenda Escolar

1- Identificação do Município: UF: _____

2- IDENTIFICACAO DO NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL TÉCNICO :

Nome : _____ CRN-__ nº : _____

Carga horária semanal: _____ horas.

Existem outros profissionais (Nutricionistas e/ou Técnicos em Nutrição e Dietética) que atuam na Entidade

3- Quantas escolas estão sob sua responsabilidade? _____

4- N° de alunos:

Creche _____

Pré-Escola _____

Fundamental _____

Médio _____

5 – Realiza visitas às escolas?

() sim - De que forma as visitas são realizadas, qual é a frequência?

() não – Por quê?

6 - É realizada avaliação nutricional nos alunos nas escolas?

() sim - Qual a periodicidade? Qual o método utilizado na realização da avaliação nutricional?

() não - Por quê?

7 – Realiza programa de educação alimentar junto à comunidade escolar?

() Sim – De que forma?

() Não – Por quê?

8 – Os cardápios são elaborados conforme hábitos alimentares dos alunos?

() sim - Como foi realizado o levantamento dos hábitos alimentares praticados pelos alunos?

() não – Por quê?

9 – Qual o número de refeições ofertadas? _____

10 – Qual a periodicidade de elaboração dos cardápios? _____

11 – Quais os parâmetros de recomendações nutricionais utilizados para a elaboração dos cardápios?

12 – São realizadas as fichas de preparações?

13 – Utiliza ou descreve per capita nas preparações dos cardápios?

sim - Como foram estimados os valores?

não

14 – Existe Manual de Boas Práticas?

sim - Quem elaborou?

não

15 – Faz treinamento com a equipe? _____

Quais a periodicidade? _____

16 – Quais as dificuldades que encontra nas áreas de trabalho?

16.1. Área física:

16.2. Área pessoal:

16.3. Área material:

17 – Quem realiza as compras e quem faz a lista de compras?

Forma de gestão: Centralizada Descentralizada

18 – Compra produtos da agricultura familiar conforme a Lei 11.947/2009?

19 – Existe horta escolar?

sim. É utilizada na alimentação escolar?

não

20 – O nutricionista participa do processo licitatório quanto à elaboração das especificações dos produtos licitados para a Merenda Escolar?

21- Existe controle de qualidade na entrega de gêneros da merenda as unidades de alimentação e nutrição?

Sim. Como é feito este controle? Quem é o responsável?

Não. Por quê?

22- São realizadas vistas aos Fornecedores

Sim. Como? _____

Não. Por quê?

23 – A verba destinada à aquisição de gêneros, repassada pelo FNDE, é administrada em que esfera?

Escola Município Estado

24 – A verba é complementada? Sim Não. Por quem? _____

25 – Quem faz a prestação de contas do repasse? _____

26 – Faz parte ou interage com o CAE?

Sim - Qual a periodicidade de reuniões do CAE?

Não - Por quê?

27- Como fiscaliza as Unidades de Alimentação e Nutrição? Como faz o controle destas unidades? _____

ANEXOS VII

MODELO

Prefeitura Municipal de _____

COLOCAR LOGOMARCA

Secretaria Municipal de _____

Chamada Pública nº ____/2010, para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para aquisição de gêneros alimentícios destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com dispensa de licitação, Lei nº 11.947, e Resolução CD/FNDE nº 38/2009, ambas de 16/07/2009.

A Prefeitura Municipal de _____/UF, pessoa jurídica de direito público, com sede à _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representado neste ato pelo Prefeito, _____, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947 e na Resolução CD/FNDE nº 38/2009, através da Secretaria de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a ser fornecidos no período de ____ a ____ de 2010. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e o Projeto de Venda até o dia ____ , às _____ horas, na Secretaria de Educação do Município, com sede à Rua _____.

1. OBJETO

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, relacionados e especificados no **ANEXO I**, que serão destinados ao fornecimento de alimentação nas Instituições Educacionais de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

2. FONTE DE RECURSO

2.1 Os recursos para atender os dispêndios dessa chamada pública, por parte do Município de _____/UF, estão consignados no Programa de Trabalho nº, Ptes, Programa – Desenvolvimento do Ensino Básico.

3. Envelope nº. 001 – habilitação do Grupo Formal

O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Envelope nº. 001 – habilitação do Grupo Informal

O Grupo Informal deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Envelope nº. 002 – Projeto de Venda

No envelope nº. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

4. Das Amostras dos produtos

4.1 As amostras dos produtos _____ deverão ser entregues na (_____), Rua _____, n.º _____, (Município/UF), no dia _____ até o dia _____, até as _____ horas, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

5. Local e periodicidade de entrega dos produtos

5.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na (Escola ou Prefeitura) situado a Rua _____, n.º _____, _____, nos dias _____, pelo período de (periodicidade, período em que compreende a entrega) a _____ de 200____, na qual se atestará o seu recebimento.

6. Pagamento

6.1 O pagamento será realizado até _____ dias após a última entrega do mês, através de _____ mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

6.2 – O pagamento será realizado após a entrega dos gêneros alimentícios, por meio de depósito em conta corrente, após a apresentação da nota de entrega (Nota Fiscal) devidamente assinada e atestada pelo setor responsável.

6.3 – Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.4 - O Município de poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

6.5 - Não serão efetuados pagamentos adiantados, sob qualquer hipótese.

6.6 - Só serão efetuados os pagamentos referentes aos produtos efetivamente entregues.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de _____ no horário de _____, de segunda a sexta-feira, ou através do site _____;

b. Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da referida Resolução do FNDE;

c. Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. art. 23 § 6º, da mencionada Resolução do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1203118176.pdf>;

d. Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade às propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, art. 23, § 3º e § 4º, da referida Resolução do FNDE;

e. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

f. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano civil;

g. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da mencionada Resolução do FNDE.

h. A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

8. FORO

8.1 A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro do município de para conhecer e julgar quaisquer questões dele decorrentes.

(Município/UF), aos _____ dias do mês de _____ de 2010.

Prefeito Municipal

ou

Sec. Mun. de Educação e Cultura

Registre-se e publique-se. (no rádio, no diário oficial do município e outros)